



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

EUGÊNIA DA SILVA PEREIRA

**“UMA ANDORINHA SÓ NÃO FAZ VERÃO”: LIMITES E
POSSIBILIDADES DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA ARTICULAÇÃO
SEMIÁRIDO BRASILEIRO NA MICRORREGIÃO DE
GUANAMBI/BAHIA**

Amargosa/BA

2015

EUGÊNIA DA SILVA PEREIRA

**“UMA ANDORINHA SÓ NÃO FAZ VERÃO”: LIMITES E
POSSIBILIDADES DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA ARTICULAÇÃO
SEMIÁRIDO BRASILEIRO NA MICRORREGIÃO DE
GUANAMBI/BAHIA**

Relatório Técnico-científico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação do Campo.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Silvana Lúcia da Silva Lima

Amargosa/BA

2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DE AMARGOSA - CFP/UFRB
Bibliotecário: André Montenegro – CRB-5ª / 1515

P436a Pereira, Eugênia da Silva.

“Uma Andorinha só não faz verão”: limites e possibilidades das práticas educativas da articulação semiárido brasileiro na microrregião de Guanambi/Bahia. / Eugênia da Silva Pereira. – Amargosa, BA, 2015.

139f.; il.color.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dra. Silvana Lúcia da Silva Lima.

Relatório técnico (Mestrado Profissional em Educação do Campo) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. – UFRB – Amargosa, BA. 2015.

Bibliografia: f. 132-138.

Inclui Apêndice

1. Educação do Campo. 2. Ensino. 3. Semi-árido – Bahia. I. Lima, Silvana Lúcia da Silva. II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. III.

Título.

CDD – 379

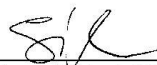
EUGÊNIA DA SILVA PEREIRA

**“UMA ANDORINHA SÓ NÃO FAZ VERÃO”: LIMITES E
POSSIBILIDADES DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA ARTICULAÇÃO
SEMIÁRIDO BRASILEIRO NA MICRORREGIÃO DE
GUANAMBI/BAHIA**

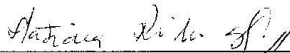
Relatório Técnico-científico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo, do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Educação do Campo, área de concentração: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação.

Aprovado em 30 de março de 2015.

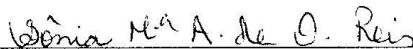
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Silvana Lúcia da Silva Lima – UFRB
Orientadora



Prof.ª Dr.ª Tatiana Ribeiro Velloso – UFRB
Examinadora Interna



Prof.ª Dr.ª Sônia Maria Alves de Oliveira Reis – UNEB
Examinadora Externa

Dedico este trabalho a todos os sujeitos que se organizam em movimentos de luta por outra forma de sociabilidade e aos trabalhadores e às trabalhadoras do campo brasileiro que são oprimidos pelo modo de produção capitalista, mas, ainda assim, resistem e reagem, a seu modo, para sobreviver no lugar onde vivem.

AGRADECIMENTOS

Agradecer a cada etapa conquistada é uma forma de dizer a todas as pessoas que fazem parte da minha vida o quanto significam para mim e o quanto contribuem para que eu seja a profissional, a amiga, a filha, a irmã, a tia, a companheira, a militante, a estudante que sou. Sem vocês, minhas conquistas não teriam sentido. Vocês, que me conhecem tão bem, sabem o quanto gosto das músicas de Flávia Wenceslau¹, e é com ela que gostaria de dizer obrigada a muitos de vocês.

A **meus pais, Valmir e Eunice**, a meu “**mano**”, **Wilson**, e a meu **amado sobrinho, Vitor**, “desejo vida longa vida [...] desejo a sorte de tudo que é bom”². Obrigada por constituírem a minha base! Ao Senhor, meu pai, obrigada pelo exemplo de que o campo não deixa de ser espaço de vida, mesmo não podendo mais estar lá diariamente. O Senhor soube nos presentear com a garra e a coragem de um lutador no momento em que nós é que deveríamos ser fortes. A você, minha mãe, obrigada por tudo, principalmente pelo cuidado e amor incondicional.

A minha “grande” amiga **Leidy (Leidjane)** agradeço profundamente, é difícil expressar o tamanho da felicidade e da gratidão em poder partilhar da sua amizade. Obrigada por acreditar em meu potencial, por me incentivar a fazer a inscrição e principalmente pelo apoio constante no decorrer das inúmeras ligações, dos choros, das angústias, da vontade de desistir, dos desabafos... Por tudo isso desejo “De toda alegria ter a companhia colorindo a estrada em seu mais belo tom”³. Que a estrada de nossa amizade possa ser sempre colorida com o tom de sua maturidade, sua paciência e seu companheirismo. Admiro-te muito!

A minha amiga **Pri (Priscila)** agradeço imensamente pela oportunidade de conviver com sua beleza, sua meiguice, sua delicadeza, seu companheirismo; pelas madrugadas e aventuras nas idas e vindas entre Guanambi e Amargosa. Obrigada também por acreditar em mim e por me apoiar sempre, especialmente no momento em que meu pai sofreu o acidente. Você foi minha irmã naquele e em muitos outros momentos. E por tudo que você é desejo que “a mais doce estrela seja sua guia como a singela a te orientar”⁴. Com o agradecimento feito a

¹ Realizo a referência curta da música citada nesta seção por meio de notas de rodapé para evitar que o texto dos agradecimentos fique carregado de referências.

² Wenceslau, 2011.

³ Wenceslau, 2011.

⁴ Wenceslau, 2011.

você, não posso me esquecer de Pim, grande amigo nesse percurso. Obrigada, Pim, pelas risadas e pelas aventuras nas viagens.

À **Silvana Lima**, orientadora deste trabalho e coordenadora do curso, “desejo a chuva na varanda molhando a roseira pra desabrochar”⁵. Obrigada por assumir minha orientação no percurso do mestrado. Obrigada por nos fazer refletir sobre a centralidade da luta pela terra no projeto de campo e de país que desejamos.

Às professoras **Tatiana Velloso** e **Sônia Maria Reis** desejo “dias de sol para fazer os teus planos nas coisas mais simples que se imaginar”⁶. Vocês são pessoas especiais, que admiro muito pela humildade, pela simplicidade e pela disponibilidade. Obrigada por ter aceitado o convite para fazer parte da banca examinadora deste trabalho.

Ao mestre, amigo e companheiro de luta **José Coqueiro** “desejo a paz de uma andorinha no voo perfeito contemplando o mar”⁷. Obrigada, Zé, por ter sido a inspiração de minha paixão pelas belezas de nosso Semiárido e por acreditar em meu trabalho desde o início de minha trajetória na ASA e no CASA.

Aos colegas da primeira turma do Mestrado em Educação do Campo da UFRB desejo “que a fé movedora de qualquer montanha te renove sempre e te faça sonhar”⁸. Obrigada **Márcia**, a anfitriã, por nos auxiliar em questões tanto administrativas como “extracurriculares”; **Selidalva**, pelas angústias partilhadas; **Sara**, a alagoana hospitaleira, por sua amizade; **Vânia**, pelo carinho e pelos momentos partilhados extra universidade. **Gilmar Freitas**, **Cassiana** e **Cléber**, pelas contribuições ao debate no curso das aulas. De modo especial, agradeço às companheiras, amigas e hóspedes da Casa do Duca – **Léia**, **Leila**, **Tábata**, **Priscila** – pelas macarronadas, pelas risadas, pelas partilhas, pelos debates, pelos devaneios...Gilmar Andrade e Gabriel também os incluo aqui, obrigada pelos debates e pelos livros “ofertados”.

As minhas amigas Maysa, Marleide (Má), Comadre Eva, Grace, Tia Lu e muitas outras que não citei aqui, “desejo muito mais que mil amigos”⁹. Obrigada pelo carinho, pela torcida e pela amizade!

⁵ Wenceslau, 2011.

⁶ Wenceslau, 2011.

⁷ Wenceslau, 2011.

⁸ Wenceslau, 2011.

⁹ Wenceslau, 2011.

Ao amigo Fabiano, menino do sorriso mais lindo que já vi, apesar do pouco tempo de convivência enquanto companheiro de luta, agradeço pelas conversas e reflexões nos últimos meses, muitas das quais contribuíram para a escrita final deste texto. A você desejo “dias de sol [...] a poesia que todo poeta esperou”¹⁰ para continuar na luta por outra forma de sociabilidade.

À **Tatyanne Marques**, “*my friend*”, desejo “coração de menino cheio de esperança”¹¹. Obrigada, Taty, pela amizade, pelo apoio na vida, pela receptividade no Colegiado de Pedagogia da UNEB Campus XII e pela partilha na luta por um projeto de Educação e de Campo.

Aos/às **professores/as do Mestrado** – Nalva Araújo, Rose Mubarack, Tatiana Velloso, Silvana Lima, Kiki Givigi, Débora Feitosa, Luís Flávio Godinho, Dyane Brito, Fátima Garcia, Cláudio Félix, Priscila Dornelles, Terciana Vidal, Fábio Josué – desejo “A poesia que todo poeta esperou”¹². Obrigada pelas contribuições formativas.

À **Universidade Federal do Recôncavo da Bahia** e ao **Centro de Formação de Professores** obrigada pela oportunidade de cursar este mestrado em regime de alternância. De modo especial, agradeço aos funcionários que sempre estavam disponíveis para nos dar o apoio necessário nas aulas de fim de semana.

À **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia** agradeço pela bolsa concedida no período de agosto de 2013 a abril de 2014.

Aos amigos e as amigas do **Centro de Agroecologia no Semiárido** e da **Articulação Semiárido Brasileiro** agradeço pela partilha de saberes e sabores no dia a dia de luta pela convivência com o semiárido.

Aos **sujeitos desta pesquisa**, especialmente os agricultores e as agricultoras, os/as monitores/as-formadores/as, que contribuíram com seus relatos, suas experiências e suas angústias, obrigada pela partilha e pela colaboração!

¹⁰ Wenceslau, 2011.

¹¹Wenceslau, 2011.

¹²Wenceslau, 2011.

Já faz tempo que escolhi

A luz que me abriu os olhos
para a dor dos deserdados
e os feridos de injustiça,
não me permite fechá-los
nunca mais, enquanto viva.
Mesmo que de asco ou fadiga
me disponha a não ver mais,
ainda que o medo costure
os meus olhos, já não posso
deixar de ver: a verdade
me tocou, com sua lâmina
de amor, o centro do ser.
Não se trata de escolher
entre cegueira e traição.
Mas entre ver e fazer
de conta que nada vi
ou dizer da dor que vejo
para ajudá-la a ter fim,
já faz tempo que escolhi.

Thiago de Mello¹³

¹³MELLO, Thiago de. **Já faz tempo que escolhi**. 1981. Disponível em <http://www.escritas.org/pt/poema/11994/ja-faz-tempo-que-escolhi>. Acesso em: 10 fev. 2015.

RESUMO

Este trabalho é fruto dos resultados da pesquisa-ação realizada em uma Unidade Gestora Microrregional e Territorial da Articulação Semiárido Brasileiro, desenvolvida na microrregião de Guanambi/BA. A pesquisa teve como objetivo analisar as práticas educativas e os processos formativos da ASA na referida região, buscando compreender os limites e as possibilidades dessas ações na construção da política de convivência com o Semiárido. Optamos pela pesquisa-ação com a finalidade de contribuir para a transformação da realidade, uma vez que o estudo é de base materialista histórico-dialética e segue a abordagem qualitativa. Para compreender a realidade concreta, realizamos observações de cursos de formação, entrevistas coletivas e individuais, análise documental, encontros com agricultores/as e monitores/as-formadores/as. Além disso, desenvolvemos uma proposta de formação com os/as monitores/as-formadores/as. O embasamento das discussões ocorreu a partir de Marx (2011), Marx e Engels (2008), Netto (2011), Lessa e Tonet (2011), Löwy (1995) para compreender o método; Gamboa (1982) e Thiollent (1994) para fundamentar a pesquisa-ação; Vendramini (2010), Caldart (2010) e Frigotto (2011) para pontuar o materialismo histórico-dialético na Educação do Campo; Araújo (2007), Garcia (2009), Santos (2012; 2013) para dialogar sobre práticas educativas nos movimentos sociais; Stedile (2011) para compreender a questão agrária no Brasil e Schistek (2013) para refletir sobre a concentração da terra no Semiárido. Para discutir sobre os processos formativos da ASA, dialogamos com Freire (2011), Arroyo (2011), Baptista e Campos (2013), Resab (2010; 2011), Iasi (2007), Peloso (2012), entre outros. As contribuições apontadas referem-se à melhoria de vida na comunidade por meio da descentralização da água para consumo e produção, à garantia da segurança alimentar e, em alguns casos, também da soberania, à articulação e à mobilização social para buscar outras conquistas para a comunidade, entre outros aspectos. Quanto aos limites, percebemos que a luta pelo acesso à terra, as relações de gênero e a educação do campo são apontadas, pelos próprios sujeitos, como temas que nem sempre são trabalhados, e, quando o são, a abordagem feita é limitada, sem enfrentamento dos problemas. Outro aspecto identificado foi a ausência de uma política de formação inicial e continuada para os/as monitores/as-formadores/as, que sustente a proposta defendida pela ASA. Com base nesse apontamento, elaboramos e desenvolvemos uma formação com os/as monitores/as-formadores/as em que debatemos sobre a questão agrária, as relações de gênero e a educação no contexto do Semiárido. Os resultados da formação aprofundaram o debate sobre a necessidade de a ASA enfrentar a luta pelo acesso à terra, tendo em vista que é um dos eixos centrais de um de seus maiores programas.

Palavras-chave: Semiárido. ASA. Práticas educativas. Contradições. Possibilidades.

RESUMEN

Este trabajo resulta de pesquisa-acción realizada en una Unidad Gestora Microregional y Territorial de la Articulación Semiárido Brasileño, desarrollada en la microrregión de Guanambi/BA. La búsqueda tuvo como objetivo analizar las prácticas educativas y los procesos formativos de la ASA en la referida región, intentando comprender los límites y las posibilidades de esas acciones en la construcción de la política de convivencia con el Semiárido. Optamos por la pesquisa-acción con la finalidad de contribuir para la transformación de la realidad, una vez que el estudio es de base materialista histórico-dialéctica y sigue el abordaje cualitativo. Para comprender la realidad concreta, realizamos observaciones de cursos de formación, entrevistas colectivas e individuales, análisis documental, encuentros con agricultores/as y monitores/as-formadores/as. Además de eso, desarrollamos una propuesta de formación con los/las monitores/as-formadores/as. El embasamiento de las discusiones ocurrió desde de Marx (2011), Marx y Engels (2008), Netto (2011), Lessa y Tonet (2011), Löwy (1995) para comprender el método; Gamboa (1982) y Thiollent (1994) para fundamentar la pesquisa-acción; Vendramini (2010), Caldart (2010) y Frigotto (2011) para señalar el materialismo histórico-dialéctico en la Educación del Campo; Araújo (2007), Garcia (2009), Santos (2012; 2013) para dialogar sobre prácticas educativas en los movimientos sociales; Stedile (2011) para entender la cuestión agraria en Brasil y Schistek (2013) para reflexionar sobre la concentración de la tierra en el Semiárido. Para discutir sobre los procesos formativos de la ASA, dialogamos con Freire (2011), Arroyo (2011), Baptista y Campos (2013), Resab (2010; 2011), Iasi (2007), Peloso (2012), entre otros. Las contribuciones apuntadas hacen referencia a la mejoría de vida en la comunidad por medio de la descentralización del agua para el consumo y producción, a la garantía de la seguridad alimentar y, en algunos casos, también de la soberanía, a la articulación y a la movilización social para buscar otras conquistas para la comunidad, entre otros aspectos. Sobre los límites, percibimos que la pelea por el acceso a la tierra, las relaciones de género y la educación del campo son apuntadas por los propios sujetos, como temas que ni siempre son trabajados y, cuando lo hacen, el abordaje hecho es limitado, sin enfrentamiento de los problemas. Otro aspecto identificado fue la falta de una política de formación inicial y continua para los/las monitores/as-formadores/as, que sostiene la propuesta defendida por la ASA. Basando en ese apuntamiento, elaboramos y desarrollamos una formación con los/las monitores/as-formadores/as en que debatimos sobre la cuestión agraria, las relaciones de género y la educación en el contexto del Semiárido. Los resultados de la formación profundizaran el debate sobre la necesidad de la ASA enfrentar la pelea por el acceso a la tierra, teniendo en cuenta que es uno de los ejes centrales de un de sus mayores programas.

Palabras-clave: Semiárido. ASA. Prácticas educativas. Contradicciones. Posibilidades.

LISTA DE SIGLAS

ACS	Agentes Comunitários de Saúde
ASA	Articulação Semiárido Brasileiro
BAMIM	Bahia Mineração
CAATINGA	Centro de Assessoria e Apoio a Trabalhadores/as e Instituições Não Governamentais Alternativas
CASA	Centro de Agroecologia no Semiárido
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CEM	Comissão Executiva Municipal
CFP	Centro de Formação de Professores
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COP3	3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EnconASA	Encontro Nacional da ASA
EFA	Escola Família Agrícola
ETFAB	Escola Técnica da Família Agrícola da Bahia
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FBB	Fundação Banco do Brasil
FIOL	Ferrovia de Integração Oeste-Leste
IRPAA	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
GAPA	Gerenciamento de Água para Produção de Alimentos
GRH	Gerenciamento de Recursos Hídricos

MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MOC	Movimento de Organização Comunitária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas Rurais
P1+2	Programa Uma Terra e Duas Águas
SAB	Semiárido Brasileiro
SSMA	Sistema Simplificado de Manejo de Água
STTR	Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UGT	Unidade Gestora Central
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UGM	Unidades Gestoras Microrregionais
UGT	Unidades Gestoras Territoriais

LISTA DE FIGURAS

MAPAS

Mapa 1 – Localização do município de Guanambi/Bahia

Mapa 2 – Semiárido Brasileiro

QUADROS

Quadro 1 – Princípios da Articulação Semiárido Brasileiro

Quadro 2 - Síntese da programação do curso de formação realizado de 02 a 03 de fevereiro de 2015

TABELA

Tabela 1 – Encontros nacionais realizados pela ASA no período de 2000 a 2012

FLUXOGRAMA

Fluxograma 1 – Principais sujeitos e organizações integrantes da ASA

ORGANOGRAMA

Organograma 1 - Estrutura organizacional da ASA

FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Encontro Comunitário com agricultores/as - Riacho de Santana/Ba

Fotografia 2 – Mobilização da ASA entre Petrolina e Juazeiro em 2011

Fotografia 3 – Cisternas de placas de 16 mil litros

Fotografia 4 - Cisterna-calçadão

Fotografia 5 – Quintal produtivo na Comunidade de Pau Branco em Riacho de Santana

Fotografia 6 - Cisterna-enxurrada

Fotografia 7 - Barragem subterrânea em construção

Fotografia 8 - Tanque de Pedra

Fotografia 9 - Barreiro-Trincheira

Fotografia 10 – Monitora-formadora ministrando curso de GRH

Fotografia 11 – Participantes recebem certificados no curso de SSMA

Fotografia 12 – Monitora-formadora trabalha técnicas agroecológicas em curso de SSMA

Fotografia 13 – Mística “Sentimentos de pertencimento à luta da ASA”

Fotografia 14 - Atividade “(Des) construindo o conceito de convivência com o SAB”

GRÁFICO

Gráfico 1 - Quantidade de hectares de terra das famílias – Comunidade de Pau Branco – Riacho de Santana/Ba

SUMÁRIO

1	O ENSAIO DO VOO: PALAVRAS INTRODUTÓRIAS.....	16
1.1	A escolha do ponto de partida para o voo: pressupostos teórico-metodológicos no itinerário da pesquisa-ação.....	22
1.1.1	Voando entre flores e espinhos: sobre as práticas educativas e os processos formativos no contexto das organizações e dos movimentos sociais.....	27
1.2	A paisagem visualizada a partir do voo: a ASA e o CASA no contexto da pesquisa-ação.....	30
1.3	Um pouso no pé de umbuzeiro para cantar com outros pássaros: a abordagem da pesquisa-ação, as estratégias de coleta de dados e os sujeitos envolvidos.....	34
2	VÁRIAS ANDORINHAS SE ENCONTRAM NO SEMIÁRIDO PARA ALÇAR VOOS MAIS ALTOS. ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: DOS PRINCÍPIOS E DAS CONCEPÇÕES AOS PROCESSOS FORMATIVOS.....	45
2.1	Voos pelo Semiárido Brasileiro: do combate à seca à convivência com o clima	46
2.1.1	As andorinhas aprendem com o João de Barro: as tecnologias sociais de convivência com o clima semiárido e os processos formativos	64
3	ALGUMAS TEMPESTADES DIFICULTAM O VOO DAS ANDORINHAS: OS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO NO SEMIÁRIDO.....	76
3.1	A questão agrária no Brasil e a vida das andorinhas no Semiárido: concentração de terra, água e poder.....	77
3.2	A educação das andorinhas das andorinhas no contexto do Semiárido: entre a escola formal e a escola da vida	85
4	ENTRE UMA TEMPORADA DE VERÃO E OUTRA DE INVERNO, AS ANDORINHAS FAZEM FESTA NO SERTÃO: LIMITES E POSSIBILIDADES DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA ASA.....	92

4.1	Quem são, como vivem e o que fazem estas andorinhas?: o perfil das participantes da formação	94
4.2	As andorinhas constroem uma proposta de formação: “Educação, terra e relações de gênero no campo: elementos para a convivência com o Semiárido?”	102
4.3	Da paisagem “preto e branco” para um novo cenário: andorinhas festejam conquistas no Semiárido	123
5	UMA ANDORINHA RETORNA DA TEMPORADA DE VERÃO PARA BUSCAR NOVOS RUMOS: PALAVRAS FINAIS.....	128
	REFERÊNCIAS.....	132
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (monitores).....	139
	APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (equipe de assessoria).....	141
	APÊNDICE C – Questionário (equipe de assessoria).....	143
	APÊNDICE D – Questionário (monitores/as).....	146
	ANEXO A – Carta de princípios da ASA.....	149
	ANEXO B – Declaração do Semiárido	150
	ANEXO C - Roteiro Programático Curso de GRH	156
	ANEXO D - Roteiro Programático Curso de GAPA	163
	ANEXO E - Roteiro Programático Curso de SSMA	168

1 O ENSAIO DO VOO: PALAVRAS INTRODUTÓRIAS

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram (MARX, 2011, p. 25).

A escolha da epígrafe, que pertence ao texto escrito por Karl Marx intitulado *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, afirma uma posição política e justifica que este trabalho não se constitui apenas como mais uma produção científica, mas como um instrumento para pensar a sociedade atual, a condição de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras, especialmente daqueles que vivem no campo brasileiro.

Nesta caminhada, coloco-me¹⁴ na condição de uma andorinha que, em meio a tantas outras, está elaborando uma narrativa a partir das circunstâncias objetivas dadas e da posição de protagonista de uma trajetória construída no âmbito de uma sociedade desigual. Ao assumir o lugar de filha de agricultores pobres, pouco alfabetizados, “expulsa” do campo para a cidade em busca de mínimas condições de vida (escola, saúde, moradia com água e energia elétrica); reitero que busco fazer ecoar a voz de outros sujeitos, outras andorinhas, que viveram (e vivem) histórias que se assemelham a esse contexto de desigualdades sociais.

Apesar de receber uma formação urbano-cêntrica não abandonei as raízes que me possibilitam manter o vínculo com a terra e com o campo enquanto espaço de vida. Na trilha de um percurso individual, coletivo e profissional tento contribuir na luta contra a forma de sociabilidade vigente por meio da atuação profissional no Centro de Agroecologia no Semiárido (CASA), entidade vinculada à Articulação Semiárido Brasileiro (ASA); dos debates no âmbito da universidade; e das organizações sociais com as quais tenho dialogado.

No CASA, fiz parte do “Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido”¹⁵ da rede ASA. Dessa experiência surgiu o desejo de compreender os limites e as possibilidades das práticas educativas da referida rede, enquanto uma organização que reúne milhares de sujeitos, bem como seus processos formativos

¹⁴Início este trabalho utilizando a primeira pessoa do singular, pois o que consta nestas primeiras páginas faz parte de minha trajetória pessoal e de minha relação subjetiva com a pesquisa.

¹⁵Este Programa integra a proposta de trabalho macro da ASA e agrega o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Todavia, minha atuação foi apenas no primeiro e no subprojeto “Cisterna nas Escolas”.

desenvolvidos com agricultores e agricultoras¹⁶ do Semiárido na microrregião de Guanambi/Bahia¹⁷.

Inicialmente, já em fase de conclusão do curso de Pedagogia, em meados do ano de 2010, passei a atuar como monitora-formadora dos cursos de Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH) do referido Programa. Naquele momento me questionava: por que algumas questões (lutas) propostas no projeto político da ASA não são concretizadas no dia a dia dos cursos de formação? Como o/a monitor/a-formador/a pode melhorar sua atuação? Alguns indicativos apontavam que faltava formação e maior aprofundamento teórico e político das temáticas trabalhadas por nós monitores/as. Além disso, a ausência de condições da própria organização, em relação aos aspectos financeiros, dificultava a garantia de formação inicial e continuada para a equipe de monitores/as-formadores/as e técnicos/as de campo.

Posteriormente, por meio da mesma organização, tive a oportunidade de trabalhar no “Projeto Cisterna nas Escolas” com a formação de professores/as no contexto das escolas do campo em três municípios da microrregião de Guanambi/Bahia: Palmas de Monte Alto, Pindaí e Tanque Novo¹⁸.

A experiência na entidade suscitou vários questionamentos sobre as práticas educativas desenvolvidas pela ASA e, ao mesmo tempo, percepções da dimensão das ações dessa rede no Semiárido Brasileiro. O que nos conduziu à reflexão sobre a atuação da ASA enquanto uma rede de movimentos e organizações sociais e sobre a construção de novas formas de gestão e de educação no Semiárido Brasileiro (SAB)¹⁹, a saber: quais as contribuições das ações da política de convivência com o clima semiárido desenvolvidas pela ASA na microrregião de Guanambi? Em que medida essas ações tem provocado a mobilização e a formação proposta? Qual a concepção de educação trabalhada pela ASA?

¹⁶ Uso a expressão “agricultores e agricultoras” quando me refiro às práticas e às ações da ASA, uma vez que esta rede os denomina assim. Em outros momentos uso “trabalhadores e trabalhadoras do campo” de modo a contemplar todos os sujeitos do campo (agricultores, povos tradicionais, povos da floresta, ribeirinhos, indígenas, entre outros).

¹⁷ Guanambi é um município do semiárido baiano localizado na região sudoeste da Bahia, distante aproximadamente 796 km da capital do estado, Salvador.

¹⁸ De agora em diante, o trabalho é redigido a partir do ponto de vista do coletivo, refletindo os dados construídos e coletados por mim e pelos demais sujeitos envolvidos na pesquisa-ação (monitores/as-formadores/as, agricultores/as, equipe de assessoria e comunicação e a orientadora deste trabalho). Por isso, uso a primeira pessoa do plural.

¹⁹ Utilizo “Semiárido Brasileiro” com iniciais maiúsculas como forma de reafirmar a representação desse lugar na vida de todos nós que vivemos nesta região, um lugar de povo acolhedor, festeiro e alegre, culturalmente rico, entre outras características. Povo que mesmo diante das adversidades ocasionadas pelo clima semiárido e pela falta de políticas públicas consegue manter esses traços.

A proposta da ASA tem como princípios formativos a mobilização social; a gestão compartilhada; a descentralização da água, da terra e do poder; a valorização dos/as agricultores/as familiares do Semiárido; o desenvolvimento humano sustentável; entre outros. Esses princípios são desdobrados em ações no contexto da política de convivência com o Semiárido e têm alcançado comunidades e famílias em estado de extrema pobreza nos lugares mais ermos desse Semiárido. Isso nos aponta para a hipótese de que as contribuições das ações educativas desenvolvidas existem, ainda que permeadas de limites e contradições.

Nesse sentido, a **problemática** que deu origem a este trabalho de mestrado foi elaborada a partir das observações, das reflexões e das inquietações das experiências obtidas no período de 2010 a 2013 no Centro de Agroecologia no Semiárido, situado na cidade de Guanambi/Bahia, entidade microrregional e territorial da ASA. Tal problemática baseia-se no seguinte questionamento: a partir dos princípios e das concepções propostas pela ASA em suas práticas educativas e em seus processos formativos adotados, quais as contribuições (possibilidades) e contradições (limites) encontradas no decorrer das ações no processo de construção da política de convivência com o Semiárido na microrregião de Guanambi/Bahia?

Para responder a esse questionamento, o problema foi desdobrado nas seguintes **questões norteadoras**: a) Quais as práticas educativas e os processos formativos da ASA na microrregião de Guanambi/Bahia? Como os princípios e as concepções que fundamentam tais práticas são desenvolvidos? b) Quais os limites e as possibilidades dessas práticas educativas e desses processos formativos desenvolvidos pela ASA na microrregião de Guanambi/Bahia? c) Em que medida as práticas educativas desenvolvidas pela ASA, contribuem para a mudança de vida dos agricultores e das agricultoras do Semiárido?

Desse modo, o **objetivo central** da pesquisa foi analisar as práticas educativas e os processos formativos da ASA na microrregião de Guanambi/Bahia, buscando compreender os limites e as possibilidades desses processos na construção da política de convivência com o Semiárido. Esse objetivo se dividiu nos seguintes **objetivos específicos**: a) analisar as bases históricas de constituição da rede ASA no contexto do Semiárido Brasileiro e sua relação com a trajetória de construção da Educação do Campo; b) compreender os princípios e as concepções que fundamentam as práticas educativas e os processos formativos da ASA e a maneira como são desenvolvidos; c) analisar como se dão as práticas educativas e os processos desenvolvidos pela ASA na microrregião de Guanambi/Bahia.

Para tanto, optamos pela metodologia da pesquisa-ação, que segundo Gamboa (1982), busca superar a dicotomia entre conhecimento e ação na tentativa de conhecer para atuar. Essa

escolha partiu do desejo de conhecer os limites das práticas estudadas e, ao mesmo tempo, realizar a intervenção para tentar superá-los.

Nesse sentido, o presente estudo apresenta as reflexões de dois momentos indissociáveis no decorrer da construção deste trabalho, a saber: a investigação da realidade por meio de observações de cursos de formação, análise documental, entrevistas coletivas e individuais (THIOLENT, 1994) com agricultores/as, monitores/as-formadores/as, equipe de assessoria e comunicação; a elaboração e o desenvolvimento de uma proposta de intervenção por meio de um curso de formação a partir dos limites apontados pelos diversos sujeitos envolvidos com as práticas educativas da ASA na microrregião de Guanambi. Em decorrência do tempo disponível para a realização do trabalho, escolhemos aprofundar aspectos da formação dos/as monitores/as-formadores/as, uma vez que serão multiplicadores/as por continuarem a atuar nos processos formativos da ASA.

Diante disso, esta pesquisa-ação teve a finalidade de contribuir no fortalecimento do projeto de campo e de sociedade proposto por sujeitos e movimentos sociais do campo. Nessa perspectiva, as escolhas que permitiram o desenvolvimento deste trabalho reafirmam a Educação do Campo enquanto projeto contra-hegemônico de sociedade defendido pelos movimentos sociais do campo e gerado por meio da luta dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo brasileiro.

Sob esse prisma, pensar a Educação do Campo enquanto projeto de sociedade implica entendê-la não apenas como um caminho para a educação, mas também como compreensão de mundo que busca a emancipação dos sujeitos para a transformação da forma de sociabilidade vigente. Isso envolve compreendê-la a partir de questões inerentes à luta pela terra e pela vida.

Todavia, é preciso esclarecer que, por ser uma proposta que se contrapõe à lógica dominante, a Educação do Campo é uma concepção que está em disputa em seu campo teórico-conceitual e prático. Caldart (2010, p. 104), ao discutir sobre essa disputa, afirma que no contexto atual há “uma diversidade de sujeitos sociais que se colocam como protagonistas da Educação do Campo, nem sempre orientados pelos mesmos objetivos e por concepções consonantes de educação e de campo”. Para a autora, essa realidade evidencia a necessidade de uma análise mais rigorosa em relação aos resultados dessas ações.

Partindo de tais pressupostos, é necessário articular as práticas educativas dos movimentos sociais do campo à construção da proposta de Educação do Campo, de forma a problematizar o contexto e as experiências vivenciadas pela ASA em um trabalho que extrapola os padrões de uma pesquisa e seu retorno acadêmico-social. Por isso preferimos realizar um estudo que indicasse formas de intervenção e transformação das práticas com dimensões limitadas.

Marx e Engels (2007) apontam na *Ideologia Alemã*, que em todas as épocas as ideias da classe dominante são as que predominam. E, no curso da história da humanidade, a produção do conhecimento científico partiu de visões hegemônicas e esteve associada à ação de especialistas ou cientistas. No entanto, os próprios movimentos sociais sinalizam que a produção do conhecimento não se dá apenas na universidade ou em grandes centros, mas se manifesta por meio de diversas formas e por diferentes sujeitos.

Sendo assim – ao pensar uma pesquisa-ação na área de Educação do Campo baseada no processo de luta, na reivindicação e na proposição dos sujeitos do campo para a construção de outro modelo de sociedade – torna-se necessário o delineamento de um percurso metodológico coerente politicamente, que tenha como ponto de partida uma análise crítica de todo o contexto no qual está inserida. Nesse sentido, essa análise contribuirá na compreensão de todo o processo de constituição da ASA, bem como dos processos de formação desenvolvidos por essa rede de organizações sociais.

A escolha política exposta indicou a necessidade de uma fundamentação teórico-metodológica baseada em uma perspectiva crítica. O trabalho, portanto, foi desenvolvido por meio da abordagem da pesquisa social qualitativa a partir do método materialista histórico-dialético, que será discutido na seção metodológica a seguir.

Diante do exposto, organizamos este relatório técnico-científico em cinco seções, intituladas a partir de analogias com o voo de uma andorinha (a pesquisadora) e de várias andorinhas (os sujeitos e as organizações sociais que integram a ASA). Essa opção partiu da compreensão de que a ASA, ao se constituir de sujeitos que se dispõem em diversas organizações e movimentos sociais do campo, afirma aquilo que o ditado popular já diz há muito tempo: “uma andorinha só não faz verão”²⁰. Ou seja, no contexto do Semiárido, uma

²⁰Esta também foi uma fala citada pelo agricultor Cabra da Peste no decorrer de uma entrevista, quando se referia ao trabalho coletivo na comunidade. Também por esse motivo o título do trabalho faz uma analogia ao trabalho coletivo que a ASA tem realizado no Semiárido.

andorinha só não contribui para que o sertão tenha acesso à água quase o ano todo, pois da mesma forma que as andorinhas (aves) migram na época do inverno em busca de regiões de calor, o povo do Semiárido migrava (algumas pessoas ainda migram) fugindo da seca e procurando formas de sobrevivência nas grandes metrópoles. Nessa perspectiva, a política de convivência pensada pelo povo do Semiárido tem possibilitado o acesso à água, bem como alguns meios de conviver com a seca.

Nesse sentido, esta seção inicial traz além das palavras introdutórias, todo o itinerário da pesquisa-ação, desde os pressupostos teórico-metodológicos, a abordagem e o contexto da pesquisa, até os sujeitos envolvidos no processo de investigação da realidade.

Na segunda seção “Várias andorinhas se encontram no Semiárido para alçar voos mais altos. Articulação Semiárido Brasileiro: dos princípios e das concepções aos processos formativos”, compreendemos como necessário, nesse processo dialético, investigar e refletir sobre o processo histórico de constituição da ASA e sobre a maneira de essa rede se inserir em um modelo de desenvolvimento de campo e sociedade contrário ao modelo priorizado ao longo da história pelas elites agrárias do país e pela política de combate à seca.

Em seguida, na terceira seção, “Algumas tempestades dificultam o voo das andorinhas: os modelos de desenvolvimento no Semiárido”, contextualizamos os padrões de desenvolvimento pensados **para** o Semiárido pelas elites agrárias e o desenvolvimento pautado e construído **pelo** povo a partir da discussão sobre a centralização da terra, da água e do conhecimento no Semiárido Brasileiro.

Já na quarta seção, “Entre uma temporada de verão e outra de inverno, as andorinhas fazem festa no sertão: limites e possibilidades das práticas da ASA”, retomamos os apontamentos dos sujeitos da pesquisa, para descrever a proposta de formação desenvolvida com os/as monitores/as-formadores/as e a equipe de assessoria e comunicação. Ainda nessa seção, refletimos com maior aprofundamento sobre os limites e as contribuições indicados nas ações da ASA.

O título da seção final contém as seguintes palavras: “Uma andorinha retorna da temporada de verão para buscar novos rumos”. Com isso afirmamos que a ação enquanto objeto desta pesquisa conclui uma etapa, mas ao mesmo tempo apresenta novos rumos que o itinerário de pesquisa-ação suscitou, não apenas para os/as pesquisadores/as, mas também para a rede ASA.

1.1 A escolha do ponto de partida para o voo: pressupostos teórico-metodológicos no itinerário da pesquisa-ação

Esta subseção tem o objetivo de discutir sobre o método considerado mais adequado para pesquisar as práticas educativas e os processos formativos da ASA a partir da premissa de que o surgimento e as ações dessa rede integram um contexto social diferenciado. Porém, imerso na conjuntura da sociedade capitalista e, portanto, permeado de contradições. Apresentamos o itinerário da pesquisa-ação desenvolvida, entendendo-a como uma opção alternativa de pesquisa que trata “de facilitar a busca de soluções aos problemas reais para os quais os procedimentos convencionais têm pouco contribuído” (THIOLLENT, 1994, p. 8).

O estudo emerge da perspectiva crítica marxista, compreendendo-a como importante para o estudo da atual sociedade. Para tanto, esclarecemos que não se trata “de se posicionar frente ao conhecimento existente para recusá-lo ou, na melhor das hipóteses, distinguir nele o ‘bom’ do ‘mal’” (NETTO, 2011, p. 18). O método de Marx nos possibilita investigar um problema, uma situação em todos os seus aspectos, não apenas atingindo sua superfície, mas também alcançando sua essência, sem se limitar à aparência dos problemas.

Por outro lado, o método de Marx vai além da compreensão, pois, segundo Löwy (1995, p. 18, grifos do autor), “o Marxismo não é uma teoria científica como as outras, não visa simplesmente descrever ou explicar, mas visa *transformar* a realidade, visa uma transformação revolucionária”. Sendo assim, ao compreendermos que o materialismo histórico-dialético é o método mais adequado para este estudo, é necessário afirmar que para além de investigar uma dada realidade, pretendemos, com este trabalho, contribuir em seu processo de transformação.

Ao longo da história da humanidade muitos teóricos buscaram explicar ou conceituar o que é a ciência e como se dá o conhecimento científico. Todavia, essa é uma definição complexa, pois envolve questões como ideologia, utopia, busca da verdade, construção de conhecimento, entre outros aspectos. Löwy (1995, p. 110), ao discutir sobre isso, afirma que a ciência é a tentativa de conhecermos a verdade, “porém a verdade absoluta jamais será conhecida, todo o processo de conhecimento é um processo de acercamento, de aproximação à verdade”. Para ele, há níveis maiores ou melhores de aproximação da verdade dentro do conhecimento científico.

Nesse sentido, o autor compreende a ciência como um processo de produção do conhecimento da verdade. Esse processo não pode ser desvinculado da luta de classes, pois existe uma relação entre ambos. E “é a partir da luta de classes que se dão as condições mais favoráveis para um conhecimento científico da realidade, da verdade” (LÖWY, 1995, p. 110). Frigotto (2011, p. 19), por sua vez, esclarece a necessidade de rompimento com a estrutura de classes: “tanto a ciência quanto a educação somente poderão desempenhar seu papel de qualificação da vida e dilatação do tempo efetivamente livre, criativo e, portanto, de emancipação humana em sociedades que rompam, pela raiz, a estrutura de classes”. Portanto, a opção pelo referido método também evidencia que a luta de classes se insere de forma muito explícita no modo de vida dos sujeitos do campo e que, portanto, é necessário questionar suas estruturas na tentativa de superá-las.

Outro aspecto importante para pensar a produção do conhecimento e primordial para a compreensão marxista é o trabalho. Para Marx, o ponto de partida para alcançar o conhecimento “está no fato de que, entre as ideias e o mundo objetivo, externo à consciência, se desdobra uma intensa mediação que tem no trabalho a sua categoria fundante” (LESSA; TONET, 2011, p. 46).

Sendo assim, a construção do conhecimento e a pesquisa em Educação do Campo não podem estar desvinculadas da discussão acerca da luta de classes e não podem perder de vista a centralidade do trabalho na vida dos trabalhadores e das trabalhadoras. Na compreensão de Marx, a produção do conhecimento científico não pode ser pensada sem ter como ponto de partida a realidade social e a luta de classes presente na sociedade. Para Marx, o conhecimento da realidade não é absoluto, pois

o conhecimento é uma atividade da consciência que, por meio da construção de ideias, reflete as qualidades do real. Por outro lado, o real é um processo histórico. Uma realidade e uma consciência, ambas em movimento, não pode jamais resultar em um conhecimento absoluto, fixo, imutável. Por isso a reflexão da realidade pela consciência é um constante processo de aproximação das ideias em relação à realidade em permanente evolução (LESSA; TONET, 2011, p. 48).

Dessa forma, é perceptível que o conhecimento não é algo absoluto, pronto e acabado, mas algo em constante movimento e evolução. Por isso a ciência é um processo que se constrói historicamente. Um conhecimento não pode ser imposto como superior a outro;

devemos, portanto, considerar o processo de busca, de construção que se amplia na medida em que a história vai se constituindo.

Löwy (1995) sinaliza que Marx não desconsidera a ciência produzida anteriormente, mas que, ao fazer uma análise da sua própria obra, afirma que não é o primeiro a fazer ciência nem o único, porém indica que o diferencial de sua produção é o ponto de vista de classe, o proletariado. Todavia, o autor aponta que as contradições irão surgir no processo, ainda que se busque compreender o contexto de uma classe social ou de um grupo que comungue de uma mesma visão de mundo:

na medida em que se desenvolve um processo de conhecimento, ou um processo de transformação, ou um processo de prática social, inevitavelmente aparecem pontos de vista diferentes, aparecem divergências, contradições, concepções distintas, no seio mesmo de uma classe social, ou daqueles que compartilham de uma mesma visão do mundo. Isto é inevitável e é também necessário, é parte mesmo de todo o processo efetivo de conhecimento e transformação da realidade (LÖWY, 1995, p. 32).

Diante disso, compreendemos que o estudo dos limites e das possibilidades das práticas educativas da ASA, na microrregião de Guanambi/Bahia, faz parte do processo de construção do conhecimento no contexto do projeto de Educação do Campo defendido pelos sujeitos do campo. Apesar das contradições que emergiram, acreditamos que a pesquisa contribuiu para a transformação da realidade. Na perspectiva de Marx, conhecimento e transformação da realidade são indissociáveis, ou seja, fazem parte do mesmo processo.

Essa necessidade de conhecer e transformar justifica a opção pela pesquisa-ação e evidencia que a Educação do Campo, enquanto projeto de sociedade contra-hegemônico, se apresenta como instrumento para a construção de outra forma de sociabilidade. A condição para que isso ocorra é a realização da análise sobre as bases em que a sociedade capitalista se ergueu e sobre as condições em que ela se perpetua cotidianamente com suas contradições; e, sobretudo, a indicação das possibilidades legítimas de transformação da realidade da classe trabalhadora.

Dessa maneira, o projeto de sociedade proposto a partir da Educação do Campo pelos/as trabalhadores/as do campo se contrapõe à lógica dominante de construir o conhecimento de forma dicotômica. Esse projeto dialoga com uma ciência que considera a totalidade, a conjuntura de todo o processo histórico de vida dos sujeitos.

Vendramimi (2010, p. 127), ao versar sobre o materialismo histórico-dialético, compreende-o como uma forma de apreender a essência dos problemas reais inerentes à vida, ao trabalho e à educação; e, a partir de categorias que expressam as próprias relações sociais, aponta que “a ciência é expressão do movimento do real, é fruto da produção histórica dos homens e, além disso, é condição fundamental para a produção da vida na atualidade”. É nessa lógica que compreendemos o conhecimento científico, como algo em movimento que pode contribuir na construção de outra sociedade, capaz de garantir a emancipação dos sujeitos, sejam eles do campo ou da cidade.

A partir dessa compreensão entre produção do conhecimento e Educação do Campo, explicitadas neste estudo e analisadas pelo método de base materialista histórico-dialético; entende-se como necessário apontar algumas características desse método pontuado como o mais adequado à pesquisa “Limites e possibilidades das práticas educativas da ASA na microrregião de Guanambi/Bahia”²¹.

Martins (2006), ao discutir sobre o materialismo histórico-dialético, esclarece que se a intenção é descobrir a essência oculta de um determinado objeto, é preciso ir além do que é visível. Segundo a autora, para a epistemologia desse método, compreender os fenômenos em sua processualidade e totalidade perpassa pelo respaldo da dialética entre singularidade, particularidade e universalidade (MARTINS, 2006). Isso significa que não se pode perder de vista, em uma pesquisa que parte desse método, a importância dessas três categorias.

A partir do objeto desta pesquisa, procuramos abstrair do concreto, ou seja, das práticas educativas e processos formativos da ASA, essas categorias, de forma que se aproxime cada vez mais do real no contexto de uma totalidade que vai além de uma junção das partes. As categorias exploradas neste estudo baseiam-se em um viés que compreende a totalidade como um movimento dinâmico e contraditório em que o todo e as partes se inter-relacionam em uma via de mão-única. Assim, a categoria metodológica “totalidade” é essencial para discutir sobre as práticas educativas da ASA e, concomitante a isso, é um viés para que possamos conhecer as especificidades desse objeto a partir da compreensão entre o universal, o singular e o particular, enquanto categorias deste estudo.

²¹ O título da pesquisa foi se modificando no decorrer do seu desenvolvimento e a partir dos resultados consideramos oportuno utilizar a fala de um dos sujeitos “Uma andorinha só não faz verão”, no título, conforme justificado nas palavras introdutórias.

Segundo Cheptulin (2004, p. 286), “os aspectos que constituem o singular e o geral nas formações materiais particulares são contrários, pelo fato de que eles possuem tendências diretamente opostas: o singular tem a tendência de não se repetir, o geral repete-se sempre”. Assim, buscamos contribuir na construção do conhecimento a partir da compreensão do processo em sua totalidade e “dialeiticidade”. Vendramini (2010, p. 129) reitera que “na perspectiva do materialismo histórico-dialético, consideramos a Educação do Campo uma particularidade do universal. Para compreendê-la, precisamos usar o recurso dialético, com base na conexão entre o geral, o específico e o particular”.

Dessa forma, assumimos uma opção ético-política, que buscou colaborar para que a ASA avalie suas práticas, no sentido de compreender em que medida suas ações contribuem na melhoria de vida dos agricultores e das agricultoras do Semiárido. Além disso, esperamos que a Rede perceba também os limites de suas ações e avalie de que modo pode avançar no seu processo de formação e mobilização.

Concordamos, portanto, com Martins (2006), ao considerar que na epistemologia materialista histórico-dialética não se deve perder de vista que a sociedade em que vivemos é produtora de mercadorias, explicitamente capitalista, alienada e alienante. Isso evidencia a necessidade de sua superação.

Nesse sentido, o caráter histórico da constituição da ASA e da maneira como esta rede se situa no contexto da totalidade da sociedade capitalista e na particularidade do Semiárido são categorias essenciais para a compreensão do objeto em estudo e, sobretudo, para a superação do modo de vida alienante presente na sociedade capitalista.

Frigotto (2011, p. 37), ao discutir sobre a produção do conhecimento e a construção de um projeto de sociedade contra-hegemônico sinaliza que a escolha pelo método histórico-dialético “nos permite, se bem conduzido, compreender como a realidade humana se produz para além das aparências”. Isso identifica quais as ações são necessárias para realizar as transformações na sociedade desigualitária que vivemos.

Assim, ao definirmos dentro dessa perspectiva, pela estratégia da pesquisa-ação, explicitamos o desejo em apontar as ações necessárias de transformação e desenvolver com os sujeitos uma formação que pudesse superar os limites e transformá-los em novas possibilidades. Para tanto, buscamos compreender a totalidade com os sujeitos envolvidos, de modo que a pesquisa-ação configurou-se a partir de encontros coletivos em que

agricultores/as, monitores/as-formadores/as e equipe de assessoria pedagógica e comunicação do CASA apontaram o que visualizam enquanto limites e possibilidades do trabalho desenvolvido pela ASA na microrregião de Guanambi/Bahia.

Considerando a processualidade e a totalidade enquanto dialética entre o universal, o singular e o particular, apresentamos, na próxima subseção, o que compreendemos por práticas educativas neste estudo e quais ações da ASA estão inclusas nas referidas práticas.

1.1.1 Voando entre flores e espinhos: sobre as práticas educativas e os processos formativos no contexto das organizações e dos movimentos sociais

As práticas educativas dos movimentos e das organizações sociais estão associadas às suas lutas e trajetórias que ora são realizadas nos contextos escolares ora nas marchas, nas mobilizações, nas assembleias, nas reuniões e nas formações políticas.

Sob a perspectiva marxista, Araújo (2007) e Garcia (2009) pesquisaram as práticas educativas/pedagógicas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) a partir das ações desenvolvidas por meio da instituição escolar e das ações inerentes à forma de organização do movimento. Araújo (2007) investigou as experiências educativas em assentamentos no extremo Sul da Bahia e Garcia (2009) pesquisou sobre a prática pedagógica na escola do MST, em um assentamento no estado do Rio Grande do Sul. O foco de Araújo (2007) foi quatro práticas educativas vinculadas à educação não escolar, enquanto Garcia (2009) investigou uma experiência de educação escolar. Os dois estudos apresentam limites e possibilidades no contexto das práticas desenvolvidas pelo MST.

O estudo ora apresentado sobre as práticas educativas da ASA vincula-se às ações da Rede no que se refere à educação enquanto processo de formação e mobilização social para a convivência com o Semiárido. Além disso, inclui o trabalho com uma concepção de educação que valorize os saberes do povo e que dialogue com seu modo de vida. A ASA trabalha com o conceito de educação contextualizada²², que parte da necessidade de a educação considerar as especificidades e peculiaridades do contexto em que os sujeitos estão inseridos, neste caso, no Semiárido.

²²Este conceito será discutido na terceira seção.

A compreensão das práticas educativas remete à reflexão sobre o caráter da educação, especialmente no que se refere aos contextos não escolares. Sobre tal questão, Saviani (2012, p. 20, grifos nossos) esclarece que

a compreensão da natureza da educação enquanto um trabalho não material, cujo produto não se separa do ato da produção, permite-nos situar a especificidade de educação como referida aos **conhecimentos, ideias, conceitos, valores, atitudes, hábitos, símbolos sob o aspecto de elementos necessários à formação da humanidade** em cada indivíduo singular, na forma de uma segunda natureza, que se produz, deliberada e intencionalmente, através de relações pedagógicas historicamente determinadas que se travam entre os homens.

Dessa forma, a especificidade da educação, compreendida como um trabalho não material, fundamenta-se nos elementos necessários à formação da humanidade a partir das relações construídas historicamente por homens e mulheres. O papel do/a educador/a é, por conseguinte, oferecer os subsídios indispensáveis para que os/as educandos/as tenham acesso a esses conhecimentos produzidos pela humanidade.

Nesse sentido, o contexto não escolar nesta pesquisa são as práticas educativas e os processos formativos da ASA, especialmente aqueles desenvolvidos pelo CASA. Tais processos são materializados nos cursos de capacitação desenvolvidos com agricultores/as – Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH), Gerenciamento de Água para Produção de Alimentos (GAPA), Sistema Simplificado de Manejo de Água (SSMA). Mas, também nos encontros de formação (microrregional, territorial, estadual e nacional), nos intercâmbios, e em outras ações, como mobilizações²³.

Santos (2013, p. 121) aponta que, em relação à natureza e à especificidade das práticas educativas dos movimentos sociais populares, “pode-se dizer que estas têm por objetivo fazer avançar a organização sociopolítica de seus integrantes em direção às reivindicações e interesses coletivos”. O autor afirma que tratar da formação nesses espaços inclui não apenas os cursos organizados por esses movimentos, mas também os demais espaços de luta de tais movimentos, como é o caso das manifestações, das marchas, das reuniões, entre outras.

²³ Esses processos serão descritos na seção 2.1.1

Nessa perspectiva que se compreende as práticas educativas e os processos formativos desenvolvidos pela ASA. Portanto, considera-se, neste texto, que a concepção de educação se dá enquanto prática social e que os processos formativos desenvolvidos envolvem todas as ações de mobilização social, contribuindo para o avanço da organização sociopolítica dos sujeitos que constituem a rede, bem como daqueles que dela participam.

Quando falo da questão da prática educacional como uma modalidade no interior da prática social, estou afirmando que aquela é uma prática social que se diferencia porque tem uma particularidade: trabalha com o problema do conhecimento. **Aquele movimento de partir da prática social e ir até a prática social não significa que você sai dela e depois volta para ela, como às vezes se interpreta. Você não sai dela, você continua dentro dela.** Por prática social está se entendendo a prática social própria da sociedade atual, em seu ponto mais avançado. (SAVIANI, 2010 apud SANTOS, 2012, p. 199, grifos nossos).

Nesse contexto, o trabalho com os saberes, desenvolvido pela ASA, parte da prática social dos sujeitos. Todavia, como qualquer prática social, há contradições e é por isso que se propõe investigar esses limites e apontar estratégias de superação. É devido a essas contradições, que também se intitula esta seção a partir dos termos “flores e espinhos”, delimitando que as práticas da ASA contribuem para a formação e a mobilização social do povo do Semiárido, mas, ao mesmo tempo, apresenta desafios no que se refere ao enfrentamento e à superação da forma de sociabilidade imposta pelo capitalismo.

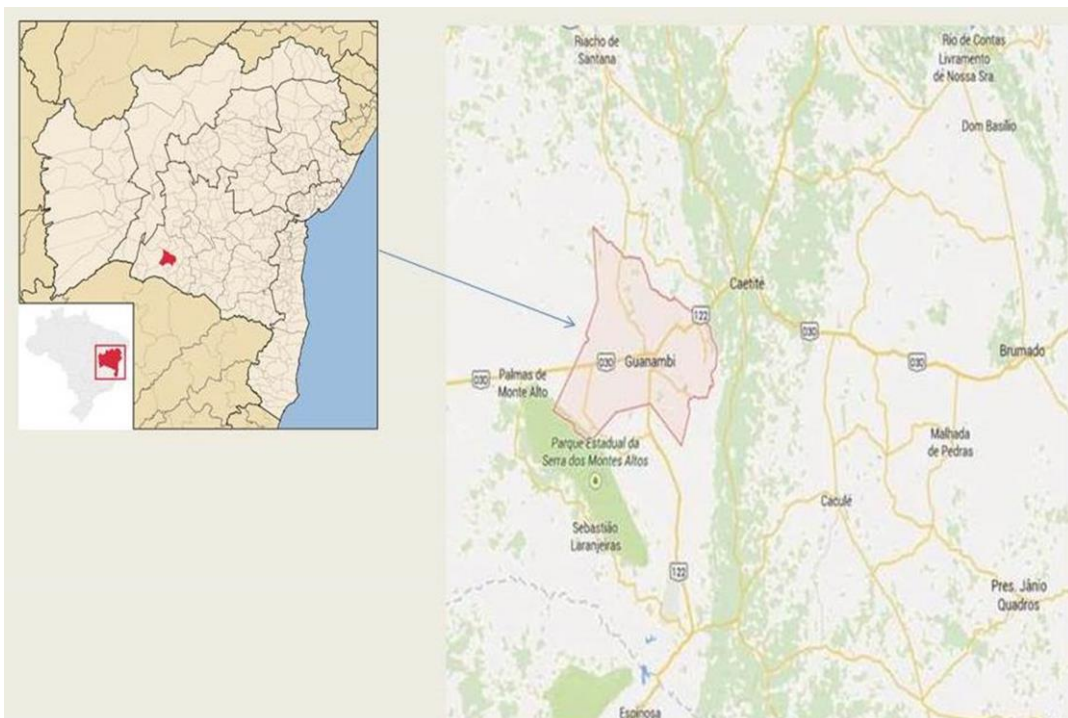
Segundo Santos (2012, p. 200), os movimentos avançam no processo de formação humana “quando se pautam por um verdadeiro processo de abertura de possibilidades para que os seus integrantes problematizem a realidade social e se instrumentalizem teórica e praticamente para um enfrentamento mais consistente em suas lutas”. Nesse sentido, esperamos contribuir para que, especialmente, os sujeitos participantes da pesquisa problematizem a realidade em que estão inseridos e construam instrumentos de luta por meio do conhecimento adquirido.

Diante dessas reflexões sobre as práticas educativas dos movimentos, como categoria da singularidade, entendemos que é necessário discutir sobre a ASA enquanto categoria da particularidade. Consideramos também a importância de refletir sobre como esse contexto de pesquisa é visualizado, tratando desde as inquietações e as problematizações originadas das experiências nessa rede de organizações sociais até o momento de realização do presente estudo.

1.2 A paisagem visualizada a partir do voo: a ASA e o CASA no contexto da pesquisa-ação

Nesta subseção apresentamos o panorama da pesquisa, situando como a ASA e o CASA se insere nela a partir das experiências e dos vínculos pessoais e profissionais explicitados nas palavras introdutórias. Esses vínculos estão relacionados à monitoria, à assessoria e ao gerenciamento de capacitações/formações de agricultores/as atendidos/as pelo “Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido” na microrregião de Guanambi/Bahia²⁴.

Mapa 1 – Localização do município de Guanambi/Bahia



Fonte: <<https://www.google.com.br/maps/place/Guanambi,+BA>>. Acesso em: 10 mar. 2015/
<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/4/4d/Bahia_Municip_Guanambi.svg/579px-Bahia_Municip_Guanambi.svg.png>. Acesso em: 10 mar. 2015.

Salientamos que o objetivo neste momento é explicitar a relação do problema de pesquisa com o trabalho do CASA, enquanto entidade microrregional e territorial da ASA. A

²⁴ A microrregião de Guanambi aqui considerada corresponde à área de atuação do CASA até o ano de 2013 e abrange 21 municípios dos territórios Sertão Produtivo, Velho Chico e Bacia do Paramirim: Guanambi, Candiba, Urandi, Pindaí, Palmas de Monte Alto, Caetitê, Malhada, Matina, Iuiu, Riacho de Santana, Botuporã, Caturama, Igaporã, Sebastião Laranjeiras, Tanque Novo, Paratinga, Sítio do Mato, Oliveira dos Brejinhos, Boquira, Macaúbas e Bom Jesus da Lapa. Estas ações se estenderam para outros municípios a partir do ano de 2014, mas estamos considerando a atuação até o ano de 2013.

discussão sobre a constituição e desenvolvimento das ações da rede ASA será aprofundada na segunda seção deste trabalho.

Löwy (1995, p. 70), chama a atenção para a inexistência de conhecimento da história quando se está de fora. Ou seja, para o autor, “ninguém está fora do rio da história, olhando para ele de suas margens. Todo o observador está imerso no curso da história, nadando ou navegando em um barco neste curso tempestuoso da história, ninguém está fora”. (LÖWY, 1995, p. 70). Ao mesmo tempo em que o pesquisador precisa ter um olhar de estranhamento para compreender a essência dos fatos, não há como se isentar de sua própria história, da processualidade que permeia as relações estabelecidas – neste caso, como classe trabalhadora e como integrante da referida instituição –, nem da trajetória construída pelos sujeitos inseridos no contexto do objeto da pesquisa. Sendo assim, pesquisar sobre as práticas educativas da ASA na microrregião de Guanambi exigiu um estudo crítico sobre em que base histórica originou a instituição pesquisada. Demandou também uma análise histórica sobre como as ações da política de convivência com o Semiárido foram implementadas no período que compreende desde o ano de 2003 até o de 2013²⁵, período que representa a primeira década de existência e atuação do CASA, entidade *locus* da pesquisa.

O CASA surgiu no ano de 2002 com objetivo de atender às demandas de agricultores/as da região e se caracteriza como uma associação sem fins lucrativos. Hoje, enquanto Unidade Gestora Microrregional e Territorial da ASA atua com tecnologias sociais²⁶ de convivência com o clima semiárido, a exemplo das cisternas de placas, e tem como principais bandeiras de luta: o acesso à água para consumo humano e produção, a soberania e a segurança alimentar e nutricional das famílias, a igualdade de gênero, a educação contextualizada com a realidade do povo do Semiárido, a agroecologia, entre outras.

Dentre os objetivos de constituição do CASA está a necessidade de dar continuidade as ações e aos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Caetité na região. Os membros da CPT ao avaliar a execução de suas atividades junto às associações rurais, aos Sindicatos de Trabalhadores/as Rurais e aos líderes das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), perceberam a necessidade de intensificar os trabalhos de

²⁵ O CASA foi fundado no ano de 2002, porém, as atividades com o Programa um Milhão de Cisternas iniciaram-se no ano de 2003. Devido ao processo de universalização das cisternas de consumo, as atividades no ano de 2014 passaram a focalizar a água para a produção a partir do P1+2. Por isso a delimitação da pesquisa considerou a primeira década de trabalho com o referido programa.

²⁶ Esse conceito, bem como as principais tecnologias sociais implementadas pela ASA serão discutidas na seção 2.1.1.1. deste trabalho.

convivência com as consequências da seca. Isso se deu a partir do trabalho com a captação e estocagem da água de chuva, e o incentivo à criação de animais de pequeno porte, como cabras e ovelhas, além do cuidado e preservação do solo para plantio (CASA, 2015).

Os trabalhos da CPT iniciaram com a construção de cem cisternas para captação da água de chuva, financiada pela *Manus Unidas*²⁷, entidade católica da Espanha. Após realizar a supervisão do investimento, a *Manus Unidas* enviou recurso para construção de mais quatrocentas cisternas (CASA, 2015).

A construção da primeira cisterna foi em julho de 1996, no município de Aracatu/Bahia. Todavia, os recursos não eram suficientes para beneficiar de forma gratuita todas as famílias que necessitavam de um reservatório para captar a água da chuva. Por isso, foi criado um fundo rotativo, de modo que cada família que conquistou a tecnologia contribuía mensalmente com um determinado valor. A estratégia desse fundo possibilitou a aquisição de recursos para construção de mais quinhentas cisternas na região (CASA, 2015).

Interessante que nesse momento os membros da CPT buscaram mobilizar os prefeitos da região para garantia de recursos que pudessem ampliar as ações de construção de cisternas. Entretanto, apesar de alguns municípios terem elaborado leis que disponibilizassem orçamento anual para essa ação, os prefeitos não cumpriram a legislação e o acesso à água para as famílias continuou sendo negado pelo poder público local.

Os membros da CPT da Diocese de Caetité perceberam que outras entidades na Bahia e no Nordeste estavam realizando ações semelhantes de convivência com o clima, principalmente a construção de cisternas para captação da água de chuva. Foi nessa conjuntura que várias organizações se articularam e fundaram a rede Articulação Semiárido Brasileiro, em Recife/Pernambuco²⁸. A partir disso, a rede elaborou e apresentou ao Governo Federal o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) e começou a pautar uma política de convivência com o clima da região semiárida brasileira (CASA, 2015).

Dentre as várias ações desenvolvidas pelo CASA, na microrregião de sua atuação, destacamos o “Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido”, que inclui o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). A finalidade do primeiro é oportunizar acesso à água de

²⁷ Associação da Igreja Católica da Espanha para a ajuda, promoção e desenvolvimento do Terceiro Mundo.

²⁸ A segunda seção deste trabalho apresenta o histórico de constituição da ASA. Por isso, neste momento apresentamos apenas o CASA enquanto entidade *lócus* da pesquisa-ação.

consumo para as famílias do Semiárido a partir da captação da água de chuva e a do segundo é obter água para a produção de alimentos, principalmente hortaliças, e a dessedentação animal.

Pensar essa base histórica e as contradições que possam surgir ao estudar as ações da instituição nesse período de 10 anos de atuação na região indicou a escolha pelo método que dialogasse com essa realidade e considerasse que os sujeitos participantes da pesquisa integram uma mesma classe social, a classe trabalhadora. Foi nessa perspectiva que optamos pelo materialismo histórico-dialético como método, conforme justificado na seção anterior.

Nesse sentido, o primeiro momento da pesquisa partiu da análise dos materiais e dos documentos da ASA, de modo a identificar os princípios e as concepções da referida rede. Posteriormente, analisamos em que medida tais princípios e concepções são desenvolvidos nas práticas educativas e nos processos formativos da ASA na microrregião de Guanambi e como essas práticas contribuem para a melhoria de vida de agricultores/as, de modo a identificar limites e possibilidades nessas ações. No segundo momento, refletimos com os/as monitores/as-formadores/as dos cursos de capacitação e com a equipe de assessoria pedagógica e comunicação da instituição sobre tais limites e possibilidades, de modo a realizar ações (intervenções) que pudessem contribuir na formação deles e encontrar nos limites outras possibilidades. Nesse sentido, a pesquisa-ação permeou todo o processo, desde os encontros com agricultores/as até a formação com os/as monitores/as-formadores/as.

A materialização da Educação do Campo, nessa perspectiva, passa por confrontos internos que merecem a atenção de quem integra esse movimento e projeto de sociedade contra-hegemônico. Dessa forma, é necessário analisar as possibilidades e as contradições que se apresentam nas práticas educativas vinculadas à proposta da Educação do Campo enquanto projeto de campo e sociedade. Por conseguinte, o estudo das práticas educativas e dos processos formativos da ASA fez-se necessário, uma vez que a atuação desta organização é com agricultores e agricultoras, especialmente, no contexto do Semiárido Brasileiro.

O P1MC, conforme explicitado no projeto de formação que o referencia, tem como objetivo contribuir, por meio de um processo educativo, para a transformação social do ecossistema Semiárido (ASA, 2002). Isso nos instigou a pesquisar como esse objetivo tem se efetivado na vida dos/as agricultores/as que participam desses processos formativos e a investigar se essa experiência tem proporcionado elementos para que os sujeitos se entendam enquanto classe trabalhadora e se organizem para lutar contra a atual forma de sociabilidade.

Para atender aos objetivos do estudo, foi imprescindível caracterizar o Semiárido Brasileiro e discutir os modelos de desenvolvimento presentes na região a partir da fundação da ASA, da análise de sua base histórica e de sua relação com a trajetória do projeto de Educação do Campo. Essas análises partiram da perspectiva social de pesquisa, estudando a realidade de forma crítica, como discutido na seção seguinte.

1.3 Um pouso no pé de umbuzeiro para cantar com outros pássaros: a abordagem da pesquisa-ação, as estratégias de coleta de dados e os sujeitos envolvidos

Esta subseção tem como objetivo apresentar os sujeitos e a abordagem da pesquisa, bem como descrever como se deu a escolha tanto da metodologia quanto dos sujeitos envolvidos; uma vez que, por ser uma pesquisa-ação, o diálogo com os sujeitos ocorreu de forma permanente, com o objetivo de intervir na realidade concreta. Por esse motivo fazemos a analogia da necessidade de cantar com outros pássaros, tendo em vista que a intenção foi fazer ecoar a voz de todos os sujeitos que integram a pesquisa, direta ou indiretamente.

Diante dessa premissa, consideramos que, no contexto das Ciências Sociais, o objeto se caracteriza como histórico, pois todos os seres humanos, os grupos ou as sociedades dão significado a suas ações, de forma que o investigador não é o único a dar sentido ao trabalho intelectual (MINAYO, 2013). Nesse sentido, este trabalho é fruto de uma pesquisa-ação que teve como base a pesquisa social com abordagem qualitativa, desenvolvida por meio do embasamento materialista histórico-dialético. As estratégias utilizadas foram desde observações, análise documental, questionários, entrevistas individuais e coletivas até encontros e oficinas de formação/intervenção, consideradas como o espaço privilegiado da pesquisa.

Este itinerário ratifica que a pesquisa-ação apresenta-se como uma alternativa para o pesquisador que não quer se limitar aos aspectos acadêmicos e burocráticos. Segundo Thiollent (1994, p.14, grifos nossos), a pesquisa-ação

é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em **estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema** coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Como justificado anteriormente, o vínculo experiencial da pesquisadora com o CASA e a ASA ocorre desde o ano de 2010. Por isso, relacionamos a opção pela pesquisa-ação à possibilidade de contribuir com a instituição e, especialmente, com os sujeitos vinculados a ela, de forma a transformar as práticas que se apresentam com limitações.

Optamos também pela pesquisa-ação, por se caracterizar como um tipo de pesquisa de abordagem qualitativa no contexto das Ciências Sociais. Conforme Minayo (2013, p. 14, grifos nossos), nessa área o diferencial da pesquisa é que esta última se estabelece, essencialmente, de maneira qualitativa e que consideramos a realidade social como

a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela. Portanto, os códigos das ciências sociais que por sua natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de conter a totalidade da vida social. As Ciências Sociais, no entanto, possuem instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da suntuosidade da existência dos seres humanos em sociedade, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória.

Ainda conforme a autora, as Ciências Sociais “abordam o conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nas representações sociais, nas expressões da subjetividade, nos símbolos e significados” (MINAYO, 2013, p. 14). Nesse sentido, a pesquisa sobre as práticas educativas da ASA na microrregião de Guanambi/Bahia, em sua estrutura e processo, evidencia a abordagem desse conjunto de expressões dos sujeitos envolvidos, sejam eles agricultores/as, monitores/as-formadores/as ou outros integrantes desse projeto de convivência com o Semiárido.

Com a definição pela pesquisa social de abordagem qualitativa a partir do método histórico-dialético sinalizamos mais uma vez a preocupação com a realidade social. Essas escolhas dialogam com a observação de Minayo (2013, p. 15), relacionada ao fato de a metodologia ultrapassar as técnicas e incluir “as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade”. Por esse motivo, este trabalho intercala a conjuntura das ações da ASA na microrregião de Guanambi por meio da mediação do CASA com a produção histórica do conhecimento no contexto da sociedade de classes e, ainda, com a voz de todos os sujeitos envolvidos.

A pesquisa de abordagem qualitativa se ocupa, no contexto das Ciências Sociais, de um nível da realidade que não pode ser quantificado, pois trabalha com os “significados, as aspirações, as crenças e os valores” (MINAYO, 2013, p. 21). Para analisar os limites e as possibilidades das práticas educativas da ASA, consideramos necessário compreender o universo de motivos e significados que integram a luta do povo do Semiárido pela construção de uma política de convivência com o clima. Tais pressupostos também justificam a opção pelo método da pesquisa-ação, pois o presente estudo inclui diversas estratégias de coleta e análise dos dados para compreensão da problemática, como já foram citadas nesta seção.

A observação, por exemplo, ocorreu em momentos formativos organizados pela entidade, a saber: o Encontro Microrregional, realizado em Guanambi em novembro de 2013 com agricultores e agricultoras, membros de comissões municipais e equipes técnicas; um curso de capacitação em SSMA, realizado na comunidade de Pau Branco em Riacho de Santana entre os dias 11 e 13 de junho de 2014; e um intercâmbio regional realizado também no município de Riacho de Santana no dia 04 de julho de 2014. Nesses momentos foram observados aspectos relacionados aos temas abordados em cada formação, às metodologias de desenvolvimento dos temas, à participação dos agricultores e das agricultoras, entre outros aspectos. Todavia, é necessário ressaltar que houve a observação da experiência que antecedeu esse momento de pesquisa e que foi bastante significativa para o estudo, sobretudo, no que se refere à atuação com as referidas práticas, pois muitos elementos que foram vivenciados, enquanto a pesquisadora atuava como monitora-formadora puderam ser mais bem refletidos no contexto da pesquisa-ação.

A análise documental ocorreu concomitante à interlocução com os sujeitos por meio do desenvolvimento das demais estratégias de coleta de dados, uma vez que algumas questões precisavam ser relacionadas. Foram analisadas: Declaração do Semiárido (ASA, 1999); Carta de Princípios da ASA (ASA, 2000); Estatuto do CASA (CASA, 2012); *fanpage* e site da ASA²⁹ e do CASA³⁰; boletins informativos; diversas cartilhas produzidas pela ASA (ASA, 2011; 2010; 2005); projeto inicial de formação da ASA (ASA, 2002; 2003); documentos resultantes dos Encontros Nacionais da ASA (EnconASA), especialmente, a carta política do VIII Encontro, realizado no ano de 2012, pelo fato de a pesquisadora ter participado do encontro e das discussões; entre outros panfletos e materiais. Na análise observamos os princípios e as concepções propostos pela ASA em seus principais documentos e

²⁹ <https://pt-br.facebook.com/articulacaosemiario>.

³⁰ <https://pt-br.facebook.com/casasemiario>.

identificamos quais são as lutas pautadas pela organização no contexto do Semiárido, a partir da proposta de convivência com esse tipo de clima, e quais dessas estão cotidianamente presentes nas discussões e nos debates da rede.

As entrevistas coletivas foram realizadas com o grupo de vinte participantes do SSMA em Riacho de Santana, município em que as questões relacionadas à convivência com Semiárido e as ações da ASA foram lançadas anterior a criação do CASA. Os agricultores e as agricultoras presentes participaram livremente do debate, expondo suas concepções no que se refere aos limites e às possibilidades das ações da ASA. No total, participaram do debate sete pessoas, quatro mulheres e três homens. Dentre essas, escolhemos três pessoas para realizar entrevistas individuais e aprofundamento das questões relacionadas à convivência com o Semiárido, às contribuições das práticas da ASA e a outros fatores.

A escolha por esse grupo ocorreu por meio da nossa participação no curso de SSMA observado, considerando as questões levantadas por eles que necessitavam de maiores esclarecimentos, assim como o nível de envolvimento e participação dos sujeitos na comunidade. Durante a entrevista coletiva alguns apresentaram elementos importantes para pensar os limites e as possibilidades das ações da ASA, por exemplo, a organização deles de forma coletiva para buscar melhorias para a vida na comunidade, no campo; a democratização do conhecimento; o olhar diferente sobre a região; entre outros aspectos; como sinaliza o jovem agricultor:

É, antigamente as pessoas, é, migravam para as grandes metrópoles por falta de oportunidade, né? Hoje, ao meu ver, se tornou mais diferente, as pessoas estão olhando com outros olhos o Semiárido porque através desses programas aí [pausa], assim, não é coisa pra pessoa se enriquecer, mas dá para se manter, para sobreviver no Semiárido. (SERTANEJO³¹, depoimento coletado no curso de SSMA, no dia 13 de junho de 2014).³²

E acrescenta ainda:

³¹ Em respeito à Resolução do Conselho Nacional de Saúde - CNS Nº 466/2012, os sujeitos foram denominados com nomes fictícios. Nesta pesquisa, optamos por nomes relacionados à cultura do Semiárido. Às/Aos monitores/as-formadores/as e à equipe de assessoria e comunicação solicitamos que escolhessem um pseudônimo para serem denominados no texto e garantir o anonimato.

³² Optamos por manter nas transcrições dos depoimentos e das entrevistas os traços inerentes à fala dos sujeitos entrevistados, conservando seu caráter oral.

Com relação à migração, eu posso dar o exemplo de mim [pausa]. É, no ano de 2004 eu terminei o meu curso do ensino fundamental [se referiu ao ensino médio], e olhei aqui pros quatro cantos da minha região e não vi oportunidade, aí, eu fui obrigado a migrar para outra região pra poder trabalhar [...] Aí, eu fiquei lá 4 anos e hoje eu já tenho uma visão melhor aqui através desses programas aí (SERTANEJO, depoimento coletado no curso de SSMA, no dia 13 de junho de 2014).

Notamos no depoimento do agricultor Sertanejo que a migração era um dos problemas decorrentes da ausência de oportunidades diante do clima semiárido. Percebemos também uma visão de que os programas de convivência possibilitam a sobrevivência, mas não o enriquecimento dos sujeitos. Nesse sentido que, a partir das finalidades do projeto de convivência com o clima desenvolvido pela ASA, se tem alcançado o objetivo de melhoria de vida dos sujeitos.

Lampião, por sua vez, afirma que as ações da ASA contribuem para a convivência com o clima: *“Essa questão dessas caixas que estão chegando aí, essas cisternas, é a gente saber trabalhar com a seca, são estratégias que devemos utilizar para adaptarmos a esse clima”* (Depoimento coletado no curso de SSMA em Riacho de Santana, no dia 13 de junho de 2014). Outras questões em relação às contribuições foram apontadas, como o desenvolvimento da comunidade a partir da mobilização da busca de outros benefícios para si própria, a melhoria na qualidade da alimentação por meio das hortaliças e do consumo de água potável. Tais apontamentos serão retomados na quarta seção.

Posteriormente, realizamos um encontro com cinco monitoras/formadoras, um monitor/formador, e a equipe de assessoria pedagógica e de comunicação do CASA, composta por duas pedagogas e uma jornalista. Essa atividade foi programada para quatro momentos (encontros). Todavia, em virtude da disponibilidade dos/as participantes, do curto tempo para realização, bem como das condições financeiras, realizamos apenas dois encontros. O primeiro momento, realizado no dia 25 de agosto de 2014, denominamos de encontro diagnóstico e teve o objetivo de ouvir o que os sujeitos apontavam como limites e possibilidades nas práticas educativas da ASA desenvolvidas por eles. A partir disso, elaboramos e desenvolvemos um segundo encontro³³ com um curso de formação em que os sujeitos definiram os temas a serem trabalhados.

³³ Esse encontro de formação constitui a seção 4, abordando desde o planejamento, até a realização e análise dos resultados. Por isso, não alongaremos a descrição sobre ele neste momento.

Esse encontro diagnóstico evidenciou a necessidade de aprofundamento e estudo das seguintes temáticas: luta pela terra, questão agrária, questões de gênero; Educação do Campo; programas para a agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA³⁴) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE³⁵); agroecologia; segurança e soberania alimentar; e a questão das sementes crioulas³⁶ (nativas). Outras questões foram apontadas como limites no contexto do debate, como ausência de formação política e necessidade de atividades práticas/técnicas para trabalhar nos cursos de formação. A monitora Asa Branca³⁷ questiona a proposta de formação no viés teórico-político:

O interesse, não sei os outros, mas em mim enquanto monitora, eu tenho em mim que a parte teórica de teoria, desses assuntos todos aí, eu acho que, a gente, eu tenho como ficar a semana toda lá falando com o povo [...] Mas a parte prática, das práticas mesmo de convivência com o Semiárido, às vezes o monitor sente mais dificuldade [...] Então, assim, eu não vejo não é que não é vantajoso, mas assim que seja mais forte, né, um chamamento pra gente vim para essas capacitações [pausa] propostas por você. (ASA BRANCA, depoimento coletado no encontro com monitores/as e equipe pedagógica, no dia 25 de agosto de 2014).

A fala de Asa Branca evidencia uma necessidade de capacitação técnica, apesar de ter formação técnica pela Escola Família Agrícola (EFA), o que é questionado por outros participantes do grupo, como a monitora Ágata:

No meu caso, eu já tenho mais dificuldade com o primeiro GAPA, porque assim, o meu dia a dia, né? É lá na zona rural, é geralmente na minha comunidade [...] A agricultura do pessoal lá é mexer com hortaliças, os defensivos naturais. Então, pra mim a prática que faz hoje lá nos cursos de SSMA, pra mim, assim, faz parte do meu dia a dia. Então, assim, eu não tenho dificuldade, nos meus cursos não sobra tempo. Já no outro, na parte teórica, [...] eu já tenho uma deficiência nessa parte, porque às vezes eu falo os conteúdos que eu tenho, o que eu sei eu falo lá para o pessoal e às vezes a gente tem aquela sensação que o povo quer ouvir mais alguma coisa [...] Então, eu acho que essa formação pra mim vai ser muito boa, que eu acho que vai suprir a minha deficiência. (Depoimento coletado no encontro com monitores/as-formadores/as, no dia 25 de agosto de 2014).

³⁴ Programa que tem como objetivo garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. O objetivo também é a promoção da inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

³⁵ Programa que é responsável pela alimentação escolar dos estudantes no Brasil e que, a partir de 2009 com a lei 11.947 torna obrigatório a compra de 30% de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar.

³⁶ No contexto da discussão sobre soberania e segurança alimentar, as sementes crioulas (também denominadas de sementes da paixão) são centrais por serem sementes nativas, sem modificação, opostas às transgênicas.

³⁷ O perfil das monitoras-formadoras e da equipe de assessoria e comunicação será apresentado na quarta seção.

A partir das observações em algumas formações realizadas pela entidade e dos diálogos com as monitoras, percebemos uma preocupação com a técnica, com o modo de ensinar os/as agricultores/as a fazerem a horta e o canteiro econômico. Asa Branca tem quatro anos de experiência como monitora e Ágata tem apenas dois anos; o que parece influenciar no grau de atuação e preocupação. Além disso, Ágata também é agricultora, trabalha com a terra e isso a credencia para desenvolver com segurança e facilidade o aspecto técnico nos cursos de formação.

Mesmo com alguns apontamentos sobre a necessidade de capacitação técnica, após discussões com o grupo, ficou definido que a formação não tinha o objetivo de priorizar a questão técnica, mas a dimensão política, e que esta poderia ser intercalada com as reflexões práticas. Essa definição partiu de uma das questões percebidas como limite nas ações da ASA: o trabalho técnico, priorizado em detrimento da formação política.

Esse encontro também nos possibilitou refletir sobre as contribuições das ações da ASA a partir da visão dos/as monitores/as-formadores/as. Dentre essas contribuições, destacamos a desconstrução de uma visão estereotipada de Semiárido como região inviável, constituída apenas por terra seca e rachada, em favor de uma perspectiva de Semiárido como região de potencialidades e diversidade cultural. Todavia, essas questões também serão discutidas com maior aprofundamento na quarta seção.

Isso posto, realizamos o segundo encontro por meio de oficinas de formação com os/as monitores/as-formadores/as e a equipe de assessoria e comunicação a partir dos três temas principais sinalizados por eles/as: questão agrária, Educação do Campo e relações de gênero. Foi interessante realizar o processo formativo a partir da integração dos temas, uma vez que possibilitou a compreensão das participantes³⁸ em relação à proposta de um projeto de desenvolvimento para o semiárido.

Promovemos também, por solicitação da equipe de assessoria e comunicação da instituição, um encontro de formação com cinquenta agricultores e agricultoras, discutindo as relações de gênero no contexto do campo no município de Riacho de Santana, no dia 05 de setembro de 2014. A escolha por essa temática se deu em virtude de os/as monitores/as-formadores/as apontarem que não se trabalha esse tema, que é uma das lutas da ASA, com

³⁸ Na formação houve apenas a participação das monitoras e de uma comunicadora. Por esse motivo o uso do termo apenas no feminino. Este acontecimento será melhor explicado na quarta seção, em que será descrito todo o processo de formação.

aprofundamento. Trabalhamos apenas esse tópico, pois um dia não é suficiente para o desenvolvimento de muitas temáticas e a equipe pedagógica da instituição reafirmou que havia maior necessidade de discutir o referido tema.

Fotografia 1 - Encontro Comunitário com agricultores/as - Riacho de Santana/Ba



Fonte: Arquivo CASA (2014). Foto: Leila Lobo

O encontro foi muito rico, pois possibilitou a discussão para além do tema relações de gênero, situando-o no contexto da proposta de convivência da ASA. Percebemos que o machismo é uma marca forte no campo, evidenciada em falas “discretas”, carregadas de estigmas, bem como em falas diretas, como “os homens trabalham mais que as mulheres”.

O encontro comunitário contou com a participação de 50 agricultores e agricultoras, beneficiados com o P1+2, executado pelo CASA com financiamento do MDS. Além dos/as agricultores/as participaram do encontro, a comunicadora popular, contratada por esse projeto, um dos animadores de campo que atua no município de Riacho de Santana e o coordenador técnico do projeto.

A comunicadora popular, Bem-te-vi, avaliou como muito importante a realização desse encontro. No curso de formação, cerca de cinco meses após a discussão sobre relações de gênero com os/as agricultores/as no município de Riacho de Santana, ela relata que “*foi bacana a gente ter trabalhado isso [relações de gênero]. Eu nunca tinha trabalhado, principalmente dessa forma aí que Eugênia, Leidjane, assim, elas trabalham porque não só*

para as mulheres, mas também para os homens”. E acrescenta: “*porque muitas vezes eles não se dão conta do quanto que a mulher trabalha e o quanto é desvalorizada só por ser trabalho doméstico*” (BEM-TE-VI, depoimento coletado no curso de formação na Comunidade de Pedrinhas-Candiba/BA, no dia 03 de fevereiro de 2015).

Bem-te-vi relata ainda duas situações que evidenciam a necessidade de discutirmos as relações de gênero no contexto dos processos formativos desenvolvidos pela ASA:

eu fiz um boletim na comunidade de Dona Maria, Pedra grande, e aí conversando com as mulheres e todas elas falando assim de como foi difícil no início elas criarem [...] Tipo uma cooperativa que elas tem [...] porque assim, a primeira vez que elas conseguiram fazer [...] a ter o dinheiro apuradinho na mão, que era só delas, que aí Fabiana falando assim que o orgulho dela de saber que aquilo ali que não foi porque ela limpou casa [...] foi ela que trabalhou e conseguiu aquele dinheiro [...] só que era dela, quem comandava era ela e [...] o orgulho que ela sentiu [...] Então, assim, é muito bacana quando a gente discute essa questão de gênero, tanto para as mulheres, quanto para os homens. Aí a gente fez esse encontro comunitário, discutiu isso e pouco tempo depois teve um intercâmbio, que a gente foi pra Porteirinha e aí lá numa comunidade, Tanque de Claudiano [município de Riacho de Santana] veio uma van, quando eu olho assim, só tinha mulheres. Eu falei: mais gente, que van é essa que só veio as mulheres da comunidade, não tem homem não. Aí me falaram: não, você lembra que a gente fez o curso? Você não falou do negócio lá das mulheres, pois agora botamo os homens para ficar dentro de casa, quem vai passear agora é a gente [...] mas eu acho assim, não sei se foi só brincadeira, ou o que que foi, mas eu acho que, de certa forma, isso mexeu com elas, sabe? De tratar da questão de gênero assim, acho que fez uma diferença pra elas (BEM-TE-VI, depoimento coletado no curso de formação na Comunidade de Pedrinhas-Candiba/BA, no dia 02 de fevereiro de 2015).

O diálogo com agricultores e agricultoras, nesse encontro, possibilitou também reflexões acerca das contribuições das ações da política de convivência com o clima semiárido. Uma delas refere-se à descentralização da água e do poder oligárquico historicamente vivenciado no Semiárido e no campo brasileiro. Além disso, surgiu um tema que não era esperado: a problemática da nucleação e do fechamento das escolas do campo na região. O agricultor Cabra da Peste indicou que os interesses em fechar essas escolas centram-se na questão político-partidária, segundo ele, “*eles fizeram essa mudança, só para levar os alunos para a sede pra é, eles arrumar emprego para seus aliados políticos [...]*” (Depoimento coletado no encontro comunitário na comunidade de Jurema em Riacho de Santana, no dia 05 de setembro de 2014). E esse é um desafio para os povos do campo na

microrregião de Guanambi/Bahia, pois são poucos os municípios que ainda mantem escolas no campo e aquelas que existem, estão, na maioria dos casos, em péssimas condições (físicas e pedagógicas) de funcionamento.

Assim, os sujeitos que integraram a pesquisa-ação foram agricultores e agricultoras, monitores e monitoras dos cursos de formação e a equipe de assessoria pedagógica e de comunicação (duas comunicadoras populares e uma assessora pedagógica) do CASA. Quanto à escolha e à participação dos/as monitores/as-formadores/as, todos os dez monitores em atuação pela instituição foram convidados a participar dos encontros. Todavia, desses compareceram seis monitoras, um monitor, uma assessora pedagógica e duas comunicadoras populares, no primeiro encontro; e quatro monitoras e uma comunicadora popular no segundo encontro de formação/intervenção realizada.

A equipe de assessoria pedagógica e de comunicação, composta por três pessoas, foi incluída na pesquisa-ação pelo fato de ser essa a equipe responsável pelos cursos de formação e pelas práticas educativas desenvolvidas. É importante salientar também que um dos sócios-fundadores do CASA foi convidado para fazer parte da pesquisa-ação, mas esteve presente apenas em alguns momentos dos dois encontros pela indisponibilidade de tempo integral para participação.

A escolha pela observação tanto do curso de formação quanto do intercâmbio no município de Riacho de Santana ocorreu pelo fato de essa localidade ter sido contemplada, no ano de 2013, com a ampliação do P1+2. Esse dado sinaliza maior vivência dos sujeitos com as ações da ASA, uma vez que o referido município foi contemplado desde os primeiros projetos desenvolvidos pelo CASA na região.

Nesse contexto, a análise aqui apresentada partiu da dialética de pensar os limites e as possibilidades das práticas educativas da ASA na microrregião de Guanambi, de forma que não apenas desvelasse as contradições, mas também contribuísse para a sua superação. Analisamos todo o processo desenvolvido pela ASA por meio da observação de suas práticas, comparando-as aos princípios e às concepções propostos pela rede em seus documentos e discursos. Ao considerar esses aspectos, elencamos categorias de conteúdo a partir das evidências teóricas e práticas, observadas nas vozes e nos gestos dos sujeitos, bem como aquelas que se apresentavam de forma implícita e/ou explícita nos documentos e nos discursos da ASA, no que se refere aos limites e às possibilidades de suas práticas educativas.

Por esta razão, apresentamos na próxima seção o histórico de constituição da ASA, desde seus princípios e concepções até às suas práticas no contexto da proposta de convivência com o clima semiárido.

2 VÁRIAS ANDORINHAS SE ENCONTRAM NO SEMIÁRIDO PARA ALÇAR VOOS MAIS ALTOS. ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: DOS PRINCÍPIOS E DAS CONCEPÇÕES AOS PROCESSOS FORMATIVOS



A Articulação no Semiárido Brasileiro (renomeada Articulação Semiárido Brasileiro no ano de 2012)³⁹ é uma rede de movimentos e organizações sociais fundada em fins da década de 1990 em Recife, em um fórum paralelo à 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3). Inicialmente a ASA integrava 700 organizações sociais. Atualmente há mais de mil⁴⁰ organizações vinculadas à rede, incluindo: Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), pastorais, igrejas, associações de trabalhadores e trabalhadoras rurais, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Agentes Comunitários de Saúde (ACS), entre outras organizações da sociedade civil. É nesse sentido que se fez a analogia com várias andorinhas se unindo para lutar por um Semiárido diferente, como pode ser observado no princípio organizacional da ASA:

Fluxograma 1 – Principais sujeitos e organizações integrantes da ASA



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir da pesquisa documental (ASA, 2002; 2005; 2010).

³⁹ No ano de 2012 a ASA fez um estudo com os sujeitos integrantes e beneficiados pela rede em todo o Semiárido para saber como cada um compreende a ASA. A partir disso houve a alteração da logomarca e a exclusão da contração “no”, entendendo que as ações no contexto atual ultrapassam a localização da demarcação oficial.

⁴⁰ Dado que consta no site http://www.asabrazil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=97. Acesso em: 10 set. de 2014.

A imagem retrata que as ações da rede não são pensadas de forma hierárquica, mas realizadas coletivamente e de modo a considerar cada sujeito como protagonista, sobretudo, os/as agricultores/as.

Nesse cenário, a ASA, desde sua fundação em 1999, tem buscado construir a política de convivência com o clima semiárido a partir de ações como o já mencionado “Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido”, que compreende o PIMC e o P1+2. Além disso, a ASA tem desenvolvido, ao longo de sua trajetória, outras ações nesse contexto, como o Programa Cisterna nas Escolas.

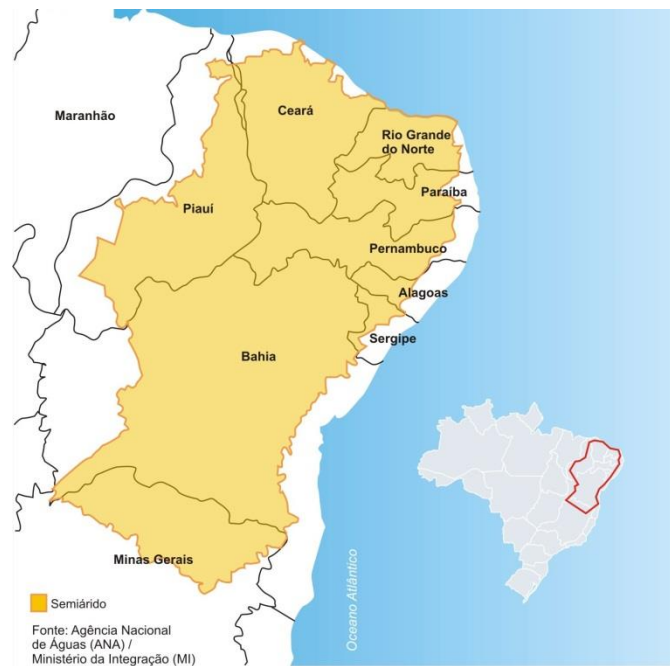
Por conseguinte, a necessidade de compreensão da dimensão histórica de construção dessa rede é de extrema relevância. Por isso, a presente seção objetiva historicizar o processo de criação e consolidação da rede ASA no Semiárido Brasileiro, identificando-a por meio da particularidade do Semiárido, que está inserida no contexto global da sociedade capitalista. Para tanto, apresentamos as peculiaridades da região semiárida brasileira, analisamos como a classe dominante se apropria disso para implantar a indústria da seca e discutimos as formas de enfrentamento que as organizações sociais desenvolvem com a proposta de convivência com o clima.

2.1 Voos pelo Semiárido Brasileiro: do combate à seca à convivência com o clima

O Semiárido Brasileiro abrange todos os estados do Nordeste (Pernambuco, Piauí, Bahia, Paraíba, Ceará, Maranhão, Alagoas, Rio Grande do Norte, Sergipe), e o norte de Minas Gerais e Espírito Santo, que ficam na região Sudeste. A região semiárida do Brasil possui cerca de 22 milhões de habitantes ocupando o lugar de semiárido mais extenso, chuvoso e populoso do mundo (MALVEZZI, 2007).

A vegetação predominante nessa região é a caatinga e a precipitação pluviométrica média é de 750 mm/ano (MALVEZZI, 2007). Entretanto, na delimitação oficial, conforme ilustra o mapa abaixo, não se inclui o Maranhão nem o Espírito Santo. A ASA tem lutado com os/as agricultores/as, comunidades tradicionais e outros sujeitos, especialmente do Maranhão, para a inclusão de alguns municípios do referido estado na delimitação do Semiárido por terem características peculiares a esse clima.

Mapa 2 – Semiárido Brasileiro



Fonte: http://www.asabrazil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=105. Acesso em: 10 set. 2014.

Todavia, a condição de lugar semiárido oportunizou por décadas o desenvolvimento de uma política assistencialista denominada por muitos autores como “política de combate à seca”. As ações de assistencialismo podiam ser observadas na doação de alimentos, na distribuição de carros-pipa de água, nas frentes de trabalho, etc. Nota-se que os estereótipos de lugar inviável e pessoas incapazes foram se constituindo no imaginário popular, de modo a prejudicar o desenvolvimento da região e inviabilizar a efetivação de políticas públicas condizentes com a região.

No entanto, o que percebemos é que no Semiárido não falta chuva, mas políticas públicas adequadas à realidade do lugar, uma vez que as chuvas caem de forma irregular no tempo e no espaço e ainda enfrentam um alto índice de evaporação que, chega a ser três vezes maior do que a precipitação (MALVEZZI, 2007). Esses fatores não eram levados em consideração pela política de combate à seca, que passou a vender a imagem de região árida no lugar de semiárida.

Essa política pauta-se na prerrogativa de que a seca é um fenômeno possível de ser “eliminado” com ações pontuais, como abertura de grandes açudes em terras de fazendeiros, envio de carros-pipa de água para a população e até distribuição de alimentos para os pobres

em períodos de estiagem. Mas, as ações oriundas desta política viabilizavam a concentração de água e poder nas mãos de quem já possuía a terra concentrada. Além disso, os mais pobres continuavam, e muitos ainda continuam, a depender de esmolas de políticos desonestos que utilizavam a água como cabo eleitoral, de forma que as famílias ficavam dependentes de um carro-pipa para satisfazer suas necessidades básicas (BATISTA; CAMPOS, 2013).

Essas ações, enquanto formas de garantir cabos eleitorais⁴¹, são relatadas na fala do agricultor Cabra da Peste: *“Se não fosse essas caixas [...] não sei nem o que seria do povo, porque era encabrestado pelo poder público é como te falei, é o carro-pipa, comprando voto, é através do carro-pipa, porque as pessoas necessitavam e não tinha jeito.”* (Depoimento coletado no encontro comunitário de agricultores/as no município de Riacho de Santana, no dia 05 de setembro de 2014). Essa afirmação representa outras falas que também sinalizam que o carro-pipa foi estratégia político-partidária utilizada por muito tempo no contexto da política de combate à seca no Semiárido Brasileiro. Algumas dessas ações pontuais têm retornado ao Semiárido nos últimos anos devido às grandes secas que o povo da região tem enfrentado.

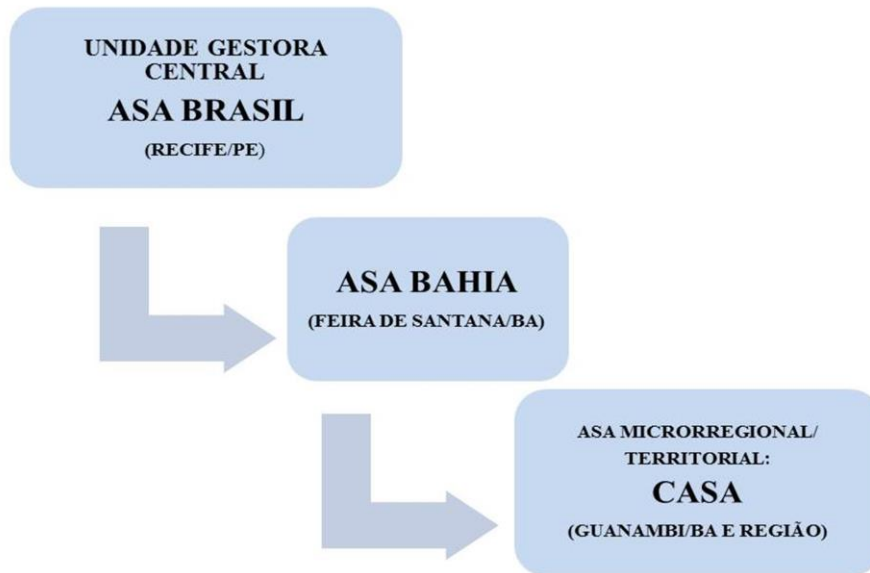
Em contraposição a essa política de combate à seca, vários movimentos sociais e organizações da sociedade civil começaram a se mobilizar e se articular para propor ações viáveis para a convivência com o clima e se contrapor a essas ações pontuais que não solucionam as dificuldades que os/as trabalhadores/as do campo passam por falta de água nessa região. É a partir disso que emerge a proposta da ASA e, ao mesmo tempo, a iniciativa de elaboração da política de convivência com o clima semiárido.

A ASA, desde sua fundação, desenvolve uma metodologia participativa e uma gestão partilhada com sujeitos e entidades, de forma a incluir Unidades Gestoras Microrregionais (UGM), Unidades Gestoras Territoriais (UGT), organizações integrantes das Comissões Executivas Municipais (CEM), pedreiros, monitores/as-formadores/as, entre outros simpatizantes. A sede da rede está localizada em Recife e cada estado do Semiárido sedia uma ASA, integrada por outras entidades que representam os interesses da população por microrregião e/ou território. O recorte deste trabalho é a microrregião de Guanambi/Bahia, área de atuação do CASA, Unidade Gestora Microrregional e Territorial que se vincula à

⁴¹ Os cabos eleitorais se caracterizam a partir da troca de favores ou compra de votos entre candidatos e eleitores. Isso é muito comum nas cidades do interior, sobretudo na nossa região, a compra do voto em troca de dentaduras, sacos de cimento, etc. Ocorre ainda a promessa de cargos públicos, como motorista de transporte escolar, entre outros, após a eleição do candidato.

ASA BAHIA, sediada em Feira de Santana, como pode ser observado no organograma abaixo:

Organograma 1 - Estrutura organizacional da ASA



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir da pesquisa documental (CASA, 2015).

O organograma demonstra como a rede está organizada e como ela se articula através das unidades gestoras microrregionais e territoriais, portando, desde a base onde está o/a agricultor/a até a constituição de uma Unidade Gestora Central (UGC) para buscar parcerias e financiamentos para o desenvolvimento de suas ações e de seus projetos. Enfim, a ASA, com outras organizações, começou a desenvolver um trabalho de contraposição à política de combate à seca, tem desencadeado experiências significativas e implementado tecnologias sociais que comprovam a viabilidade da região semiárida. Conforme Brochardt (2013, p. 49):

Como rede, as organizações que concordam e se reconhecem nos documentos fundantes da ASA, a *Declaração do Semiárido* e a *Carta Política*, passam a integrar a Articulação sem que para isso realizem qualquer pagamento, mensalidade ou taxa de filiação. As organizações, por sua vez, têm as suas próprias ações, missões, razão de existir, seus próprios projetos e recursos. Sua existência independe da ASA. O que as une é a convivência com o Semiárido.

Por isso, apresentamos outra imagem anteriormente demonstrando a organização a partir das mãos dadas. Notamos que a ASA se articula a por meio do princípio de unidade, mas que isso não impede que cada organização que se vincula a ela tenha seus próprios princípios e sua missão independente. Como aborda Brochardt, o que une estas organizações é a partilha de uma proposta de convivência com o clima semiárido.

Para a ASA (2003, p. 27), o foco em relação a esta proposta perpassa pela reflexão dos cidadãos “sobre as características naturais da região semi-árida como fator determinante dos limites e das possibilidades da vida humana e animal, bem como de armazenamento e uso da água, dos plantios e das criações” (sic). É nesse cenário que o programa macro da ASA se insere como uma das possibilidades para a política de convivência com o SAB.

A partir das reflexões e das análises dos documentos da ASA, no que se refere à convivência com o semiárido, compreendemos que as práticas dessa rede abrangem uma proposta de desenvolvimento a partir dos saberes e das experiências do povo do sertão. As ações dessa organização evidenciam a afirmação de Malvezzi (2007, p. 12): “O segredo da convivência está em compreender como o clima funciona e adequar-se a ele. Não se trata mais de acabar com a seca, mas de adaptar-se de forma inteligente”. Com relação a isso, o agricultor pontua:

eu acho assim, que através desses projetos é, descobriu-se que é possível sim conviver no Semiárido, muitas das pessoas não tinham essa oportunidade de conviver com o Semiárido [...] é porque não tinha oportunidade [...] Ah, tipo assim, “eu não tenho como sobreviver aqui, eu vou procurar alternativa” [...] E através desses projetos eu acho que facilitou um pouco. (SERTANEJO, depoimento coletado no dia 13 de junho de 2014 no curso de SSMA em Riacho de Santana).

Dessa forma, notamos que esse agricultor, assim como outros sujeitos da pesquisa, aponta que as ações da ASA têm contribuído para a melhoria de vida do povo do Semiárido, pois viabilizam possibilidades de viver na região, evitando o êxodo rural e a migração. Além disso, tais ações realizam outras contribuições, como a redução de doenças e o consumo de alimentos mais saudáveis. A agricultora Maria Bonita, por exemplo, mencionou essa melhoria na qualidade de vida em relação à alimentação:

Eu também vejo a questão dos alimentos [...] a gente percebe que antes de fazer estas caixas que, às vezes, muitas famílias faziam ali uma hortinha, né? Fazia um canteirinho ali só para o consumo [...] Depois dessas caixas a gente percebe que a maioria das famílias desenvolveu, né? A parte de alimentação, é hortaliças, tem [pausa] planta cenoura, beterraba [...]. Então, desenvolveu [...] aqui na comunidade. (Depoimento coletado no dia 13 de junho de 2014 no curso de SSMA em Riacho de Santana).

Percebemos que as ações da ASA disseminaram tecnologias sociais, como a cisterna de placas, que tem contribuído com o homem e a mulher do campo, tornando possível o armazenamento de água da chuva para utilizá-la, sobretudo, no período da estiagem. A partir da cisterna de consumo do PIMC, outras tecnologias foram sendo (re)criadas e implementadas. Isso demonstra a afirmação e a efetivação da política de convivência com o semiárido tanto pela implementação de tecnologias sociais como pelo protagonismo das pessoas que vivem nessa região.

Malvezzi (2007) chama a atenção para o fato de que o Semiárido Brasileiro não é apenas clima e vegetação. O autor afirma que o Semiárido constitui-se um grande mosaico de potencialidades culturais, políticas, socioeconômicas. Tudo isso pode ser observado de diversas formas, inclusive pela diversidade na produção de alimentos bem como de cultura. No próprio contexto da ASA visualizamos como a criatividade desse povo é rica: são diversas as tecnologias criadas e recriadas a partir da cisterna de 16 mil litros, a exemplo da cisterna de produção com capacidade para armazenar 52 mil litros de água e das cisternas escolares com capacidade para armazenar 30 e 52 mil litros de água. Além disso, há outras tecnologias que servem para armazenar água para a produção e a dessedentação animal, como barreiros, cisternas de enxurradas, cisternas calçadão, tanques de pedras, barragens sucessivas, barragens subterrâneas, etc⁴².

A política de convivência com o clima semiárido vem se afirmando na região a partir dos trabalhos realizados pelas entidades que compõe a ASA. Essa rede tem buscado construir outra ideia a respeito da região ao mostrar que para viver bem é preciso entender que “a primeira lei da convivência com o Semi-Árido, então, é a captação inteligente da água da chuva, uma prática milenar, usada pelo povo de Israel desde os tempos bíblicos” (sic) (MALVEZZI, 2007, p. 13).

⁴² Estas tecnologias sociais serão apresentadas ainda nesta seção através de descrição escrita e de fotografias.

A partir das observações e da análise documental, verificamos que o acesso à água, seja para consumo ou para produção, não chega de forma isolada na proposta e nas ações da ASA, mas aliado a outros elementos inerentes à construção da política de convivência. Dentre esses, está a necessária “revolução cultural” que a ASA propõe por meio do processo de mobilização social e dos cursos de capacitação que integram a proposta de trabalho de convivência com o clima dessa Articulação (ASA, 2002).

A monitora Caatingueira, ao ser questionada sobre a convivência com o Semiárido, sinaliza que as ações da ASA vão além do acesso à água, pois conviver com o SAB é “tentar e ir em busca de alternativas para poder viver melhor”; porém acredita que “a convivência está baseada nas possibilidades de estocagem de alimentos e água para consumo humano e de animais, mas aprender a conviver também é aprender a cuidar do solo, racionar água, usar semente certa, saber conviver com o clima” (CAATINGUEIRA, depoimento extraído do questionário respondido em 25 de agosto de 2014).

Caatingueira explicita que a convivência envolve também a sustentabilidade humana, o que é proposto na carta de princípios da ASA. Malvezzi (2007, p. 21), por sua vez, indica que “é necessário um trabalho de educação popular em sentido mais profundo, articulando prática e reflexão, para que se possa superar o conceito de Semi-Árido que está no imaginário nacional [...] e construir um outro conceito” (sic).

Girassol, membro da equipe de assessoria pedagógica e de comunicação, destacou a questão da construção de outro imaginário:

A convivência com o Semiárido é uma proposta que perpassa pela valorização das potencialidades da região semiárida, de modo a desenvolver alternativas apropriadas a este contexto. É uma proposta que contrapõe a ideia de combate à seca a partir da compreensão de que o Semiárido é um lugar rico, basta aproveitar os recursos que a natureza tem a oferecer. (GIRASSOL, depoimento extraído do questionário respondido em 25 de agosto de 2014).

Nessa mesma perspectiva, Silva (2006, p. 26) afirma que, com a proposta da convivência,

o semi-árido passa a ser concebido enquanto um espaço no qual é possível construir ou resgatar relações de convivência entre os seres humanos e a natureza, com base na sustentabilidade ambiental, e combinando a qualidade de vida das famílias sertanejas com o incentivo às atividades econômicas apropriadas (sic).

A ASA comunga desse conceito. Para ela, a sustentabilidade inclui o bem-estar das famílias agricultoras e a socialização das experiências desenvolvidas:

Essa perspectiva de convivência tem como princípios primordiais a estocagem de água, sementes, forragens e a diversidade produtiva dos sistemas agrícolas que garantem às famílias bem-estar, soberania, segurança alimentar e nutricional. É importante apontar que essas experiências são referências importantes com alto potencial de replicabilidade por todo o Semiárido e são incentivadas no cotidiano de trabalho junto às organizações da ASA. (ASA, 2011, p.17).

O fortalecimento da ASA e da política de convivência com o clima semiárido é resultado desse caráter de reaplicação adotado, desde o início, pelas organizações que integram essa rede. Aliás, a partir da democratização da água, descentralizou-se também poder e conhecimento, estendendo-os aos agricultores e às agricultoras. Conforme indica Silveira (2010, p. 6):

O termo convivência com o semiárido designa uma proposta de desenvolvimento sustentável para a região que tem como pressuposto que é possível desenvolver culturas de convivência adequadas ao meio ambiente, se adaptar às condições ambientais, aprender as técnicas de armazenamento adequado de água e estocagem de alimentos e ter uma vida produtiva do ponto de vista econômico no semiárido.

Dessa forma, a política de convivência com o Semiárido tem seu alicerce na questão do acesso à água de consumo, perpassa pela água de produção, porém percorre outros aspectos e contextos, como sementes crioulas, soberania e segurança alimentar e nutricional, entre outros. Recentemente, a ideia da “água de educar” se agrupou a essa proposta por meio da implementação das cisternas nas escolas. Todas essas tecnologias sociais, com as quais a ASA trabalha, são associadas a um processo educativo e formativo, que objetiva construir,

fortalecer e ampliar a política de convivência com a região, de modo a valorizar as pessoas e suas experiências.

Esse novo paradigma no SAB pode ser observado nos relatos de experiências de agricultores e agricultoras da região bem como na própria expansão das experiências da ASA e de suas tecnologias para além do Semiárido, sendo exemplo para outros países de clima semelhante. Tudo isso reforça a capacidade da ASA de mobilizar as pessoas em prol de uma causa coletiva.

A Convivência com o Semiárido é denominada por Malvezzi (2007), como um novo conceito civilizatório para o Semiárido e pauta-se no desenvolvimento da região de forma sustentável, utilizando tecnologias sociais que permitem a participação e a valorização de homens, mulheres, crianças e jovens do Semiárido. A proposta de Convivência que a ASA tem desenvolvido a partir de diversas organizações sociais se fundamenta na mobilização de famílias, comunidades, organizações, dentre outros grupos; e objetiva garantir uma perspectiva e vivência de Semiárido como lugar de potencialidades.

Conforme a ASA (2002, p. 12, grifos nossos) indica, o objetivo geral de seu programa inicial é “contribuir, através de um **processo educativo, para a transformação social**, visando à preservação, o acesso, o gerenciamento e a valorização da água como um direito essencial da vida e da cidadania”. Desse modo, as primeiras ações da ASA surgem com o propósito de descentralizar o acesso à água para o consumo humano, de forma a garantir a afirmação dos direitos da população, melhorando a qualidade de vida dos/as agricultores/as, especialmente de mulheres, crianças e idosos. Mas, acima de tudo, objetiva mobilizar sujeitos, famílias, comunidades e diversas organizações para a adesão ao novo conceito civilizatório proposto: a convivência com o Semiárido a partir de uma metodologia participativa de construção da cidadania e de um processo educativo que emerge dos saberes e das experiências dos próprios sujeitos.

Essa transformação social aparece em muitos depoimentos, como no da agricultora Maria Bonita:

Podemos fazer uma comparação ao passado e hoje, o presente: a água. Antigamente as pessoas saíam daqui para buscar água [...] porque chovia, mas não tinha os reservatórios [...] Hoje, [...] as pessoas saí daqui para buscar água já não tem [...]. Porque, aí, mas fala assim: mas porque que o PI+2 tem a ver com o PAA? Eu vejo que tem tudo a ver, porque se a gente não tivesse essa cisterna de produção, a gente teria bem mais dificuldade de poder atender ao programa, ao PAA, porque nós não teríamos condições

[...] A maioria da comunidade não tem. Então, é uma alternativa que surgiu aqui [...], porque com esse programa aí [...] a gente tem mais é [pausa] capacidade de atender às demandas, porque se não fosse essas cisternas, por exemplo, a questão de hortaliças não teria como atender às demandas. (Depoimento coletado no curso de SSMA em Riacho de Santana, no dia 13 de junho).

Além da contribuição em relação ao acesso à água de consumo e produção, notamos o vínculo dessas ações com outras políticas públicas, como o PAA. Isso evidencia que esses sujeitos buscam outras formas de viver no Semiárido. Como sinaliza a própria Maria Bonita, a comunidade tem se articulado e buscado outros benefícios, como a fábrica de bolos de derivados da mandioca (macaxeira), a construção da sede da comunidade (associação), a aquisição de trator, entre outros.

Para a ASA (2003, p. 14), “mobilizar no P1MC é tornar cada um e todos que estão mergulhados neste esforço em cidadãos capazes de tomarem decisões, de criarem soluções e de transformarem a realidade para melhor”. Observamos que o propósito da ASA, desde o início, é indicar caminhos de transformação da realidade dos/as agricultores/as.

Fotografia 2 – Mobilização da ASA entre Petrolina/PE e Juazeiro/BA, em 2011



Fonte: Cáritas Diocesana de Amargosa. Disponível em <<http://caritasdeamargosa.blogspot.com.br/2011/12/manifestacao-em-petrolina-junta-mais-de.html>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

Ao refletirmos com os sujeitos integrantes da rede, percebemos que as ações, durante muito tempo, se limitaram a questões pontuais e técnicas, mas também possibilitaram muitas articulações e mobilizações, como a garantia de continuidade do programa no ano de 2011, quando a ASA mobilizou em dois dias, em vésperas de feriado natalino, um público de mais de 15 mil pessoas na ponte que liga Juazeiro à Petrolina⁴³, como mostra a foto acima.

Todas essas ações desenvolvidas pela ASA por meio de sua proposta de convivência com o SAB partem de pressupostos explicitados na Carta de Princípios, elaborada em 1999, quando se fundou a rede, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 1– Princípios da Articulação Semiárido Brasileiro

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Respeito à individualidade e à identidade de seus membros; • liderança compartilhada e fortalecimento de outras redes; • compromisso com as necessidades e as potencialidades dos agricultores familiares, considerando os meios de promoção de um desenvolvimento humano sustentável; • contribuição para implementar ações integradoras, de forma a fortalecer a capacidade organizacional, política e técnica da população da região semiárida; • apoio à difusão de estratégias que contribuam para a convivência com o Semiárido; • sensibilização da sociedade civil e de outros sujeitos políticos para uma ação articulada em prol do desenvolvimento sustentável do Semiárido, de modo a dar visibilidade às potencialidades dessa região; • contribuição para a formular, monitorar e executar políticas estruturadoras para o desenvolvimento do Semiárido; • consolidação da implementação das propostas da sociedade civil para o Semiárido, articulando-as com outros fóruns internacionais. |
|---|

Fonte: Adaptado da Carta de Princípios da ASA (1999).

A análise evidenciou que esses princípios priorizam a construção de uma política de convivência com o clima a partir de uma gestão compartilhada e valorizadora dos

⁴³ Informação dada pelo entrevistado Antônio Conselheiro e observada também nos registros fotográficos da instituição.

agricultores/as familiares. Isso ficou explícito também no projeto de formação elaborado pela ASA em 2002, em que se destacam os seguintes princípios norteadores para o PIMC: gestão compartilhada, parceria, descentralização e participação, mobilização social, educação-cidadã, direito social, desenvolvimento sustentável, fortalecimento social, emancipação (ASA, 2002).

No que tange à concepção de formação, a ASA afirma que a dimensão formativa de suas ações entende a formação como ato educativo e inclui o entendimento das questões que envolvem a convivência com o Semiárido. A partir dessa compreensão, a ASA pontua que sua ação formadora deverá ser capaz de instrumentalizar os grupos para que eles próprios sejam protagonistas da transformação necessária no rumo à justiça social. Além disso, prioriza a construção coletiva, a participação das pessoas na construção do conhecimento, o vínculo entre teoria e prática; e entende que todos os sujeitos são aprendizes (ASA, 2002).

Diante dessa conjuntura, ao propor um processo de formação a partir do PIMC, a ASA tinha a finalidade de instrumentalizar as pessoas e as organizações para transformarem a realidade e se tornarem os protagonistas de sua própria história no Semiárido. Para isso, a metodologia pensada assumiu características de processualidade, avaliação e projeção da prática (análise da prática e da própria realidade), aprofundamento e ampliação do conhecimento produzido, postura crítica e questionadora para produção de novos conhecimentos; e os formandos foram considerados como sujeitos construtores da história (ASA, 2002).

No que se refere às lutas e aos valores defendidos pela ASA, é unânime nos documentos, nas cartilhas, e nos materiais produzidos a menção à democratização da água para consumo humano e para produção, ao acesso à terra, à soberania e segurança alimentar, à educação contextualizada, à agroecologia, à promoção da igualdade de gênero, ao combate à desertificação, e a outras bandeiras de luta. Todavia, nem todas essas lutas têm sido priorizadas pela ASA. O acesso à terra, por exemplo, tem sido questionado pelos próprios integrantes da rede, indicando que a ASA ainda não desenvolve ações efetivas de luta pela Reforma Agrária. Apesar de aparecer como tema de alguns de seus encontros, como no quinto Encontro da ASA (EnconASA), e de ser luta reafirmada na última carta política construída pelos diversos sujeitos que integram a rede e em outros documentos; não se percebe ações concretas da organização nesse sentido, especialmente na microrregião de Guanambi.

É interessante notar que Antônio Conselheiro, membro do CASA desde sua fundação, afirmou que a luta pela terra e o trabalho com os conflitos de terra na região eram enfrentados

por ele e por outros membros da CPT/Dioocese de Caetité antes de o CASA ser oficialmente uma UGM da ASA. Ou seja, após deixar de ser CPT e tornar-se UGM da ASA, a luta pela terra e a mediação dos conflitos foi de certa forma substituída por outras ações, no contexto da política de convivência com o Semiárido.

Essa questão evidencia uma contradição, uma vez que, a partir das demandas dos trabalhadores/as da região, esses membros da CPT mobilizaram outros/as companheiros/as de luta para fundar o CASA, pois já vinham trabalhando com a construção de cisternas por meio de doações do exterior. Todavia, no nosso entendimento, ao se constituir CASA, a instituição se vincula à ASA e passa a trabalhar com o programa proposto pela rede; e algumas lutas locais, que também se vinculam às nacionais, deixam de ser priorizadas e até hoje integram os desafios da instituição, como é o caso da luta pela terra.

Esse tema também foi apontado pelos/as monitores/as-formadores/as como necessário para ser inserido e aprofundado na formação deles/as e, posteriormente, partilhado nos cursos com agricultores e agricultoras. O que pode ser observado no depoimento de Caatingueira, monitora há quatro anos:

Eu acho, assim, que é uma deficiência do próprio CASA, a questão do acesso à terra, porque nem as informações a gente não tem direito. Porque a gente sabe que tem o Programa P1+2, né, que é o Programa Uma Terra e Duas Águas. Mas como ter acesso a essa terra? Como fazer? Então, assim, eu acho que é complicado [risos]. Eu não tenho nem como falar se uma pessoa me perguntar, assim: P1+2, o que que é? Eu sei que é Programa Uma Terra e Duas Águas, mas como eu vou conseguir essa terra? Eu não sei, sinceramente, eu não sei. (Depoimento coletado no encontro diagnóstico, no dia 25 de agosto de 2014).

Em outro momento, Caatingueira acrescenta ainda que a falta de acesso à terra torna-se um problema para muitas famílias, pois a maioria das famílias dessa região tem pouca terra, e algumas chegam a possuir apenas um hectare, o que impossibilita o benefício da tecnologia de produção por falta de espaço na propriedade para a construção. Nesse sentido, Caatingueira ressalta que, nesses casos, a família fica sem acesso à terra e à água. Essa é uma realidade de muitas famílias da região Semiárida e também da microrregião de Guanambi, como se observa em suas fichas de cadastro arquivadas no CASA.

Ao discutir sobre as conquistas da ASA na microrregião e ao mesmo tempo chamar atenção para seus limites, Antônio Conselheiro pontua que muitas vezes o discurso dos

sujeitos que compõem a organização é de que a vida da família transformou-se demasiadamente. No entanto, não se pode perder de vista que é importante mobilizar as famílias para a politização, como afirma um dos entrevistados:

Ninguém muda nada se não conhecer, você só começa a ter consciência de fazer alguma coisa a partir do momento que você conhece, é neste sentido que tô querendo dizer que o acesso à terra seja algo de conhecimento das famílias e que existem possibilidades [...] Então, aí depois do nível de organização, se essas famílias vai ter, se algumas famílias se organizar para conquistara terra isso aí é outra coisa [...], são outros processos. Vão se dá após. Agora conhecer é importante. Outra coisa que é importante: às vezes a gente oferece um céu de brigadeiro para as famílias – “cisterna muda a família de tal, cisterna transforma a vida de homem do campo” – Pô, a única coisa que você fez com a cisterna foi oferecer água para ele beber e ter uma vida melhor, ter saúde melhor. Mas transformou a vida daquela família? Então, a gente tem que ter a consciência, como é que eu vou dizer, não a consciência, mas o discurso, porque a gente sabe que na verdade aquela cisterna só alcançou aquilo. Porque, assim, se não vamos fazer um discurso muito bonito e na prática na verdade não acontece. Então, a gente tem que começar a mostrar às famílias que a partir daquela cisterna que ela tem lá de água de beber, depois ela recebe a de produção, que existe possibilidades além, não é? Que ela pode avançar nas outras coisas. (ANTÔNIO CONSELHEIRO, depoimento coletado no encontro diagnóstico, no dia 25 de agosto de 2014).

Observamos que aparece nessa fala a necessidade de consciência enquanto conhecimento da realidade. Retomamos as reflexões da filosofia marxista, citados por Lessa e Tonet (2011, p. 48), ao afirmarem que “a consciência deve refletir a realidade para ser capaz de produzir um conhecimento adequado”. E acrescentam ainda que “o conhecimento é uma atividade da consciência que, por meio da construção de ideias, reflete as qualidades do real. Por outro lado, o real é um processo histórico” (LESSA; TONET, 2011, p. 48).

Constatamos, a partir do depoimento de Antônio Conselheiro e de outras falas, bem como nas observações realizadas, a necessidade de ir além daquilo que é visível como contribuição da ASA e de suas ações. É importante, portanto, observar as contradições que permeiam todo o processo de desenvolvimento das ações no contexto da sociedade capitalista. Apesar de muitas das ações da rede explicitarem seus princípios, concordamos com Antônio Conselheiro no sentido de que a ASA, muitas vezes, realiza um excelente trabalho técnico e social. Mas isso não significa que conseguiu mobilizar as pessoas para transformarem a forma de sociabilidade vigente.

Por outro lado, não há como negar as evidências de que algumas contribuições são reais e importantes. No que concerne às indicações explícitas de possibilidades e às contribuições das ações da ASA apontadas em seus documentos, destacamos o seguinte:

O Programa Um Milhão de Cisternas vem provocando mudanças sociais, políticas e econômicas significativas na região semiárida. O aumento da frequência escolar; a diminuição do número de pessoas com doenças, como diarreia, cólera, hepatite A e esquistossomose, em virtude do consumo da água contaminada; a diminuição da sobrecarga de trabalho das mulheres nas atividades domésticas; a geração de emprego, trabalho e renda para os moradores das comunidades são apenas algumas das mudanças ocasionadas com a chegada da cisterna. (ASA, 2010, p. 14).

É preciso salientar que essas mudanças, apesar de se vincularem a questões pontuais, mexem também na estrutura política da região semiárida, pois as pessoas que eram antes consideradas como “matutos” e “miseráveis” passam a ser tratadas como humanos, passam a ter condições mínimas de vida. Isso possibilita a busca de outros direitos e, em alguns casos, o enfrentamento da situação de descaso.

Ao analisarmos os documentos principais da ASA, podemos perceber que há uma coerência nas ações da rede, desde a escrita da carta de princípios (ASA, 1999) até os registros atuais; além das ações desenvolvidas no SAB. Destacamos, assim, o sexto princípio da Articulação, que propõe: “sensibilizar a sociedade civil, os formadores de opinião e os decisores políticos para uma ação articulada em prol do desenvolvimento sustentável, dando visibilidade às potencialidades do Semiárido” (ASA, 2002, p. 68).

Notamos que a ASA tem como estratégia o envolvimento de todos no processo – da família que é contemplada com a tecnologia social, dos membros de CEM, dos pedreiros, dos monitores/as-formadores/as, e de outros sujeitos –, buscando fortalecer as organizações sociais. No estatuto do CASA, observamos que a associação objetiva colaborar com o fortalecimento da organização dos camponeses e das camponesas e com a elaboração e a proposição de experiências de desenvolvimento rural sustentável, do ponto de vista sociocultural, econômico e ecológico (CASA, 2012). Além disso, pretende desenvolver programas e projetos que contribuam com a melhoria da convivência com o Semiárido.

As estratégias de mobilização e envolvimento dos sujeitos são diversas, desde reuniões com as famílias nas comunidades onde vivem, para divulgar as ações dos programas –

capacitações com pedreiros com discussões políticas e desenvolvimento de técnicas de construção das tecnologias, formações para os ACS e para as CEM, entre outras – até encontros microrregionais com os/as agricultores/as. Além disso, a ASA realiza bianualmente um encontro nacional envolvendo diversos sujeitos e outros momentos formativos também a nível nacional, como: encontro de agricultores/as experimentadores/as, encontro de comunicadores populares, entre outros.

Após a análise dos encontros promovidos pela rede, verificamos que a ASA realizou, nesses 15 anos de existência, oito EnconASA, considerados como o momento de o fórum se reunir. Nesses encontros foram discutidos temas que refletem as bandeiras de lutas dessa organização, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 1– Encontros nacionais realizados pela ASA no período de 2000 a 2012

EDIÇÃO	LOCAL	ANO	TEMÁTICA DISCUTIDA
I	Igarassu/PE	2000	Falta de acesso à água no Semiárido
II	Igarassu/PE	2001	Fortalecimento da ASA enquanto rede de movimentos sociais em defesa da convivência com o Semiárido
III	São Luís/MA	2002	Diretrizes políticas para nortear a ação da ASA no Semiárido
IV	Campina Grande/PB	2003	Agricultura familiar como forma de construção da segurança alimentar no Semiárido Brasileiro
V	Terezina/PI	2004	Reforma Agrária como um meio de democratizar o uso da terra e da água no Semiárido Brasileiro
VI	Crato/CE	2006	Agricultura familiar enquanto projeto que gera novas relações sociais, cria sonhos e possibilita a melhora da vida
VII	Juazeiro/BA	2010	Construção de futuro e cidadania no Semiárido durante os 10 anos de atuação da ASA
VIII	Januária/MG	2012	Trajetórias de lutas e resistência para a superação da pobreza e construção da cidadania por meio da convivência com o Semiárido

Fonte: Adaptado de ASA (2014)⁴⁴.

Observamos que no ano de 2004, a ASA, pela primeira vez, discute o tema central da Reforma Agrária. Outro ponto que identificamos é que até esse momento os encontros eram

⁴⁴ Disponível em <http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=115>. Acesso em: 10 set. 2014.

realizados anualmente, mas a partir deste encontro a ASA considerou que era preciso mais tempo para avaliar suas ações e definiu pela realização bianual do encontro nacional.

Ao analisar as cartas políticas desses encontros, concluímos que as lutas são reafirmadas a cada novo encontro, algumas com maior ênfase, como é o caso do acesso à água. Este último aparece de maneira central do primeiro ao último encontro, uma vez que a ASA iniciou exigindo o acesso à água de consumo e após a conquista da considerada “universalização”⁴⁵, passou a exigir a ampliação do acesso à água para produção.

Outros encontros enfatizam as diversas lutas que compõem a proposta de convivência com o Semiárido. O sétimo encontro, por exemplo, realizado na Bahia, na cidade de Juazeiro, no mês de março do ano de 2010, exige – em sua carta política, documento final do EnconASA – dos gestores políticas públicas que promovam o acesso à água e à terra; a biodiversidade da região; a auto-organização e o direito das mulheres; a economia solidária; a educação contextualizada e a segurança alimentar e nutricional (ASA, 2010).

No ano de 2012, em Januária, Minas Gerais, a ASA realizou seu oitavo encontro nacional, com participação de 700 pessoas, entre agricultores e agricultoras, povos do campo e da floresta, entre outros. Nesse encontro o objetivo foi avaliar as ações da ASA referentes à política de convivência com o Semiárido. Para tanto, estabeleceu-se o tema “Convivência com o Semiárido Brasileiro: trajetórias de lutas e resistência para superação da pobreza e construção da cidadania” e o lema “É no Semiárido que a vida pulsa, é no Semiárido que o povo resiste”. O encontro foi importante não só para avaliar as ações, como também para apontar que caminho a ASA queria seguir a partir daquele momento.

Todos os encontros realizados explicitam, em suas cartas políticas, a exigência para que as lutas da ASA tornem-se políticas públicas, de forma a contemplar, sobretudo, o acesso à água. Esses encontros foram fortalecendo a rede, fazendo com que em 2012 não fossem mais pautadas políticas públicas específicas, pontuais, ou programas governamentais, mas uma política nacional que contemplasse todas as demais lutas.

Conforme a carta política desse evento destaca, a ASA pauta no oitavo encontro a construção de uma Política Nacional de Convivência com o Semiárido. Para tanto, a ASA

⁴⁵ O governo federal criou outras estratégias para universalizar, como a implantação das cisternas de PVC. Por isso, nos dados oficiais a microrregião de Guanambi, ao que cabia ao CASA, já está universalizada. No entanto, algumas famílias ainda não têm acesso à água de consumo por diversas razões, como o fato de terem constituído novas famílias ou de não entrarem nos critérios que eram estabelecidos naquele momento.

aponta que as ações devem partir do acesso à água para consumo e produção, da valorização das sementes crioulas, da Assistência Técnica na perspectiva agroecológica, do fortalecimento e da auto-organização das mulheres, da democratização dos meios de comunicação, da democratização da terra, de um processo pedagógico pautado na educação contextualizada, dentre outros aspectos.

Um dos questionamentos que levantamos mais uma vez é referente à formação dos/as monitores/as-formadores/as, nos projetos desenvolvidos pela ASA, uma vez que ela não ocorre de forma direta a nível local, estadual e nem nacional. Como não realizar formação com os sujeitos que serão multiplicadores? Por que desenvolver formação com diversos sujeitos e excluir os/as formadores/as? No momento em que passamos a atuar no CASA sugerimos a inclusão dos/as monitores/as nos demais processos formativos - encontros microrregionais e territoriais, encontros de CEM, intercâmbios, entre outros - , de forma que pudesse contemplar parte da lacuna de suas formações.

Diante das análises, ratificamos que os processos formativos da ASA a nível nacional têm mantido uma coerência em relação a suas lutas. Todavia, no que se refere à realidade concreta dessas ações na microrregião de Guanambi, percebemos uma lacuna na mobilização dessas diversas lutas que a ASA tem pautado desde 1999. Isso ficou comprovado nos questionários respondidos pelas monitoras-formadoras⁴⁶, bem como em suas falas no encontro diagnóstico, em que apontam a deficiência no trato com alguns temas, como a questão da terra, as relações de gênero, a educação contextualizada, entre outros. Por exemplo, Hortênsia, membro da equipe de assessoria pedagógica e de comunicação, ressalta que acredita “*que ainda é difícil a promoção do acesso à terra, política de Reforma Agrária destinada a todos*” (depoimento coletado no encontro diagnóstico, no dia 25 de agosto de 2014).

A proposta de convivência da ASA enfrenta dificuldades em tornar-se política pública, mas principalmente limites no cumprimento das lutas pautadas. Esses limites se vinculam à própria forma de organização da sociedade capitalista e aos modos de produção da existência humana e, portanto, se relacionam com as formas de gestão no Brasil e com a visão referente ao povo do Semiárido, aos trabalhadores e às trabalhadoras, especialmente, do campo.

⁴⁶ O monitor-formador que participou do encontro diagnóstico não devolveu o questionário respondido.

Ainda assim, os sujeitos do Semiárido, ao longo do tempo, têm criado e reinventado formas de sobrevivência no lugar onde vivem. Nesse sentido, apresentamos a seguir as diversas tecnologias sociais que a ASA tem implementado no Semiárido.

2.1.1 As andorinhas aprendem com o João-de-Barro⁴⁷: as tecnologias sociais de convivência com o clima semiárido e os processos formativos

Em tempos de avanços tecnológicos cada vez mais sofisticados disseminados pela sociedade capitalista, a discussão sobre tecnologias sociais torna-se importante. Nesse sentido, a analogia do título desta subseção ao tratar do trabalho do João-de-Barro tem a finalidade de nos auxiliar na reflexão acerca de algumas tecnologias sociais, enquanto construção coletiva que tem sido partilhada de geração em geração no SAB. O João-de-Barro constrói sua casa no alto das árvores ou em postes carregando pacientemente o barro no bico. E com o povo do Semiárido não tem sido muito diferente no processo de construção das cisternas. Mutirões são realizados entre famílias e vizinhos para auxiliar o pedreiro a construir a cisterna de placas.

Segundo Rodrigues e Barbieri (2008, p. 2), “um dos conceitos de tecnologia social atualmente em voga é o que compreende produtos, técnicas ou metodologias replicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social”. Esse mesmo conceito também é compartilhado pela Fundação Banco do Brasil (FBB) que tem atuado com financiamento de tecnologias sociais, inclusive cisterna de placas no SAB. Para a FBB (2015), o trabalho com as tecnologias sociais remete uma proposta inovadora de desenvolvimento, pois pauta um processo de organização e participação coletiva, condizente com a proposta da ASA.

Na compreensão de Malvezzi (2007, p. 105), as chamadas tecnologias sociais

trazem a tona em última análise, o uso da razão crítica diante das tecnologias em geral. Hoje sabemos que, para o bem de todos, as tecnologias têm que ser sustentáveis. E nesse contexto que surgiu o conceito de tecnologias sociais. Elas tendem a ser simples, voltadas para os problemas básicos do povo, manejáveis, facilmente replicáveis e controláveis pelas populações.

⁴⁷ O João-de-barro é uma ave conhecida por seu característico ninho de barro em forma de forno. É uma espécie nativa dos países da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. Também é conhecido como amassa-barro, barreiro, forneiro, Maria-de barro, oleiro e pedreiro.

É nesta perspectiva de participação coletiva e de metodologias reaplicáveis que a ASA desenvolve sua proposta de convivência com o Semiárido. Ao propor em 1999 que as organizações e movimentos sociais que integram a rede pudessem desenvolver uma política de convivência com o clima semiárido, a ASA parte de experiências de sujeitos que residem na região e que já captavam a água da chuva para armazenamento em reservatórios feitos por eles próprios. Brochardt (2013, p. 53) afirma que “no Semiárido, antes da ação da ASA, já se construía cisternas de alvenaria. Não eram muitas, partiam de iniciativas individuais, feitas por famílias que tinham recursos para a obra”.

Nesse sentido, a ASA buscou reaplicar um conhecimento já produzido pelo povo do Semiárido. A partir do modelo da cisterna, inventada por um pedreiro sergipano, construída pela CPT e por outras instituições, a ASA foi observando o que tinha de positivo e o que poderia melhorar na tecnologia. Foi assim, que a rede percebeu que o modelo de cisterna construído acima do chão era inviável para o uso pelos/as idosos/as, pois precisavam subir em uma escada para retirar a água. Por isso, com o tempo, as cisternas passaram a ser construídas com a maior parte enterrada no chão para facilitar o manuseio por parte da família, como pode ser observado na foto abaixo.

Fotografia 3 – Cisternas de placas de 16 mil litros para consumo humano



Fonte: arquivo CASA (2015).

Outro aspecto que a ASA modificou, ao longo do tempo, foi o formato da tampa da cisterna que era uma superfície plana e passou a ser em forma de cone, como pode ser observado na foto da cisterna que se implementa hoje. Uma das razões para essa mudança foi o fato das pessoas usarem a cobertura da tecnologia para colocarem objetos e ferramentas de trabalho, ou ainda grãos como milho e feijão para secarem. Isso, muitas vezes, fazia com que a água da cisterna ficasse contaminada.

Neste sentido, Rodrigues e Barbieri (2008) afirmam que a tecnologia social implica a solução de problemas de forma coletiva.

A preocupação com processo de produção da tecnologia social, embora não prescindida de aspectos gerenciais, volta-se prioritariamente para a emancipação dos atores envolvidos, tendo no centro os próprios produtores e usuários dessas tecnologias. Dito de outro modo, a tecnologia social implica a construção de soluções de modo coletivo pelos que irão se beneficiar dessas soluções e que atuam com autonomia, ou seja, não são apenas usuários de soluções importadas ou produzidas por equipes especialistas, a exemplo de muitas propostas das diferentes correntes da tecnologia apropriada (RODRIGUES; BARBIERI, 2008, p.7).

Nesse contexto, a ASA tem reaplicado e reconstruído muitas tecnologias sociais no decorrer desses 15 anos de existência. E esse aspecto da emancipação dos sujeitos envolvidos, citado por Rodrigues e Barbieri é uma constatação nas ações da ASA, pois os pedreiros, por exemplo, são capacitados nas próprias comunidades. Muitas cisternas já foram construídas pelo proprietário da casa. Isso além de disseminar o conhecimento, gera trabalho, emprego e renda para as famílias agricultoras.

A primeira tecnologia implementada pela ASA foi a cisterna para captação da água da chuva, com capacidade para 16 mil litros de água, como mostramos na foto acima. Posteriormente, outras tecnologias sociais foram desenvolvidas para captar água para produção de alimentos (hortaliças) e dessedentação animal. Conforme Malvezzi (2007) há mais de quarenta tecnologias sociais de convivência com o Semiárido sendo desenvolvidas. Dentre estas, apresentaremos as mais comuns nos projetos da ASA: a cisterna-calçadão; cisterna-enxurrada; o barreiro-trincheira; a barragem-subterrânea e o tanque de pedra.

A **cisterna-calçadão**, segundo a ASA (2013a, p. 9) “é uma tecnologia que guarda a água da chuva e tem ajudado a melhorar a qualidade de vida de muitas famílias agricultoras no Semiárido brasileiro, a partir da potencialização de quintais produtivos”.

Fotografia 4 - Cisterna-calçadão



Fonte: Arquivo CASA (2015).

Como o próprio nome e a imagem demonstra, esta cisterna tem um calçadão de 200 metros quadrados que serve como área de captação da água da chuva. Conforme a ASA (2013a, p. 9), “o tamanho do calçadão foi pensado para garantir o enchimento da cisterna mesmo em anos em que a ocorrência de chuvas seja abaixo da média”. Isso significa que com apenas 350 milímetros de chuva são suficientes para encher a cisterna, que tem capacidade para armazenar 52 mil litros de água.

O interessante dessa tecnologia é a construção do quintal produtivo que a família pode ter do lado de casa. Com esta cisterna, os/as agricultores/as podem ter acesso aos alimentos saudáveis, e muitas famílias ainda conseguem uma renda extra com a comercialização do excedente.

Na foto abaixo podemos observar que está acontecendo uma capacitação em SSMA, em que os/as agricultores/as aprendem técnicas de como fazer o canteiro econômico e o quintal produtivo. Nesses cursos de capacitação os/as agricultores/as também dialogam sobre possibilidades de convivência com o clima semiárido, conhecem técnicas agroecológicas, aprendem a fazer defensivos naturais, partilham saberes, entre outros.

Fotografia 5 – Quintal produtivo na Comunidade de Pau Branco, em Riacho de Santana



Fonte: Pesquisa de campo (2014). Foto: Eugênia Pereira

Outra tecnologia que também possibilita a família ter seu quintal produtivo é a cisterna-enxurrada. Esta tecnologia, como a cisterna-calçadão também serve para armazenar a água da chuva e tem a finalidade de melhorar a qualidade de vida das famílias através do cultivo dos seus próprios alimentos.

Fotografia 6 - Cisterna-enxurrada



Fonte: Arquivo CASA (2015).

Segundo a ASA (2013b, 10), a cisterna-enxurrada é construída dentro da terra e o “terreno é utilizado como área de captação. Para a filtragem da água são utilizados dois tanques de decantação. Essa água escoar através de canos para a cisterna que tem capacidade para guardar até 52 mil litros de água”.

O terreno para construção dessa cisterna precisa ser bem localizado para favorecer o escoamento da água, pois a captação se dá por meio da enxurrada. Esse é um fator importante que precisa ser observado pelo/a animador/a de campo⁴⁸. Por isso, não pode ser implementada qualquer tecnologia em uma comunidade. É preciso antes, avaliar quais tecnologias são mais viáveis para cada família, cada localidade.

A **Barragem subterrânea** é construída em áreas de baixios, córregos e riachos que se formam no inverno. A construção dessa tecnologia, como pode ser observada na foto abaixo, é a partir da escavação de uma “vala até a camada impermeável do solo, a rocha. Essa vala é forrada por uma lona de plástico e depois fechada novamente”. Posteriormente, constrói-se um “sangradouro de alvenaria na parte onde a água passa com mais força e por onde o excesso dela vai escorrer. Dessa forma, cria-se uma barreira que ‘segura’ a água da chuva, que escorre por baixo da terra, deixando a área encharcada” (ASA, 2010, p. 16).

Fotografia 7 - Barragem subterrânea em construção



Fonte: Arquivo CASA (2015).

⁴⁸ O animador de campo é o técnico contratado pelo projeto, responsável por todo processo de mobilização, cadastramento, capacitação das famílias, bem como do processo de organização da construção.

Para garantir água nessa tecnologia no período mais seco do ano, é recomendado construir poços próximos ao barramento, de forma que a água armazenada na barragem seja retirada para o poço. Isso possibilita que as famílias produzam o ano inteiro com a água da barragem subterrânea.

O **Tanque de Pedra** é uma tecnologia comum em áreas onde existem lajedos, que funcionam como área de captação de água da chuva. Normalmente são construídas a partir de buracos naturais de granito que seguram pouca água. Por isso, “para aumentar a capacidade, são erguidas paredes na parte mais baixa ou ao redor do caldeirão natural, que servem como barreira para acumular mais água” (ASA, 2010, p. 18). O volume de água armazenado vai depender do tamanho e da profundidade do tanque.

Fotografia 8 - Tanque de Pedra



Fonte: Arquivo CASA (2015). Foto: Cáritas Regional 3 (Caetité)

O Tanque de Pedra é uma tecnologia de uso comunitário. Segundo a ASA (2010, p. 18), “em geral, cada tanque beneficia dez famílias. A água armazenada é utilizada para o consumo dos animais, as plantações e os afazeres domésticos. Lavar a roupa é uma das práticas mais comuns”. É recorrente também o aproveitamento das pedras do lajedo, pelas famílias, para a secagem das roupas.

O **Barreiro-Trincheira**, conforme Baptista et all. (2011) é um tanque, longo, estreito e fundo, em formato de trincheira, escavado no subsolo. Essa tecnologia possui de 30 a 35 metros de comprimento e 7 metros de largura, de forma que seu formato favorece a redução da evaporação. Isso possibilita o armazenamento da água de chuva em maior quantidade e é utilizada para matar a sede dos animais, e também permite que a família possua seu quintal produtivo.

Fotografia 9 - Barreiro-Trincheira



Fonte: Arquivo CASA (2015).

Há outras tecnologias sociais implementadas pela ASA, como a Bomba d'água Popular, a barraginha, entre outras. Porém, descrevemos apenas essas, que são as que o CASA tem trabalhado continuamente, com exceção do tanque de pedra, pois depende das condições da comunidade, como já mencionamos.

Percebemos que a maioria dessas tecnologias implementadas pela ASA estão explicitamente vinculadas a algumas de suas lutas. Todas elas possibilitam o acesso à água, no caso da cisterna de 16 mil litros, a água de consumo humano. As demais tecnologias permitem o acesso à água de produção, de forma que a família tenha as mínimas condições de produzir alguns alimentos para seu consumo, sobretudo, verduras, legumes, frutas e plantas medicinais. A partir da produção de alimentos agroecológicos, a família garante também a sua

segurança alimentar, pois tem a oportunidade de diversificar sua alimentação. Isso evidencia que a partir dos princípios da ASA são trabalhados o acesso à água (consumo e produção), a segurança alimentar, a produção agroecológica.

Além disso, todas as tecnologias são implementadas por meio de um processo de mobilização e formação, em que são trabalhados os princípios de gestão compartilhada, organização coletiva, produção agroecológica, entre outros. Esse processo ocorre, inicialmente, com as reuniões de mobilização, em que o animador de campo e a CEM esclarecem os critérios do programa. Em seguida é realizado o cadastramento da família a partir dos critérios estabelecidos pela ASA. Entre eles, a renda per capita, mulheres chefes de família, famílias com crianças de 0 a 6 anos de idade, adultos com idade igual ou superior a 65 anos, pessoas com necessidades especiais e, no caso da tecnologia para água de produção, a família que possua a cisterna de água para consumo. Após o cadastramento no programa, a família só recebe a tecnologia construída se participar dos processos formativos desenvolvidos. No caso do P1MC, a família participa da capacitação em GRH. No P1+2 são diversos processos, como o GAPA, o SSMA e os intercâmbios.

Observamos que todo o processo de formação da ASA busca contemplar a linguagem popular, respeitando os saberes do povo e as especificidades da região. Peloso (2012) afirma que a educação popular é um processo coletivo de elaboração e socialização do conhecimento. É nessa perspectiva de socializar os saberes e construir novos conhecimentos que a ASA desenvolve seus processos formativos.

O curso de GRH é realizado com as famílias que são beneficiadas com a cisterna de consumo, com capacidade para 16 mil litros de água. Essa capacitação é realizada em dois dias e discute o histórico da política de combate à seca e a proposta de convivência com o Semiárido com objetivo de desmitificar a visão negativa da região; políticas públicas; cuidados com a cisterna; tratamento da água; doenças causadas pelo uso de água contaminada; entre outros⁴⁹. Esse curso tem um caráter mais teórico-político e seu maior objetivo é desmitificar a visão de semiárido como lugar de terra seca e gente incapaz. A foto abaixo ilustra a dinâmica da teia realizada nos cursos de GRH, em que os/as participantes partilham o conhecimento e compreendem a organização da ASA:

⁴⁹ Ver anexo C: Roteiro Programático do Curso de GRH.

Fotografia 10 – Monitora-formadora ministrando curso de GRH



Fonte: arquivo CASA (2015)

Já o curso de GAPA é um aprofundamento do GRH, sobretudo no que se refere à convivência com o Semiárido. Nessa capacitação são incluídos os temas das novas tecnologias de produção, da soberania e segurança alimentar e nutricional; técnicas agroecológicas; os programas, como o PAA e PNAE, entre outros⁵⁰. Nessa capacitação a dimensão teórico-política abordada no GRH é trabalhada de forma aprofundada, relacionando-a as questões técnicas e práticas.

Já o SSMA aborda mais a questão técnica, como a construção dos canteiros econômicos; o preparo dos defensivos naturais; as técnicas agroecológicas. Todos os cursos utilizam metodologias diversificadas, como dinâmicas de grupo; exibição de vídeos e documentários; exposição dialogada; retrato da comunidade; visita a aguadas. Em algumas comunidades os cursos são realizados embaixo de árvores, como umbuzeiro e juazeiro, às vezes por falta de espaço, outras vezes por conta da metodologia de trabalho do/a monitor/a-formador/a.

⁵⁰ Ver anexo D: Roteiro Programático do curso de GAPA.

Fotografia 11 – Participantes recebem certificados no curso de SSMA



Fonte: Pesquisa de campo (2014) Foto: Eugênia Pereira

Para os/as agricultores/as esse é um momento em que eles/as se sentem “importantes”, pois muitos afirmam nunca ter ido à escola e que agora recebem um “diploma”. Quando a monitora solicitou uma avaliação desse curso de SSMA, os/as participantes afirmaram que o curso foi muito bom e que não houve pontos negativos. O agricultor Sertanejo destacou que aprender sobre os defensivos naturais foi uma das maiores contribuições que o curso oportunizou e que o principal objetivo é o conhecimento que adquirimos e que partilhamos.

Fotografia 12 – Monitora-formadora trabalha técnicas agroecológicas em curso de SSMA



Fonte: Pesquisa de campo (2014). Foto: Eugênia Pereira

Além desses processos formativos, os/as agricultores/as que conquistam uma tecnologia social da ASA participa de encontros de agricultores/as experimentadores/as; de intercâmbios regionais e interestaduais; encontros microrregionais e territoriais, entre outros.

Diante disso e a partir das observações realizadas nos encontros de capacitação promovidos pelo CASA, constatamos que a metodologia adotada pela ASA favorece a participação dos sujeitos e os coloca como protagonistas das suas próprias vidas.

Nesse sentido, concluímos que os povos do semiárido (as andorinhas) têm se organizado coletivamente e aprendido a reuplicar o conhecimento adquirido com o outro (João-de-Barro). Todavia, constantemente há tentativas de impedir ou dificultar a sobrevivência desse povo e a continuidade das suas lutas. São as tempestades que rondam a região por meio de projetos advindos das estruturas dominantes, como veremos na próxima seção.

3 ALGUMAS TEMPESTADES DIFICULTAM O VOO DAS ANDORINHAS: OS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO NO SEMIÁRIDO

A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Ela aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. Resultou daí a centralização do poder político (MARX; ENGELS, 2008, p. 16).

A centralização de poder e dos meios de produção é algo próprio da sociedade capitalista. Desde a constituição da sociedade burguesa até os dias atuais, a classe dominante detém o poder por meio de instrumentos criados por si própria. No Semiárido Brasileiro não foi diferente, a posse da terra e da água tornaram-se os instrumentos de “empoderamento” dos latifundiários e dos grandes fazendeiros que exploraram (e ainda exploram) a classe trabalhadora.

O Brasil é marcado, em seu histórico, pela concentração de terras desde o período em que foi invadido⁵¹ pelos portugueses em 1500, passando, em seguida, 400 anos de colonização, até os dias atuais com uma política de Reforma Agrária “estagnada”. Segundo Stédile (2011), quando os portugueses invadiram o Brasil, financiados pelo nascente capitalismo comercial europeu, adotaram duas táticas de dominação: cooptação e repressão, submetendo os povos que aqui viviam a sua cultura e a seu modo de produção e exploração.

Essa invasão alterou o modo de vida coletiva dos povos que já viviam de forma primitiva. Eles se organizavam em grupos sociais ou tribos, possuíam os bens da natureza a partir da posse e uso coletivo e, dessa forma, “dedicavam-se basicamente à caça, à pesca e à extração de frutas, dominando parcialmente a agricultura” (STEDILE, 2011, p. 18). Os objetivos desses povos eram exclusivamente atender a suas necessidades de sobrevivência.

Ao submeter os povos primitivos a outro modo de produção, os portugueses iniciaram a exploração da força de trabalho dos sujeitos que aqui viviam. Lessa e Tonet (2011), ao discutir sobre a organização da sociedade primitiva, afirmam que, ainda que houvesse divergências nas sociedades primitivas, o interesse coletivo era garantir a sobrevivência do grupo. No entanto, “com o surgimento da exploração do homem pelo homem, pela primeira vez as contradições sociais se tornam antagônicas, isto é, impossíveis de serem conciliadas. A

⁵¹ Estamos usando o termo invasão pelo fato de os portugueses terem ocupado um território já habitado por humanos e que não lhes pertencia.

classe dominante tem que explorar o trabalhador, este não deseja ser explorado” (LESSA; TONET, 2011, p. 53).

Nesse contexto, a posse da terra e dos bens de produção, de certa forma, dá aos exploradores o poder sobre a força de trabalho do sujeito. No Brasil, a questão da terra associada à exploração do homem é secular e histórica. É sobre isso que abordaremos na seção seguinte.

3.1 A questão agrária no Brasil e a vida das andorinhas no Semiárido: concentração de terra, água e poder

A concentração de terras no Brasil é histórica, data, conforme afirmado anteriormente, desde o início da colonização portuguesa. Nesse período, grande quantidade de terra era centralizada em mãos de poucas pessoas por meio da adoção do sistema de capitânicas hereditárias, que se constituiu pela divisão do litoral brasileiro em 12 setores lineares.

Aos donatários, titulares das capitânicas, foram dados poderes de soberano. Dentre esses poderes, poderiam adotar o regime de sesmarias, que consistia em repartir com outras pessoas as terras para que fossem cultivadas e exploradas. No processo formal de obtenção das sesmarias, segundo Germani (2006, p. 125), “o futuro sesmeiro ocupava a terra, abria sua fazenda e só então tinha a credencial para obter a concessão e legitimação da propriedade”. A base para isso era o cultivo e a realização de benfeitorias. No entanto, a classe trabalhadora, mesmo ocupando a terra, não tinha seu acesso legitimado.

Desse modo, quando a ocupação era realizada pelo fazendeiro, ainda conforme Germani (2006, p.125), a apropriação se dava “através do título de sesmaria; mas não ocorria o mesmo com a ocupação dos trabalhadores livres ou dos mestiços, que dificilmente eram legitimados como sesmeiros”. Assim, verificamos o tratamento desigual com o qual eram tratados os fazendeiros e os trabalhadores livres; desigualdade essa que é consolidada no decorrer da história.

Conforme Schistek (2013, p. 34), a ocupação da região nordestina e semiárida ocorreu, principalmente, por meio da criação de bovinos a partir da constituição de dois imensos latifúndios que se estenderam desde o Maranhão até Minas Gerais: “os morgados da casa da Torre e da Casa da Ponte. Para o povo só existia lugar com o vaqueiro, que mantinha sua

rocinha para alimentar a família, mas ele nunca poderia ser dono daquele pedaço de chão. Essa é a base da agricultura familiar na região”.

A despeito disso, Couqueiro (2012, p. 48), também afirma que foram os currais de gado que contribuíram para o povoamento do sertão nordestino. Todavia, segundo o autor, essa ocupação foi retardada por várias razões, “dentre elas vale destacar a produção de alimentos na zona da mata que competiria com a cana, a resistência oferecida pelos indígenas e as condições de solo e clima do sertão”. Isso fez com que a solução para resolver a necessidade de abastecimento da população dos engenhos de cana de açúcar, fosse a ocupação da região semiárida por meio da implantação dos currais de gado, seguindo o curso dos rios, especialmente, o rio São Francisco (COUQUEIRO, 2012, p. 48).

Além da concentração de terras, a história do território rural brasileiro é marcada pelo cultivo de monocultura – cana de açúcar, algodão, café – e pela exploração do trabalho. Inicialmente, foram os indígenas os explorados, depois foram transportados para o Brasil e feitos de escravos homens e mulheres da África.

Em 1850 foi criada a Lei de Terras nº 601/1850 como mais um mecanismo de manutenção dos latifúndios, impossibilitando a obtenção de terras pelos pobres, principalmente os escravos que foram “libertos” alguns anos depois. Nas palavras de Stédile (2011, p. 23), esta lei foi o “batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil”.

Observamos que a promulgação dessa Lei de Terras antes da chamada “libertação dos escravos”, já indicava que esses trabalhadores, ex-escravos, não tinham dinheiro para comprar terras, portanto, continuariam “escravos”. Assim, mais uma vez houve a negação do direito à terra aos pobres, o que, com a abolição da escravatura em 1888 e o desenvolvimento do capitalismo no campo, fez surgir o trabalhador “livre”, que vende sua força de trabalho em troca do salário.

Marx e Engels (2008, p. 19) esclarecem que o trabalhador se torna uma mercadoria na conjuntura da sociedade de classes, pois “com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos trabalhadores modernos, que só sobrevivem se encontram trabalho, e só encontram trabalho se este incrementa o capital”. Em linhas gerais, os autores afirmam que “esses

trabalhadores, que são forçados a se vender diariamente, constituem uma mercadoria como outra qualquer, por isso exposta a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as turbulências do mercado” (MARX; ENGELS, 2008, p. 19-20).

Como podemos observar, a promulgação da Lei de Terras traz uma abordagem de continuar tendo o trabalhador (ex-escravo) como uma mercadoria. Conforme Welch (2012), alguns estudos têm interpretado a criação da lei como intencionalmente projetada pela classe dominante para impedir que o pequeno agricultor se tornasse o modelo de desenvolvimento agrário:

Para esses pensadores, o que a classe dominante tinha em mente era a transformação da terra em mercadoria para que a vasta maioria de posseiros brasileiros, imigrantes e escravos libertos não tivesse recursos suficientes para adquiri-las. Além disso, acreditavam esses estudiosos que o Estado imperial queria garantir a disponibilidade dos escravos libertos no mercado de trabalho que teria de ser criado quando a abolição eliminasse, de vez, a força de trabalho baseada na escravidão (WELCH, 2012, p. 144).

Todavia, a partir de outros estudos, o autor sinaliza que “os elaboradores da lei buscavam exatamente o oposto: queriam criar um mercado de terras seguro para atrair investidores e imigrantes com a promessa de poderem virar proprietários no Brasil” (WELCH, 2012, p. 144).

É evidente que a lei favoreceu a grilagem de terras por meio da falsificação de documentos, uma vez que segundo Welch (2012, p. 145), “o grileiro falsificava documentos e os registrava oficialmente, corrompendo os oficiais dos cartórios que, muitas vezes, fizeram parte do processo de falsificação de títulos de propriedades”. Essa é uma situação recorrente também no Semiárido, inclusive na microrregião de Guanambi, conforme relatos da pesquisa.

Nesse contexto, a questão agrária nasce, segundo Fernandes (2004, p.4), “da contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria”. A concentração da riqueza é caracterizada pelo acúmulo da terra em grandes quantidades, pelo acesso à construção de obras hídricas para armazenamento de água e, conseqüentemente, pelo poder nas mãos da elite agrária do país, sobretudo, no Nordeste do Brasil.

O movimento de transformação da agricultura para o modo do capitalismo tido como sistema social de produção originou-se na Inglaterra, pioneira em conjugar três movimentos articulados: a unificação e o progressivo aumento da extensão territorial das propriedades agrícolas, o uso de técnicas mais intensivas de cultivo e a desapropriação da terra dos pequenos agricultores (LINHARES; SILVA, 1999). Esses três movimentos são os que regem a dinâmica econômica de nosso país, garantidos por uma política ruralista que impede a Reforma Agrária, pois prioriza a lógica de desenvolvimento fundamentada na monocultura exportadora, bem como a exploração da classe trabalhadora e do meio ambiente.

Dessa forma, ao longo da história do Brasil, novas leis e novas formas de apropriação das terras e das riquezas foram estabelecidas. Na conjuntura atual, além da concentração de terras, surge mais um inimigo para os/as trabalhadores/as como reconfiguração do modelo de monocultura exportadora e de exploração: o agronegócio como outro meio de continuidade da disputa de projeto de sociedade, que dificulta a vida dos sujeitos e impede a Reforma Agrária no nosso país. Caldart (2010, p. 115) afirma:

o agronegócio, representação econômica e política do capital no campo, tem feito também uma ofensiva de disputa ideológica na sociedade. “Sim”, dizem os “empresários” do campo, “é preciso acabar com o latifúndio improdutivo, mas através do agronegócio, da modernização da agricultura, do campo e não da Reforma Agrária e dos Movimentos Sociais atrasados que ainda lutam por ela”.

Nesse sentido, o agronegócio aparece como projeto de modernização do campo e da agricultura. Nesse projeto, o pequeno trabalhador (sem terra) é o modelo do atraso, do arcaico. Leite e Medeiros (2012, p. 85) apontam que “à medida que o termo agronegócio se impõe como símbolo da modernidade, passa a ser identificado, pelas forças sociais em disputa, como o novo inimigo a ser combatido”. E o problema maior é que esse modelo de produção não apenas concentra e controla as terras. No projeto de desenvolvimento a partir do agronegócio, as matrizes tecnológicas são centrais para a produção, associadas ao uso das sementes transgênicas, ao uso abusivo de agrotóxicos, e ao cultivo da monocultura.

Couqueiro (2012, p. 48) afirma que “o controle da terra e da água se resume no controle econômico e na acumulação de riquezas e com isso na subjugação dos excluídos dos meios de produção”. Ainda conforme o autor,

a concentração da terra e da água no Brasil sempre esteve na contramão do desenvolvimento territorial, que prima pelo respeito ao homem e à natureza, com distribuição da riqueza e da renda de maneira equitativa, com oportunidade para que todos/as brasileiros/as possam desenvolver suas potencialidades e construir uma nação justa, solidária e soberana (COUQUEIRO, 2012, p. 48).

Nesse sentido, evidencia-se mais uma vez que o desenvolvimento pensado na perspectiva do agronegócio é antagônico aos princípios da agricultura familiar. Couqueiro (2012, p. 48) afirma ainda que “os camponeses que pouca ou quase nenhuma terra possuíam eram privados de alcançar condições humanas minimamente dignas”. Essa apropriação da terra e da água e consequentemente do poder na região Semiárida é muito presente, como pode ser observado no depoimento do agricultor:

quando eu era pequeno, devia ter uns 10 anos mais ou menos, a gente pegava água, quando chegava numa época dessa, a gente pegava água nessa dita fazenda, que eu falei que trabalhei, mas só que nesse tempo não era do fazendeiro, era de outras pessoas lá, não era fazenda [...].Aí, tinha um tanque lá [para] o pessoal da comunidade, tinha uma ou duas comunidades que pegavam água lá nesse tanque. Depois que o fazendeiro entrou, acabou com essa aguada, aí, todo mundo precisou se explicar e caçar outro meio [...]. Mas tinha pessoas que pegava num pote e era maior dificuldade [...] porque hoje eu vejo todo mundo lá na comunidade não tem essa pessoa na comunidade para não ter sua aguinha em casa [...]. Às vezes precisava de carro-pipa, [e] tem aquele [...] de ficar prejudicando uns e favorecendo outros, aqueles que não rezava na cartilha dele, ele às vezes ponhava, mas era [...] pouca [água] [...], favorecia mais quem acompanhava ele. Então, aqueles que não acompanhava eram os que necessitava mais [...]. Chegou ao ponto da gente ver que eles passavam na casa das famílias que não acompanhava eles e nem deixava água, então, chegou a esse ponto. Mas depois dessas caixas de captação de água [...].Se não fosse essas caixas, essas cisternas, não sei nem o que seria do povo, porque era encabrestado pelo poder público é como te falei, é o carro-pipa comprando voto, é através do carro-pipa, porque as pessoas necessitavam e não tinha jeito e, aí, agora com a cisterna, a maioria [...] não precisa de carro-pipa.(CABRA DA PESTE, depoimento coletado no encontro comunitário de agricultores/as realizado em Riacho de Santana, no dia 05 de setembro de 2014).

Observamos no depoimento que a centralização da água oportunizava também a do poder e vice-versa, uma vez que o poder público e as oligarquias agrárias utilizavam esse recurso para manter os/as trabalhadores/as do campo subordinados a eles pela necessidade de água. Com as ações da ASA e de outras organizações, o povo do campo, neste caso, do

Semiárido, passou a ter acesso à água de forma descentralizada. Isso evidencia que a organização das pessoas contribuiu para romper com estruturas.

Segundo Malvezzi (2007, p. 62), “água é poder. O controle da água, associado ao controle da terra, resulta na sociedade nordestina que conhecemos. Nessa região, o controle da terra, da água e da saúde pública é o fundamento do poder das oligarquias nordestinas”.

Assim, percebemos que os desafios e os entraves para a democratização do acesso à terra são inúmeros, o descaso do governo e o empenho do agronegócio em dificultar a Reforma Agrária e regularização fundiária são os principais deles. No entanto, a organização e a luta dos/as trabalhadores/as do campo organizados/as poderá mudar a realidade agrária do país. Segundo Leite e Medeiros (2012, p. 85), o que se propõe em contraposição ao modelo do agronegócio é “o modelo agroecológico, pautado na valorização da agricultura camponesa e nos princípios da policultura, dos cuidados ambientais e do controle dos agricultores sobre a produção de suas sementes”.

Observamos mais uma vez que a ASA, nesse sentido, demonstra qual projeto tem defendido porque a agroecologia faz parte de seus princípios, a partir da carta de princípios da Articulação e na Declaração do Semiárido. A agroecologia pauta-se nos princípios de uma agricultura alternativa e integrada, de modo a superar o conhecimento fragmentado e cartesiano de produção (GUBUR; TONÁ, 2012). Nessa proposta, o desenvolvimento da agricultura se dá de forma sustentável e produtiva, livre de agrotóxicos, transgênicos e cultivo de monoculturas. Desse modo, o modelo agroecológico é uma alternativa para o enfrentamento do modelo de desenvolvimento do agronegócio que está em gestação.

No caso da ASA, percebemos que a implantação das tecnologias sociais de produção parte dos princípios da agroecologia, tanto nos aspectos técnicos, quanto nos processos formativos desenvolvidos, como já analisamos na seção anterior. Mas, sabemos que esta não é uma luta fácil, nem para a ASA, nem para nenhum movimento social que luta por outra forma de sociabilidade, principalmente, por se tratar, como ressaltamos desde as palavras introdutórias, de um projeto de sociedade, e, portanto, resultado da luta de classes.

Identificamos também que o projeto de sociedade que inclui a lógica do agronegócio e exclui a classe trabalhadora parte de um modelo de desenvolvimento que desconsidera as pessoas. Dentre as ações desse modelo, constatamos várias manifestações na microrregião de Guanambi, que atinge diretamente os/as agricultores/as, a exemplo dos grandes projetos da

Ferrovias Oeste/Leste – FIOLE, da instalação da Bahia Mineração – BAMIM e da implantação de um parque eólico. Tais obras atingem diretamente diversos municípios da área de atuação do CASA, dentre eles, Caetitê, Guanambi, Pindaí, Igaporã, entre outros. Conforme Schistek (2013, p. 34),

estamos numa fase de nova invasão do SAB, que é mais devastadora que a dos portugueses. São os grandes projetos que expulsam a população, destroem a caatinga, exploram os bens naturais, sem maiores benefícios para as populações locais, causando desertificação. A exemplo das mineradoras, grandes projetos energéticos e de irrigação se instalam na região e ampliam a concentração da renda e o êxodo rural.

Essa tem sido a realidade de muitos/as agricultores/as da microrregião de Guanambi. São comunidades tradicionais que tiveram suas vidas modificadas a partir da implantação desses grandes projetos que objetivam o “desenvolvimento econômico” da região e do país. Ao visitarmos algumas comunidades, observamos que além da devastação ambiental, que destrói a Caatinga, que seca os mananciais, que impede os/as trabalhadores/as de continuarem produzindo na agricultura familiar; eles são impedidos até de transitarem pelas estradas construídas pelas empresas em determinados horários. Algumas famílias foram expulsas de suas terras por uma indenização de baixo custo e que não é suficiente para sobreviverem na cidade, para onde se mudaram. Outras continuam nas suas comunidades tentando resistir aos impactos provocados pelas empresas, como perda das cisternas que haviam conquistado, pelo fato das explosões estourarem as estruturas da casa e das cisternas.

Esse cenário não faz parte apenas da nossa região. Essa é uma invasão que ocorre em todo o Semiárido, como a ASA aponta na carta política do VIII EnconASA:

Assistimos no VIII EnconASA o testemunho dramático de comunidades inteiras ameaçadas de expulsão de suas terras na Chapada do Apodí, no Rio Grande do Norte, para que cinco grandes empresas implementem, com infraestrutura e recursos públicos, um grande projeto de irrigação. No Norte de Minas Gerais, que sediou o encontro, o povo Xacriabá e populações tradicionais são expulsas e os cerrados são devastados para a implementação de monocultivos de eucalipto. Estas são situações emblemáticas de violação de direitos e são apenas exemplos de situações que se repetem nos territórios do Semiárido. São muitos os registros e testemunhos de violação de direitos, expulsão de famílias agricultoras, povos e populações locais, e destruição ambiental (ASA, 2012, p.3).

Nessa conjuntura, questionamos sobre o que é um modelo de desenvolvimento sustentável? Apesar de não ser nosso objetivo aprofundar sobre esse conceito, é preciso salientar que a ASA trabalha uma perspectiva de desenvolvimento **humano** sustentável, conforme observado em seus documentos e ações. Isso significa que, no projeto da ASA, as pessoas é o mais importante quando se trata de desenvolvimento. E a sustentabilidade está no fato das pessoas terem uma vida digna, e não tratadas como mercadorias. Todavia, a proposta hegemônica é totalmente contrária a tais finalidades, pois o único objetivo é a reprodução do capital, portanto, o mais importante é o lucro.

Na carta política do último encontro da ASA, por exemplo, os/as participantes ao pautarem uma Política Nacional de Convivência com o SAB, afirmaram que defendem um projeto de desenvolvimento em que o povo é protagonista da sua própria vida. Assim, explicitam seus compromissos políticos:

Reafirmamos o projeto político da ASA em contraposição ao projeto centralizador e hegemônico do capitalismo e, neste contexto, buscamos fortalecer o protagonismo de agricultores e agricultoras familiares, povos e comunidades tradicionais. Continuamos apostando em soluções descentralizadas que atendam diretamente às famílias e as comunidades do Semiárido brasileiro na perspectiva da garantia de seus direitos. Mantemos o nosso processo pedagógico na lógica da educação contextualizada, baseado na troca de saberes e no intercâmbio das experiências, visando a capacitação das pessoas, a formação da consciência crítica, o fortalecimento da mobilização social e a construção de uma identidade em comum na diversidade dos povos do Semiárido (ASA, 2012, p. 3-4).

Segundo os/as participantes, o VIII EnconASA “reencanta, nos revigora e nos compromete cada vez mais a defender a Vida e a dignidade das famílias, dos povos e das comunidades tradicionais do Semiárido brasileiro”, pois “É no Semiárido que a vida pulsa! É no Semiárido que o povo resiste!” (ASA, 2012, p. 5).

Essa proposta política da ASA, como podemos observar, inclui diversas frente de lutas, dentre elas, a educação contextualizada, a troca de saberes e a formação da consciência crítica. Concluimos que as tempestades que historicamente dificultaram o voo das andorinhas no SAB perpassam pela centralização da terra, da água, da riqueza e também da negação da educação, tanto escolar, como não escolar. E é sobre os processos educativos no SAB que discutiremos a seguir.

3.2 A educação das andorinhas no contexto do Semiárido: entre a escola formal e a escola da vida

A partir da perspectiva de campo pensado no projeto de sociedade hegemônico, identificamos que qualquer possibilidade de emancipação dos sujeitos é excluída. Isso significa que a educação nesse contexto não se caracteriza como prioritária. Assim, a educação pensada **para** os povos do campo no Brasil pautou-se numa concepção preconceituosa a respeito dos/as trabalhadores/as, desconsiderando os saberes decorrentes do trabalho com a terra e da vida de camponeses/as. Conforme Calazans (1993, p. 28),

o pressuposto de um homem rural vazio culturalmente esbarra, em cada momento específico, ante as provas tangíveis de uma resistência cultural a valores considerados impertinentes pelas “populações-alvo” e, também, com essa memória, matéria-prima de uma história não-oficial, que mantém a identidade periférica de grupos, constantemente manipulados para empreendimentos cujos objetivos lhes escapam inteiramente.

Nesse contexto, a autora destaca que “as classes dominantes brasileiras, especialmente as que vivem do campo, sempre demonstraram desconhecer o papel fundamental da educação para a classe trabalhadora” (CALAZANS, 1993, p. 16). E quando olhamos para a história da educação na região semiárida, percebemos que a negação dessa educação aos sujeitos e os estereótipos em torno deles são muito maiores. Segundo Baptista e Campos (2013b, p. 84),

um rápido retrospecto dos processos de produção do conhecimento, leitura e educação no Brasil, por exemplo, nos mostra que, desde a época da colônia, para alguns era dado o direito de ler, conhecer e “educar-se”, enquanto a outros esses direitos eram radicalmente negados. Aos índios, negros e àqueles que, de alguma maneira, poderiam incomodar ou contestar a colônia e a exploração por ela implementada eram peremptoriamente negados os processos educacionais, tanto o conhecimento e a educação formais quanto a leitura da própria realidade da vida.

Os autores acrescentam ainda que se a análise se limitar, especialmente, ao Semiárido, constatamos que, além da negação aos processos educativos, “seus conhecimentos e processos educacionais eram catalogados e tidos como folclore, magias, superstições, ridicularizados e, por isso, deviam ser condenados e evitados” (BAPTISTA; CAMPOS, 2013b, p. 85).

É nesse sentido que abordamos nesta seção que a concentração no Semiárido não ocorre apenas com a terra, a água e a riqueza, mas também com o conhecimento e, portanto, com o poder. A partir dessa premissa, a ASA compreende que no projeto de desenvolvimento defendido por ela não pode excluir os processos formativos que possam contribuir para a leitura da realidade. Esse processo formativo, conforme já foi mencionado, parte dos espaços não escolares, mas amplia-se para a instituição escolar, compreendendo-a como um lugar de transformação social. Ou seja, compreende a dimensão da vida dentro e fora da escola.

Malvezzi (2007, p. 132) acredita que a convivência com o Semiárido “precisa começar dentro das escolas, modificando-se o processo educacional, o currículo escolar, a metodologia educativa e o próprio material didático. Esse desafio é tão agudo quanto a própria transformação do Semi-Árido” (sic). É importante salientar que essa é uma disputa necessária no contexto das ações da ASA: compreender a importância da escola na vida dos/as educandos/as e contribuir para a transformação social almejada.

Após análise dos documentos da ASA, notamos que inicialmente a proposta é de promover um processo de formação e mobilização social para a convivência com o Semiárido no sentido mais amplo. Nessa proposta, a desconstrução de uma imagem pejorativa da região e do seu povo encontra-se fundamentada na defesa do/a agricultor/a ser o/a protagonista desse processo, tendo seus saberes e conhecimentos respeitados e valorizados; e, na formação e articulação dos sujeitos na construção de políticas públicas condizentes com a realidade da região. Posteriormente, a iniciativa da ASA também adentra a instituição escolar, buscando iniciar um trabalho formativo pelas vias formais da educação.

Baptista e Campos (2013c, p. 78) esclarecem que no contexto do trabalho desenvolvido pela ASA, “num sentido amplo, a formação é constituída por toda a prática social que se refere ao conjunto da vida, à totalidade das relações humanas”. Em linhas gerais, é uma prática social que deve “acontecer sempre de forma integrada com o engajamento social, numa dinâmica de ação-reflexão-ação. Daí a necessidade da criação de uma grande rede de conhecimento, através da organização e da mobilização social” (BAPTISTA; CAMPOS, 2013c, p. 78).

Por isso, hoje, a proposta educativa da ASA pauta-se na inserção e articulação tanto dos espaços escolares como não escolares. No âmbito não escolar é onde a ASA tem uma trajetória maior, pois aparece desde o início de suas ações associadas aos processos de implantação das tecnologias. São os cursos de formação em GRH, GAPA, SSMA, os

intercâmbios, os EnconASAs, encontros microrregionais e territoriais, entre outros espaços. Já, no contexto da escola, a ASA tem desenvolvido projetos como Cisterna nas Escolas, e a partir dele tentando contribuir com a formação de professores e a inserção de materiais didáticos contextualizados com a realidade do SAB. É preciso ressaltar que o trabalho nas escolas não tem sido realizado por todas UGMs e/ou UGTs. Desse modo, ainda é necessário maior investimento da ASA nos processos educativos escolares. Algumas organizações vinculadas à ASA têm desenvolvido diversas experiências de educação contextualizada em escolas do Semiárido, a exemplo do Movimento de Organização Comunitária (MOC), Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), Centro de Assessoria e Apoio a Trabalhadores/as e Instituições Não Governamentais Alternativas (CAATINGA), entre outras.

Segundo Braga (2004), as experiências educativas no campo da agricultura familiar desenvolvidas pela ASA também são práticas de educação contextualizada, a exemplo das tecnologias de captação de água de chuva, das novas formas de manejo da terra e da caatinga, dentre outras ações.

O sentido de formação como um conceito amplo, proposto pela ASA inclui todos os sujeitos. Assim, Baptista e Campos (2013c, p. 79, grifos nossos) esclarecem:

É nessa perspectiva que entendemos a **formação e a mobilização social para uma convivência no Semiárido**. Os processos democráticos, embora sejam indispensáveis para o desenvolvimento da pessoa como um todo e de todas as pessoas, historicamente já provaram serem insuficientes para assegurar a cidadania plena. **A formação, como mediação de uma nova cultura política, necessita ser desenvolvida de forma concomitante à democratização para que possamos alcançar a emancipação humana e social com a superação de toda e qualquer forma de dominação e exploração, visando uma prática social popular articulada e libertadora.**

Nesse contexto, a ASA propõe uma formação que contribua para a emancipação política dos sujeitos, de modo que supere as diversas formas de dominação. Do ponto de vista da concepção educativa que integra o projeto da ASA, podemos perceber uma base de educação popular, aquela que parte da valorização dos saberes do povo. Essa concepção vai de encontro com a afirmação de Paludo (2012, p. 281),

a educação popular vai se firmando como teoria e prática educativas alternativas às pedagogias e às práticas tradicionais e liberais, que estavam a serviço da manutenção das estruturas de poder político, de exploração da força de trabalho e de domínio cultural. Por isso mesmo, nasce e constitui-se como Pedagogia do Oprimido, vinculada ao processo de organização e protagonismo dos trabalhadores do campo e da cidade, visando à transformação social.

Reconhecemos que o aspecto da transformação social é registrado o tempo todo pela ASA em seus documentos e em algumas ações. O que apontamos, mais uma vez, é que essa transformação não pode ocorrer apenas de maneira técnica ou pontual. Precisamos avançar na luta contra o capital e garantir que a vida das pessoas seja o mais importante no projeto de sociedade que queremos construir. Nessa direção, Paludo (2012, p. 281) afirma que as raízes da educação popular são as experiências históricas de enfrentamento do capital pelos trabalhadores, “são as múltiplas experiências concretas ocorridas no continente latino-americano e o avanço obtido pelas ciências humanas e sociais na formulação teórica para o entendimento da sociedade latino-americana”.

Cabe registrar que a ASA propõe uma educação que seja contextualizada com a realidade do SAB. Nessa visão, é preciso que o bioma, as manifestações culturais dos sujeitos, os saberes, sejam respeitados. Para Schistek (2013, p. 38), só existirá convivência com o Semiárido com uma proposta educativa contextualizada. “Não se pode pensar o semiárido brasileiro com seu bioma caatinga de forma isolada, com propostas setoriais. A educação escolar tradicional tem contribuído muito para divulgar uma imagem de inviabilidade econômica, feiura e morte”.

Essa abordagem merece uma reflexão mais aprofundada, uma vez que tratar de libertação dos sujeitos não é simplesmente desmitificar visões negativas e construir políticas públicas. É necessário ir, além disso. Os sujeitos precisam compreender as contradições que existem na condição de trabalhadores/as explorados, que são.

Santos (2012, p. 181), ao refletir criticamente sobre as dicotomias entre as práticas educativas escolares e não escolares, baseado na pedagogia histórico-crítica, chama a atenção para a necessidade de “máxima socialização e apropriação do conhecimento sistematizado na formação dos trabalhadores como forma de instrumentalizar a classe em suas lutas pela emancipação humana”. Essa emancipação, segundo o autor, não pode ser entendida “como

algo ideal a ser atingido, mas como produto possível das contradições do capitalismo e da luta de classes” (SANTOS, 2012, p. 181).

Ao realizarmos a análise documental, não identificamos uma teoria ou marco filosófico específico com o qual a ASA trabalha seus processos educativos. Em alguns momentos são citados os processos da educação popular, mas em sua maioria as referências são de uma educação contextualizada. No projeto do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, explicita-se o que compreende por Educação:

Por educação nós vamos designar o processo ligado à etimologia da palavra. Educação é uma palavra que vem do latim, de duas outras palavras **e** ou **ex**, que significa **de dentro de... para fora**; e a outra palavra é **ducere**, que significa **tirar, levar**. Educação significa, pois, tirar de dentro de uma pessoa, ou levar para fora de uma pessoa, alguma coisa que já está dentro, presente na pessoa. A educação, pois, que a pessoa não é uma “tábula rasa”, mas possui potencialidades próprias, que vão sendo atualizadas, colocadas em ação e desenvolvidas através do processo educativo (GUARESCHI apud ASA, 2002, p. 28, grifos do autor).

Nessa lógica, a indicação é de uma abordagem que parte da perspectiva de Freire, quando se refere aos saberes que o sujeito já possui de suas vivências. Mas, ao mesmo tempo, que se aborda aqui o “tirar de dentro”, a ASA afirma que “a filosofia básica da ação transformadora será, por conseguinte aquela de gerar capacidades instaladas, sob todos os pontos de vista, para que estes grupos, pouco a pouco, assumam sua história e nela processem as transformações necessárias no rumo da justiça”. (ASA, 2002, p. 27). Essa proposta parece coerente com o apontamento da emancipação, enquanto princípio norteador como propõe esse mesmo documento da ASA.

Embora tenhamos sinalizado que a ASA explicita o tempo todo o papel da formação na transformação social do SAB, ela assume que há limitações no campo educacional formal. Todavia, demonstra em diversas ações de educação popular que tem contribuído para a disseminação do conhecimento no SAB. Um exemplo disso são as inúmeras estratégias de comunicação social desenvolvidas e que promovem os/as agricultores/as ao papel de

personagem principal, como nos boletins “Candeeiro⁵²”, nas revistas e nos filmes/vídeos produzidos.

As experiências de educação contextualizada têm sido praticadas em espaços formais e não formais de educação e isso tem ocorrido por diversas organizações, sobretudo pela Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB). Esta rede é pioneira no que se refere à prática de uma educação contextualizada com a realidade do SAB. Segundo Carvalho e Reis (2013), a RESAB surge oficialmente no ano de 2000, mas já trazia experiências diversas. Ainda conforme os autores, as organizações sociais vinculadas à ASA, têm desenvolvido a educação contextualizada “nos cursos de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (GRH) com as famílias, para que essas, além de aprenderem sobre os cuidados com a cisterna e outras fontes d’água, também aprendam sobre o Semiárido e sua dinâmica ambiental” (CARVALHO; REIS, 2013, p. 34).

No entanto, é preciso nos atentar para os princípios que fundamentam nossas ações, de modo que não compactuemos com a lógica do capital, ainda que reconheçamos inúmeras contradições nas nossas práticas. Santos (2013, p. 187) afirma que nas formulações da RESAB, por exemplo, observamos um ideário pedagógico hegemônico:

é possível identificar uma forte influência de pedagogias defendidas pelo capital para a educação presentes no lema “aprender a aprender”. Este conjunto de princípios e teorias, aliada a perspectiva do desenvolvimento sustentável sinalizam uma proposição de educação escolar que se adéqua as perspectivas de formação humana presente no ideário pedagógico hegemônico na atualidade.

Isso nos faz pensar na delimitação da especificidade que tentamos lapidar no cotidiano histórico de negação dos direitos à classe dominada. Nas palavras de Schistek (2013) necessitamos de uma educação contextualizada, que leve a vida dos/as alunos/as para dentro da sala de aula. Para isso aborda que somente materiais didáticos não são suficientes. É preciso formação continuada para os professores e discussão no âmbito da academia. Além disso, o autor chama a atenção para não limitarmos a especificidade do Semiárido, pois o

⁵² Este é um boletim produzido em cada UGT a partir da experiência de uma família da região. O Candeeiro é editado na sede das UGTs, mas divulgado em todo território de atuação da ASA, bem como disponibilizado em formato digital no site da rede.

contexto deve ser considerado nas práticas educativas, independente de ser no campo ou na cidade, na favela ou em um bairro nobre:

É importante ressaltar que a educação contextualizada tem princípios universais e deve ser trabalhada em todas as realidades, não ser restrita aos ambientes rurais, mas deve alcançar também as escolas nas cidades, sedes dos municípios onde muitos alunos da área rural hoje estudam, por força da legislação das escolas nucleadas. Além disso, o bioma caatinga circunda todas essas aglomerações urbanas, muitos dos alunos possuem raízes nele e precisam ter a oportunidade de receber as informações corretas (SCHISTEK, 2013, p. 38).

Concordamos com o autor e defendemos que a especificidade não prejudique a luta contra a classe dominante, que é o único inimigo a ser combatido. São muitas as disputas no campo teórico-conceitual da educação, enquanto especificidade do campo, do Semiárido, dentre outros contextos e grupos. Nesse contexto, partilhamos do pensamento de Santos (2012, p. 195), de que “o debate sobre a luta de classes é uma seara polêmica entre os próprios marxistas e entre esses e os seus contestadores”. Contudo,

Tratar das práticas educativas nos movimentos populares e escolares sem partir do entendimento das configurações das lutas de classes contemporâneas pode conduzir a uma análise parcial do problema. A classe dominada, ao organizar-se em movimentos, sindicatos e partidos busca encontrar estratégias e táticas para avançar em seus projetos em contraposição aos seus antagonismos. Por isso, é do interesse dos trabalhadores compreender a realidade e desvelar os segredos das forças que os oprimem (SANTOS, 2012, p. 195).

Nesse sentido, compreendemos que a ASA precisa avançar para além das ações pontuais em sua luta política. É preciso, contribuir para que os/as trabalhadores/as identifiquem a essência dos problemas que os atinge em seu contexto particular e singular, mas, sobretudo, precisam compreender a questão que envolve a totalidade no modo de produção da existência na atual sociedade capitalista.

Posto isso, buscamos na próxima seção identificar quais os limites e possibilidades das ações da ASA no contexto da microrregião de Guanambi/Bahia, apontando assim, nossas proposições.

4 ENTRE UMA TEMPORADA DE VERÃO E OUTRA DE INVERNO, AS ANDORINHAS FAZEM FESTA NO SERTÃO: LIMITES E POSSIBILIDADES DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA ASA

Este capítulo tem a finalidade de retomar os limites e as possibilidades apresentados e discutidos ao longo das sessões, aprofundando-os com novos elementos que não foram abordados anteriormente. Acrescentamos, ainda, a proposta e os resultados da formação desenvolvida com as monitoras-formadoras⁵³ e com uma das comunicadoras populares do CASA.

Nesse sentido, o título desta seção faz uma analogia ao fato de que algumas conquistas das famílias agricultoras, como a universalização do acesso à água de consumo, possibilitam uma temporada de festas, de alegria no Semiárido, sobretudo, no período de estiagem das chuvas. Todavia, muitas políticas, como as de acesso à terra, ao crédito, ainda não são garantidas. Por isso, entre limites e possibilidades, assim como as andorinhas, o povo do Semiárido, se desloca em busca de uma vida digna, às vezes dentro da própria região, outras, migram para as demais regiões do país.

A ASA se insere nesse contexto com implementação de algumas tecnologias sociais de convivência com o clima semiárido. Estas tecnologias desenvolvem processos formativos e práticas educativas, que apresentam tanto contribuições para a melhoria de vida das famílias agricultoras, como também muitos limites no que se refere às lutas que exigem maior embate e ruptura com estruturas políticas dominantes, voltadas para a construção de práticas solidárias e sustentáveis.

Dentre as estruturas políticas, que impõem desafios à manutenção da vida dos/as pequenos/as agricultores/as no Semiárido, estão a concentração de terras, a dificuldade de acesso ao crédito, o descaso com a educação, entre outras. Isso é evidenciado nos depoimentos dos sujeitos no decorrer da pesquisa-ação. Dessa forma, como a ASA tem pautado todas estas questões em seus encontros e cartas políticas, entendemos que ela precisa avançar na luta, sobretudo, pelo acesso à terra e pela garantia de condições para cultivo desta, a exemplo do crédito e das sementes.

⁵³ Na formação houve a participação somente de quatro monitoras-formadoras e uma comunicadora popular. Por isso, o uso do termo apenas no feminino, diferente dos demais momentos do relato da pesquisa-ação.

Nesta perspectiva, o presente estudo, com base nas afirmações dos sujeitos envolvidos, propôs que esses desafios sejam mais bem discutidos pelas organizações que compõem a ASA, especialmente, o Centro de Agroecologia no Semiárido. Para tanto, sugerimos que priorize a formação inicial e continuada dos/as monitores/as-formadores/as e com isso mobilize os próprios sujeitos a engajarem na luta pela conquista dos direitos dos povos do campo.

A pesquisa-ação, conforme descrito na seção metodológica, buscou investigar os limites e possibilidades das práticas educativas a partir da perspectiva dos/as agricultores/as beneficiados com as tecnologias sociais, dos/as monitores-formadores/as que trabalham com os cursos de formação e da equipe de assessoria e comunicação do CASA, que é responsável pelos processos formativos da instituição.

Nesse sentido, as diversas seções deste trabalho abordaram os resultados da investigação no que se refere às observações realizadas, sobretudo, nos cursos de formação da entidade; às entrevistas com agricultores/as; aos questionários aplicados com os/as monitores/as-formadores/as; e os apontamentos dos responsáveis pela formação no encontro denominado “diagnóstico”. Essa análise realizada pelos próprios sujeitos envolvidos com a formação dos/as agricultores/as resultou na elaboração e desenvolvimento da proposta de formação para monitores/as-formadores/as descrita na seção 4.2.

Compreender o perfil das participantes dessa construção coletiva de formação é essencial para justificar o porquê da escolha e contribuição de cada uma. É válido ressaltar que todos/as os/as monitores/as-formadores/as, que prestam serviço para a instituição, foram convidados/as a participarem do processo de pesquisa e intervenção. Todavia, apenas quatro monitoras-formadoras e uma comunicadora popular estavam presentes no curso de formação proposto como intervenção dos apontamentos de limites e possibilidades das práticas educativas. Alguns sujeitos não informaram o motivo da ausência, outros justificaram demandas de trabalho e/ou pessoais e a assessora pedagógica não está mais na instituição pelo fato do projeto em que atuava ter sido encerrado em outubro de 2014⁵⁴.

⁵⁴ Mesmo com o contrato encerrado, a assessora pedagógica tem participado de alguns espaços de formação da instituição de maneira voluntária. Por isso foi informada sobre a formação, demonstrou interesse em participar, mas foi impossibilitada por questões de saúde.

Dessa forma, a próxima subseção apresenta de maneira objetiva o perfil das participantes do curso de formação realizado, uma vez que estas são fundamentais como multiplicadoras das discussões pautadas.

4.1 Quem são, como vivem e o que fazem estas andorinhas?: O perfil das participantes da formação⁵⁵

Nas palavras introdutórias deste texto esclarecemos como é importante dizer de qual lugar falamos, escrevemos, trabalhamos, vivemos. Nesta seção, as monitoras-formadoras e as integrantes da equipe de assessoria e comunicação, participantes da pesquisa-ação, evidenciam que desenvolvem os processos formativos com agricultores/as a partir daquilo que vivem e/ou viveram no campo. Elas são lavradoras, mães, esposas, filhas, militantes, enfim, são mulheres educadoras que lutam e resistem às adversidades da vida no campo e no Semiárido.

Retomando as palavras de Marx, citadas no início deste texto, essas mulheres produzem sua própria existência e se fazem humanas e educadoras a partir das circunstâncias e condições objetivas dadas. Caldart (2004, p. 319), ao tratar sobre esse fazer-se educador afirma que “esse processo de fazer-se humano nas circunstâncias, fazendo-as mais humanas, é educativo, nos dizem pedagogos e pedagogas nele inspirados”.

Ágata, por exemplo, é lavradora, participa ativamente da Associação Rural da comunidade onde reside e há 8 anos é membro do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) do município de Iuiu/Bahia. Monitora-formadora há 2 anos, Ágata tem 28 anos de idade, é divorciada e mãe de 2 filhos. Sua formação foi em Magistério e não deu continuidade aos estudos por falta de oportunidade. Segundo Ágata, o motivo pela escolha do trabalho de monitoria no CASA nasceu das experiências sociais: “Eu sempre gostei de participar de reuniões na comunidade, sindicato, e fui convidada para participar do treinamento e fui e gostei”.

Para esta monitora-formadora, o investimento na formação para o desenvolvimento do seu trabalho de monitoria torna-se importante “porque se o monitor tiver bem informado os agricultores terão um bom desenvolvimento na propriedade” (ÁGATA).

⁵⁵ Informamos que todos os depoimentos citados pelas participantes nesta seção foram extraídos do questionário respondido, por escrito, em 25 de agosto de 2014. Para evitar que o texto fique carregado, não repetimos esta informação e não usamos o estilo da fonte em itálico por não se tratar de transcrição de falas.

Flor do Campo também se declara como lavradora, tem 27 anos de idade, é casada e mãe de 1 filho. Tem formação técnica em Agropecuária integrada ao ensino médio pela Escola Técnica da Família Agrícola da Bahia (ETFAB) de Riacho de Santana/Bahia. Participa do Movimento de Mulheres Fortes do referido município há cerca de 1 ano e 2 meses.

Monitora-formadora há 2 anos, Flor do Campo explica que a razão que a levou a ser monitora se justifica pelo fato de partilhar conhecimentos e experiências com as famílias agricultoras e ajudá-las a compreender “que é possível termos uma vida digna no Semiárido, e como filha de agricultores e tenho o curso técnico em Agropecuária e participei do curso de formação para monitores [de GRH] onde passei a prestar serviços nesta área” (FLOR DO CAMPO).

Ao falar da importância de se investir na formação dos/as educadores/as que atuam no CASA e na ASA, ela afirma que “essa formação é de grande importância, pois com os temas abordados facilita os trabalhos desenvolvidos nas comunidades tanto teóricos, como práticos” (FLOR DO CAMPO).

Já **Asa-Branca**, filha de agricultores, é monitora-formadora há 4 anos. Tem 29 anos de idade, é casada e não tem filhos. Reside no município de Riacho de Santana/Bahia e é técnica em Agropecuária também pela ETFAB do referido município. Atualmente cursa Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Ao se declarar como autônoma ela afirma participar da Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Território Velho Chico.

Quando questionada sobre a razão da escolha por ser monitora-formadora, Asa-Branca afirma que a princípio foi a necessidade de um trabalho que não a desvinculasse da família e das suas raízes. “Segundo, por identificar-me com a proposta de trabalho da ASA. Hoje, por ser uma experiência de trabalho que gosto de fazer, pois as atividades desenvolvidas assemelham-se com a minha realidade” (ASA-BRANCA). Observamos que a monitora-formadora desenvolve um trabalho com o qual se identifica e se vincula às suas vivências.

Esse é um aspecto muito importante no contexto da educação popular e que a diferencia da educação escolar. Peloso (2012), ao falar sobre o trabalho de base e a educação popular afirma que a formação acadêmica, a competência profissional ou o modo de inserção nos espaços não garantem por si só um processo formativo que transforme a estrutura social capitalista. Segundo o autor, “o fermento só tem sentido se metido no meio da massa [...] A finalidade é descobrir, organizar e formar gente disposta a um processo de transformação das

estruturas da sociedade capitalista” (PELOSO, 2012, p. 38). Dessa forma, é necessário ter instrumentos que possam contribuir na caminhada, dentre os quais, a formação política deve ser prioridade.

Nessa perspectiva, Asa-Branca acredita que o investimento na formação dos/as monitores/as-formadores/as é necessário porque “se não há investimento, não há retorno nem pra mim, nem para as famílias com as quais trabalho”. Ela destaca que para ministrar os cursos de GRH houve uma excelente capacitação, porém, ao ampliar os projetos de acesso à água para produção, não houve formação para que pudessem trabalhar com os cursos de GAPA e SSMA: “apenas observei um curso prático o qual considero fraco” (ASA-BRANCA).

A ausência de formação inicial para os cursos referentes a implementação das tecnologias sociais de armazenamento da água para produção e a formação continuada para quem ministra os cursos de GRH são evidenciados em diversos momentos pelas monitoras e pela equipe de assessoria e comunicação.

Caatingueira também é monitora-formadora há 4 anos. Tem 27 anos de idade, é casada, tem um filho e mora no município de Iuiu-Ba. Ela cursou o ensino médio em Formação Geral e não deu continuidade aos estudos, sobretudo, pela falta de oportunidades. Todavia, tem uma trajetória política de 15 anos de participação nas atividades pastorais/sociais da igreja católica e de 4 anos na Associação de Produtores Rurais da comunidade onde nasceu.

A razão de ser monitora-formadora para Caatingueira surge a partir do seu vínculo por ter nascido e crescido no campo e “ter sentido na pele o sofrimento da seca, da falta de água. Por já ter carregado água na cabeça a longa distância, daí o desejo de poder ajudar essas pessoas que lá residem. Além da oportunidade de complementar minha renda, é claro” (CAATINGUEIRA). Percebemos de modo recorrente nesse e em outros depoimentos como as condições materiais de existência no campo as fazem tornarem-se educadoras.

Caatingueira também ressalta que a capacitação para ministrar os cursos de GRH foi importante: “Foi uma formação de 16 horas, considerada por mim excelente, pois foram abordados muitos temas, como Semiárido e sujeito que ali mora, convivência com o Semiárido, políticas públicas [...]”. Para Caatingueira, a formação é importante por que

“quando somos capacitados fazemos o nosso trabalho com mais segurança, temos mais bagagem para passar para as famílias”.

Percebemos que o trabalho com a monitoria dos cursos, ainda que seja uma atividade realizada com satisfação, pela afinidade com as questões sociais e pelo vínculo com o campo, revela-se como fonte complementar de renda para muitas monitoras-formadoras. Todavia, entendemos que por ser uma atividade esporádica, sem vínculo empregatício, prejudica o desenvolvimento da proposta de mobilização da ASA, uma vez que muitas pessoas que são capacitadas para atuarem, às vezes, desistem da atividade por não proporcionar estabilidade financeira.

No ano de 2010, por exemplo, quando houve uma formação, avaliada como momento muito rico pelas monitoras-formadoras, foram capacitadas 30 pessoas entre homens e mulheres. Entretanto, destas, apenas 2 ainda prestam serviço de monitoria para a instituição pelo fato de algumas terem ingressado em outras atividades; outras foram estudar fora do estado da Bahia; e os demais se tornaram auxiliares administrativos ou animadores de campo da própria instituição.

Nesse contexto, observamos que esse é mais um desafio posto às entidades vinculadas à ASA. A instabilidade financeira e econômica vivenciadas pelos/as monitores/as-formadores/as impedem, em alguns casos, a continuidade de um trabalho de mobilização e articulação política desenvolvido nos processos formativos da rede.

Problema semelhante ocorre com a equipe de assessoria e comunicação do CASA. Apesar de se diferenciarem dos/as monitores/as-formadores/as por terem vínculo empregatício com a instituição e salário mensal garantido, as integrantes dessa equipe assinam contratos com tempo determinado, conforme o plano de trabalho de cada projeto com o qual se vincula. Neste sentido, ocorrem as mesmas dificuldades e riscos do trabalho de monitoria, pois, não há garantia de manutenção da mesma equipe de funcionários/as em projetos consecutivos.

Hortênsia, por exemplo, no período de realização do encontro diagnóstico e da aplicação do questionário tinha vínculo contratual como assessora pedagógica da instituição. Porém, no período de realização da formação interventiva o seu contrato já havia encerrado. Mesmo assim, tem prestado alguns serviços de forma voluntária para a entidade e foi

convidada a participar da formação. No entanto, por questões de saúde não foi possível Hortênsia estar presente no momento da intervenção.

A função de assessora pedagógica foi exercida pela primeira vez em um projeto no CASA por Hortênsia. Por este motivo, ainda que não tenha participado do último encontro, decidimos descrever o seu perfil, bem como incluir os depoimentos e contribuições dela no decorrer do processo de construção da pesquisa-ação.

Hortênsia tem 25 anos, é casada, licenciada em Pedagogia pela UNEB Campus XII, com especialização na área de coordenação. Participa da Pastoral da Juventude há 10 anos no município de Caetité, onde reside. Atuou como assessora pedagógica do CASA pelo período de 22 meses.

Sobre a formação, ela acredita que “assim como qualquer outro profissional, os monitores também precisam de formação, uma vez que todos nós somos ‘seres inacabados’ em busca do conhecimento”. Ela acrescenta ainda: “é necessário que as organizações responsáveis se atentem à formação, para que os monitores estejam aptos a levar trocas de saberes sobre as estratégias de convivência com o seu local de origem” (HORTÊNSIA).

Bem-te-vi atua como comunicadora popular do CASA há 2 anos, tem 25 anos de idade e é solteira. Tem formação em jornalismo pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) com especialização na área de Gestão de Pessoas. Afirmo que não participa de nenhuma outra organização social além do CASA. Para Bem-te-vi, que integra a equipe de assessoria e comunicação, o investimento na formação é “essencial, pois se o monitor não está adequadamente capacitado e seguro das informações que passa para os agricultores, podem prejudicar os processos de formação das famílias”. Notamos que a compreensão apresentada por Bem-te-vi reflete a afirmação da monitora Caatingueira, ao falar da importância da formação para sua atuação como educadora.

Girassol também é comunicadora popular do CASA, mas foi contratada posterior a Bem-te-vi, tendo apenas 1 ano e 2 meses de atuação nessa função. Com 25 anos de idade, solteira, residente no município de Pindaí, também tem formação em Pedagogia pela UNEB Campus XII e especialização em Docência do Ensino Superior. Participa há 8 anos da associação de produtores rurais da comunidade onde reside e afirma que a formação é importante “uma vez que os monitores (as) precisam compreender o processo ao qual estão

inseridos e através dessa formação política é possível desenvolver um bom trabalho” (GIRASSOL).

Nessa ótica, para Girassol, o processo de formação envolve a dimensão política. Peloso (2012, p. 39, grifos do autor) afirma a importância e necessidade da formação política no trabalho de base e pontua que “ter formação é saber *desmontar* o sistema capitalista e elaborar políticas para resolver os problemas do povo, imediatas e em longo prazo”. Essa deve ser uma das contribuições dos processos formativos da ASA, possibilitar a consciência política do povo de modo a elaborar suas próprias políticas públicas adequadas ao clima semiárido.

As observações e análises do perfil dos sujeitos evidenciaram que são inúmeras as atribuições de cada integrante da equipe de assessoria e comunicação, principalmente por integrar pessoas de projetos distintos em funções semelhantes e, ao mesmo tempo, diferentes. Bem-te-vi, que é comunicadora pelo projeto financiado pelo MDS, elenca suas principais atribuições:

Desenvolvimento das atividades de comunicação do CASA, atualização de site e redes sociais, cobertura de eventos e participação em eventos, publicação de boletins informativos e programas de rádio. Todos os processos que envolvem a comunicação popular e os processos de formação dentro da instituição. (BEM-TE-VI)

Girassol exerce a mesma função de Bem-te-vi, mas foi contratada para atuar no projeto financiado pela Fundação Banco do Brasil (FBB). Segundo ela, seu trabalho como comunicadora popular é sistematizar “experiências de convivência com o Semiárido através de boletins, banner, revistas, além de prestar assessoria pedagógica aos cursos da entidade e apresentar um programa de rádio sobre convivência com o Semiárido” (GIRASSOL).

As atribuições relatadas pelas comunicadoras populares demonstram como a formação influencia na atuação profissional de cada sujeito. Bem-te-vi, por ter uma formação jornalística, portanto, mais técnica, descreve suas atividades vinculadas à comunicação de modo geral. Já Girassol, por ser pedagoga, teve uma formação mais humana, apresenta uma descrição mais qualitativa das suas atividades, relatando, por exemplo, a sistematização do conhecimento dos/as agricultores/as.

Hortênsia trabalhou durante 22 meses na equipe de assessoria e comunicação, mas na função de Assessora Pedagógica. Suas principais atribuições foram assim descritas:

Acompanhamento, monitoramento e planejamento das capacitações de pessoas em GAPA (Gerenciamento de Água para Produção), SSMA (Sistema Simplificado de Manejo de Água), baseados nos princípios de convivência com o Semiárido; Coordenação de Encontro Microrregional para agricultores e Comissões Municipais; Facilitação de Intercâmbios Municipais entre agricultores; palestras sobre o meio ambiente e convivência com o Semiárido nas escolas localizadas no campo; divulgação e comunicação das atividades realizadas na/pela entidade pelas vias de rádio e materiais impressos (HORTÊNSIA).

Verificamos que as atribuições de cada uma também dependem, exclusivamente, do plano de trabalho do projeto, exigido pelo financiador. Todavia, dentro das possibilidades, a equipe se mobiliza para prestar assessoria às monitoras-formadoras. Segundo Bem-te-vi, alguns projetos disponibilizam em seus planos de trabalho recurso com a finalidade de capacitar os/as monitores/as, responsabilidade esta da instituição. “Quando isso não acontece, os monitores acompanham cursos junto com outros monitores já capacitados e com maior experiência e recebem material da instituição para que possam estudar e aprimorar conhecimentos” (BEM-TE-VI).

Girassol ratifica o empenho da equipe em contribuir com a melhoria das formações realizadas, quando não dispõem de recursos para isso:

Os cursos de formação dependem do plano de trabalho de cada projeto. O programa que atuei [...] e o que estou atuando [...] não ofereceram formações para os monitores. Então a equipe de assessoria e comunicação a medida do possível busca acompanhar as capacitações, discutir questões acerca da convivência com o Semiárido para que haja esse diálogo conjunto no processo de formação, além de propor metodologias diferenciadas para se trabalhar nos cursos (GIRASSOL).

A mesma situação é relatada por Hortênsia: “Depende das demandas postas no plano de trabalho de cada projeto. Infelizmente, de quando atuo nesta entidade não houve cursos de formação para monitores, devido justificativas de não ter recurso para tal fim”. Acrescenta que “ainda assim a assessoria e comunicação da entidade elabora proposta que subsidie o trabalho do monitor” (HORTÊNSIA).

Observamos que o perfil das participantes evidencia uma maior participação em organizações sociais e envolvimento com as questões vinculadas ao campo. Todas as monitoras-formadoras tem um vínculo com uma entidade que desenvolve ações sociais, desde

a associação rural ao movimento social e na equipe de assessoria e comunicação apenas uma integrante não tem vínculo com uma organização social.

A apresentação do perfil de cada uma demonstra também que nenhuma das monitoras-formadoras concluiu o ensino superior e apenas uma delas está cursando uma graduação. Essa realidade é justificada explicitamente nos próprios depoimentos, como falta de oportunidades de continuar os estudos, seja por condições financeiras, seja pela constituição de famílias, ou ainda pela necessidade de cuidar dos filhos sem apoio de um pai. Mas, também confirma a dificuldade em garantir monitores/as-formadores/as com nível superior que tenham condições de prestar serviços esporádicos e se manterem sem vínculo empregatício por muito tempo.

Situação diferente observamos no perfil da equipe de assessoria e comunicação. Ainda que os editais de seleção da entidade exijam formação de nível superior, os dados revelam que todas elas possuem especialização e outros cursos de formação continuada. É importante ressaltar também que a inserção de duas pedagogas na equipe contribui para pensar os processos formativos e as práticas educativas. Além disso, a assessoria possibilita minimizar a lacuna de formação continuada dos/as monitores/as-formadores/as que trabalham diretamente com esses processos.

Diante dos depoimentos inferimos que tanto as monitoras-formadoras quanto a equipe de assessoria e comunicação constroem seu jeito próprio de educar no contexto dos processos formativos da ASA. Arroyo (2012, p. 37) discute sobre o fazer-se educador, o tornar-se Outro Sujeito e o construir de Outras Pedagogias: “Na diversidade de presença os Outros Sujeitos são eles e elas tal como feitos e tal como se fazem. As Outras Pedagogias são, de um lado, essas brutais pedagogias de subalternização e, de outro, as pedagogias de libertação de que são sujeitos”.

São essas mulheres, que se apresentam como outros sujeitos e com outras pedagogias, que tem contribuído com os processos formativos da ASA na microrregião de Guanambi/Bahia. Partilhamos da compreensão de Marx e Engels em relação a necessidade de partir da realidade concreta e por isso “parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida”(MARX; ENGELS, 2007, p. 94). Foram essas mesmas mulheres com vidas reais que construíram a proposta de formação/intervenção relatada a seguir.

4.2 As andorinhas constroem uma proposta de formação: “Educação, Terra e Relações de Gênero no Campo: elementos para a Convivência com o Semiárido?”

O título desta subseção se justifica a partir do contexto da pesquisa-ação, especificamente do encontro diagnóstico realizado com monitores/as-formadores/as e equipe de assessoria e comunicação do CASA e dos questionários respondidos por esses sujeitos. Esse encontro, conforme descrito na seção metodológica, possibilitou que os/as participantes apresentassem as temáticas e desafios do trabalho de formação desenvolvidos por eles na microrregião de Guanambi/Bahia. Segundo Iasi (2007, p. 164), “todo conhecimento deriva de uma prática, de um contexto histórico concreto” e são, conhecimento e prática, manifestações sociais. Ainda conforme o autor, uma prática humana “possibilita uma reflexão, uma abstração teórica, nela baseada, que será a base para futuras ações transformadoras e novas sínteses teóricas. Portanto, um processo ininterrupto de ações e sínteses sucessivas” (IASI, 2007, p. 164).

Corroboramos com Marx e Engels (2007, p. 86-87), ao afirmarem que partem de pressupostos reais: “são os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica”. Nesse sentido, a proposta de formação foi construída coletivamente a partir dos apontamentos da realidade concreta dos/as monitores/as-formadores/as e da equipe de assessoria e comunicação. O objetivo dessa proposta foi refletir teoricamente a partir da prática e da experiência de cada uma das participantes e possibilitar a construção de novas sínteses e ações. Por isso, o tema geral foi definido em forma de questionamento: “Educação, Terra e Relações de Gênero no Campo: elementos para a Convivência com o Semiárido?”.

Esta opção teve a finalidade de oportunizar que o processo formativo pudesse responder como as participantes compreendiam estas temáticas no contexto da política de convivência com o Semiárido, bem como apontar futuras ações que transformem os processos formativos da ASA na microrregião de Guanambi/Bahia. A partir desse tema geral foi proposto momentos de reflexão sobre estas questões de forma integrada, e outros que discutiam a temática com aprofundamento, conforme demonstra o quadro 2:

Quadro 2 - Síntese da programação do curso de formação realizado de 02 a 03 de fevereiro de 2015

	MATUTINO	VESPERTINO	NOTURNO
SEGUNDA (02/02/2015)	<p>TEMA: Convivência com o Semiárido: De que forma educação, acesso à terra, e relações de gênero se relacionam com a proposta de convivência da ASA? Como o CASA e as formações desenvolvidas por ele tem pensado isso?</p> <p>OBJETIVO: Compreender como o tema da educação, da questão agrária e das relações de gênero se integra à proposta de convivência com o Semiárido pautada pela ASA.</p>	<p>TEMA: Educação Contextualizada no Semiárido e Educação do Campo: Qual a relação entre a proposta educativa da ASA e o projeto da Educação do Campo?</p> <p>OBJETIVO: Analisar como a educação contextualizada proposta pela ASA se aproxima do projeto de Educação do Campo pautado pelos movimentos sociais do campo.</p>	<p>TEMA: Questão Agrária e o acesso à terra no Brasil Qual a relação desta temática com o trabalho de convivência com o Semiárido da ASA?</p> <p>OBJETIVO: Refletir sobre as relações e conflitos presentes no campo brasileiro a partir da questão agrária.</p>
TERÇA (03/02/2015)	<p>TEMA: Questão Agrária e o acesso à terra no Brasil: Por que discutir acesso à terra no Semiárido? Como dialogar com os/as agricultores e agricultoras do SAB sobre a questão agrária?</p> <p>OBJETIVO: Analisar criticamente como se deu e se dá as relações com o acesso à terra no Brasil e no contexto do Semiárido.</p>	<p>TEMA: Relações de gênero no campo brasileiro: Qual o lugar dessa discussão no contexto das lutas da ASA?</p> <p>OBJETIVO: Refletir criticamente sobre as relações de gênero no contexto do Semiárido.</p>	

Fonte: Elaborado pela pesquisadora em janeiro de 2015.

Nesse sentido, o curso foi pensado de forma que o processo formativo fosse construído por todos os sujeitos envolvidos. Esse formato possibilitou que as participantes expressassem livremente suas maiores angústias no que se refere aos cursos de formação desenvolvidos pelo CASA na microrregião de Guanambi. Para tanto, buscamos parcerias com estudiosos/as dos temas e que, ao mesmo tempo, se vinculam à instituição, tanto ao CASA e à ASA, quanto à

universidade (UFRB/CFP e UNESP). Além disso, a parceria com o CASA foi fundamental para garantir a logística de realização do curso, como deslocamento e alimentação das participantes.

Outro aspecto considerado na formação foi a garantia de realização da atividade no próprio campo. Isso possibilitou o desligamento de situações externas dos próprios sujeitos e garantiu a participação e reflexão de cada um de forma mais intensa. As próprias participantes expressaram essa importância mística de a formação ter sido realizada no campo, como aparece nas avaliações apresentadas no final desta seção.

No primeiro momento do curso foi realizada uma mística⁵⁶ a partir da metáfora do rio para compreender os sentimentos de pertencimento das participantes, tanto em relação à entidade CASA, quanto ao projeto de convivência com o Semiárido proposto pela rede ASA.

Fotografia 13 – Mística “Sentimentos de pertencimento à luta da ASA”



Fonte: Pesquisa de campo Foto: Eugênia Pereira

As fotos ilustram a atividade realizada com o objetivo de compreender o vínculo de cada participante com o CASA e a proposta da ASA. Nesse momento, a história de como cada uma ingressou na entidade foi construída a partir de desenhos como se fosse um pequeno riacho que deságua no rio que representava o CASA e o projeto da Articulação. Percebemos

⁵⁶ Segundo Ademar Bogo, militante do MST, a mística é a motivação que nos faz viver a causa até o fim. É aquela energia que temos e que não nos deixa dizer não, quando nos solicitam ajuda. É a vontade de estar em todos os lugares ao mesmo tempo, de querer ajudar e realizar coisas que façam a luta ser vitoriosa.

muitas semelhanças nas trajetórias de vida de algumas monitoras-formadoras que tiveram que abandonar o campo em busca de uma vida melhor, sobretudo, em busca de escola. Outras permanecem até hoje no seu lugar de origem, lutando e resistindo às adversidades que surgem no dia a dia do campo.

Esse momento foi muito significativo pelo fato de possibilitar a compreensão de como a história de vida de cada integrante se vincula às lutas da ASA. Além disso, evidenciou de que maneira a proposta da rede contribuiu e contribui para a melhoria de vida dos sujeitos do campo. Todas as participantes do curso apontaram direta ou indiretamente suas raízes camponesas. Caatingueira, por exemplo, nasceu no campo, mas teve que migrar para a cidade em busca de melhores condições de vida.

[...] Daí foi quando em 2004, os meus pais, pelas dificuldades que tinha na roça, e assim, não tinha chegado pra gente cisterna, não tinha energia, não tinha nada. Então, era muito difícil. Eles resolveram se mudar pra rua, facilitar, né? Pra gente estudar e aí eles mudaram em 2004 e aí eu comecei a participar mais ainda, é da igreja [...] (CAATINGUEIRA, depoimento coletado no curso de formação na Comunidade de Pedrinhas-Candiba/BA, no dia 02 de fevereiro de 2015, grifos nossos).

O depoimento de Caatingueira comprova a ausência de políticas públicas em muitos lugares do campo brasileiro ainda em pleno Século XXI, sobretudo, no que tange ao acesso à água, energia elétrica e escola. Isso reflete o descaso com o povo do campo que sofreu e ainda sofre com a negação dos direitos essenciais à vida. Além disso, a fala de Caatingueira ratifica a disputa entre os projetos de vida no campo brasileiro, a perspectiva do agronegócio e da agricultura familiar.

Esse conflito interfere no modo de vida dos/as pequenos/as agricultores/as, pois sendo o campo lugar de vida destes e, ao mesmo tempo, espaço explorado pelo capitalismo através do agronegócio, passa a ter outros significados e apropriações. Segundo Vendramini (2010, p. 128), esta apropriação no campo do nosso país explicita a grande desigualdade social que vivemos, visto que “No Brasil, o trabalho no campo é expressão de diversas formas de ocupação do espaço, desde a produção para a subsistência até a produção intensiva de eucaliptos para a produção de celulose”. E ao discutir sobre os problemas e consequências desse embate, a autora afirma que o campo:

Constitui **espaço de trabalho, de vida, de relações sociais e de cultura de pequenos agricultores**; espaço de grande exploração de trabalhadores, especialmente do trabalho temporário, sem relações contratuais, de pessoas que vagueiam pelo país para acompanhar os períodos de colheitas, constituindo o trabalho sazonal; espaço de terras para reserva de valor; espaço de produção para o agronegócio; espaço de difusão de tecnologias e de modificação genética amplamente questionada por ambientalistas, pesquisadores e agricultores; e espaço para o descanso, a vida tranquila, o lazer e o contato com a natureza. Além disso, é um **espaço em que homens, mulheres e crianças vagueiam à procura de trabalho**, escancarando o fenômeno migratório. (VENDRAMINI, 2010, p. 128. Grifos nossos).

Nesse sentido, enquanto os/as pequenos/as agricultores/as resistem e tentam viver em um campo sem condições no que se refere às políticas públicas, ou em outros casos, recorrem à fuga (migração); os grandes proprietários do agronegócio produzem em larga escala com financiamento e apoio do governo. No caso da família de Caatingueira, a busca não foi apenas por trabalho, mas por melhores condições de vida e caracterizou-se também como uma tentativa de “reescrever” a história das próprias filhas.

Outro aspecto que aparece na trajetória dessa monitora-formadora é a contribuição dos espaços extraescolares na vida social dela e, conseqüentemente, sua inserção no CASA. Arroyo (2012; 2011) e Caldart (2011) afirmam que as experiências coletivas se tornam formativas desde os gestos, às vivências até as lutas pautadas pelas organizações e movimentos sociais. Caatingueira expressa que seu desejo de lutar contra as injustiças sociais iniciou no contexto da igreja católica e da participação nos projetos sociais desenvolvidos por esta:

*Eu costumo dizer que quem me moldou com a vida social que tenho hoje, tudo que eu tenho eu devo a igreja e também as irmãs porque foram elas minhas maiores incentivadoras, junto com elas tia França. E aí eu comecei a participar e tal.[...] e aí foi que tia França me convidou para fazer a capacitação do GRH e foi quando a gente se encontrou, né? [se refere às demais monitoras, inclusive a pesquisadora]. **Realmente vesti a camisa do CASA, na época foram 30, né? [...], então foi meu rio se encontrou ao do CASA e foi dessa forma.** (CAATINGUEIRA, depoimento coletado no curso de formação na Comunidade de Pedrinhas-Candiba/BA, no dia 02 de fevereiro de 2015, grifos nossos).*

Caatingueira demonstra nessa e em outras falas seu sentimento de pertencimento ao CASA e a proposta de convivência com o clima, defendida pela ASA.

Flor do Campo, igualmente, relata como as dificuldades e a ausência das políticas públicas no campo afetou a trajetória de vida dela e da família. Mas, isso não comprometeu o seu vínculo com o campo, pois ele se fortaleceu a partir da experiência como aluna da Escola Família Agrícola (EFA) e, posteriormente, com o trabalho no CASA:

nasci no campo, né? Meus pais são agricultores e lá passei minha infância, sempre meus pais trabalharam na roça [...] Estudei o primeiro grau lá na escola da comunidade, onde não tinha transporte, onde a gente levantava muito cedo pra ir à escola, não tinha estrada muito adequada, muito orvalho, quando não era orvalho era lama [...] E depois fui estudar na ETFAB [Escola Família Agrícola] [...] e em 2012 foi quando participei da capacitação de GRH, onde comecei a ministrar os cursos de GRH, GAPA e SSMA. Estamos ai até hoje e assim, esses cursos que a gente vai até as comunidades, levar conhecimento, essas trocas de conhecimentos eu acho assim importante porque também é a minha realidade, foi a minha realidade. (FLOR DO CAMPO, depoimento coletado no curso de formação na Comunidade de Pedrinhas-Candiba/BA, no dia 02 de fevereiro de 2015).

Asa-Branca, também nasceu no meio rural, estudou na mesma EFA que Flor do Campo e hoje reside na cidade. Ela descreve que começou a trabalhar no CASA em 2010 e esse trabalho na instituição possibilitou a ampliação da compreensão de convivência com o clima semiárido:

um animador do CASA me falou que ia ter a formação, né? Ai eu participei, me identifiquei por ser uma atividade no campo, voltada pro campo, e a gente já tinha esse, não é conhecimento, já tava acostumado com a realidade [...] Foi a partir desse momento, apesar de sermos do campo, foi no CASA que a gente foi aprofundando essa questão de convivência, a questão do semiárido, foi no CASA que a gente foi aprofundando mais. (ASA-BRANCA, depoimento coletado no curso de formação na Comunidade de Pedrinhas-Candiba/BA, no dia 02 de fevereiro de 2015).

Silva, Rodrigues e Silva (2013) afirmam que essa visão construída a partir da compreensão de convivência com o Semiárido como categoria orientadora das ações e das práticas de convivência com o clima contribuiu para que “a sociedade civil organizada, além de dinamizar a vida de agricultores”, assumisse “o papel estratégico no sentido de pleitear junto ao Estado brasileiro a adoção (financiamento) destas tecnologias como ponto de partida para a construção de políticas públicas” (SILVA; RODRIGUES; SILVA, 2013, p. 51).

Ágata nasceu e vive até hoje no campo. Ela aborda de forma significativa no seu desenho e no seu depoimento o momento de chegada da cisterna na sua comunidade, tanto a de consumo, quanto a de produção:

aqui eu desenhei [...] significa o campo, viu gente? [...] Aqui eu coloquei 2003, né? Que foi quando a minha comunidade recebeu 30 cisterna de consumo, né? [...] minha comunidade foi uma das primeiras a receber cisterna do CASA, né? Aí construiu 30 cisterna, aí a gente já começou ter ali uma convivência, né? Aqui eu desenhei umas pessoas aqui, né? Aqui foi o tempo que as pessoas lá começaram a se reunir, conversar a respeito das cisternas, né? Da convivência com o semiárido que até 2003 a gente ouvia falar, achava que era utopia, né? [...]. Em 2006, veio a cisterna de produção. Aqui [mostrou o desenho] é a cisterna de enxurrada, viu?[risos] que na minha comunidade recebeu 4 cisterna, né? Que foi o projeto piloto, tá? Aí foi quando a gente começou a fazer os canteiros [...] e aí a comunidade agora já teve assim mais uma convivência maior, né? Aí daí pra cá, sempre tem reunião, a gente sempre era convidado [...] Aí de 2006 pra cá sempre eu participava de reuniões e tudo que acontecia a respeito de fazer canteiro, essas coisas, sempre eu tava lá no meio. 2012, foi quando teve a capacitação de GRH que eu fui, fiz e tô até hoje⁵⁷. (ÁGATA, depoimento coletado no curso de formação na Comunidade de Pedrinhas-Candiba/BA, no dia 02 de fevereiro de 2015).

Em outros momentos da formação, Ágata, assim como as demais participantes, relata as dificuldades para viver na comunidade antes do acesso à água para consumo e para produção. Hoje, ela afirma que a qualidade de vida melhorou e tem, inclusive, como uma de suas fontes de renda o cultivo de hortaliças orgânicas a partir da implementação do P1+2 na comunidade. O depoimento de Ágata se relaciona com as contribuições das ações desenvolvidas pela ASA no Semiárido Brasileiro. E essas possibilidades de melhoria de vida das famílias também foram apontadas pelos agricultores e pelas agricultoras na entrevista coletiva, como abordado na primeira seção deste trabalho.

Bem-te-vi, comunicadora popular, apesar de não ter um vínculo direto com o campo, demonstra sentimento de pertencimento à luta e ao trabalho de comunicação que realiza dentro do contexto da proposta de convivência com o semiárido. Ela relata que ao começar trabalhar no CASA descobriu as raízes camponesas da família:

⁵⁷ Alguns depoimentos ficaram extensos por representarem a trajetória de vida dos sujeitos. Optamos por mantê-los assim para garantir a melhor compreensão dos dados.

*eu desenhei aqui a trajetória que eu segui [...] assim, aquele encontro que a gente teve lá em Livramento, que aí eu falei que **quando entrei no CASA, que eu tinha aberto um novo universo pra mim**, de coisas diferentes, coisas que eu não tinha contato, que eu não conhecia e aí eu fiquei imaginando: mas por que que eu não tinha essa convivência, né? Todo mundo veio do campo, de uma forma ou de outra todo mundo veio do campo, mesmo quem mora em Capital (BEM-TE-VI, depoimento coletado no curso de formação na Comunidade de Pedrinhas - Candiba/BA, no dia 02 de fevereiro de 2015, grifos nossos).*

Ainda segundo Bem-te-vi, os seus familiares evitam falar sobre a vida no campo pelo fato de terem sofrido muito em um contexto rural sem políticas públicas. Por isso, ela expõe como o trabalho no CASA possibilitou a compreensão de suas próprias raízes. Outra questão que aparece na trajetória de Bem-te-vi é a contribuição das ações da entidade, enquanto educação popular, para a vida dos sujeitos que integram essa instituição.

*Além disso tudo, eu pude, eu estudei, mas eu não tava preparada. Cheguei no CASA sem saber, assim, e aí depois do CASA que eu pude, assim, conviver com as pessoas, perceber, né, que aí você vai pra faculdade, eu estudei rádio, estudei TV, estudei um monte de coisa, mas quando você chega com as pessoas, quando você vai pra prática é que você realmente aprende, que você entende. Então assim, **depois de 2012 meu riacho aumentou, né? Ele desaguou ai com o mar pra frente porque eu me encontrei, é, da história da minha família** [...] me encontrei como pessoa porque eu comecei entender essa história [...] a ampliar o meu universo, né? da convivência, da vida, e de tudo que eu ainda aprendo, né? da educação. (BEM-TE-VI, depoimento coletado no curso de formação na Comunidade de Pedrinhas-Candiba/BA, no dia 02 de fevereiro de 2015, grifos nossos).*

Verificamos mais uma vez, no depoimento acima, a importância da formação política para além da dimensão técnica. Bem-te-vi conclui reafirmando as contribuições do trabalho de comunicadora no CASA para a vida dela, especialmente no que se refere ao sentimento de pertencimento ao Semiárido:

*aí escrevi algumas palavrinhas: das raízes que todo mundo tem, das possibilidades de um semiárido melhor e também do orgulho de ser quem a gente é, de viver onde a gente vive, de ter orgulho disso que eu também não tinha tanto essa concepção, essa imagem e **depois do CASA eu passei a compreender isso tudo, né? de ter orgulho, de saber valorizar o lugar que a gente vive** (BEM-TE-VI, depoimento coletado no curso de formação na*

Comunidade de Pedrinhas-Candiba/BA, no dia 02 de fevereiro de 2015, grifos nossos).

A fala de Bem-te-vi nos remete a citação de Malvezzi (2007), quando ele defende que o Semiárido Brasileiro é processo social, que não pode ser compreendido de um ângulo só, porque traz consigo uma identidade cultural para além do clima e da vegetação.

Nesse sentido, notamos que cada uma das participantes, sejam as monitoras-formadoras, seja a comunicadora popular, afirma que mesmo com vínculos fortes com o campo, desde nascer, crescer e viver nele, foi a partir do trabalho no CASA que puderam ampliar a compreensão do lugar onde vivem, o Semiárido Brasileiro. É preciso ressaltar também que uma das pesquisadoras viveu as mesmas experiências relatadas. Saiu do campo, sem ter sentimento de pertencimento a ele, e só conseguiu compreender suas raízes a partir da atuação no CASA, sua vivência com as ações da ASA, sobretudo no que se refere à Educação Contextualizada, a Educação do Campo e a Educação Popular.

O sentimento de pertencimento que cada monitora-formadora e a comunicadora popular demonstram é importante no trabalho que realizam. Isso evidencia que elas falam com os/as agricultores/as daquilo que viveram ou vivem. Esse é um aspecto positivo na escolha das pessoas que trabalham na instituição: o vínculo com o campo e com as questões sociais⁵⁸.

No segundo momento da manhã do dia 02 de fevereiro, foi proposta a discussão da compreensão de convivência com o semiárido definido nos questionários respondidos pelas participantes antes da realização da formação. Para tanto, foram disponibilizadas várias imagens vinculadas à proposta da ASA, como mostra as fotos abaixo, para que as participantes pudessem escolher aquela que melhor representasse o conceito exposto por elas. Esta proposição possibilitou a reafirmação daquilo que cada uma havia escrito sobre o conceito de convivência com o semiárido, relacionando-o aos estudos de autores que discutem e defendem a proposta da convivência com o Semiárido.

⁵⁸ Ao observar os editais de seleção da instituição e conversar com os funcionários, percebe-se que o vínculo com as questões sociais e com o campo é um dos critérios para admissão de pessoal.

Fotografia 14 – Atividade “(Des) construindo o conceito de convivência com o SAB”



Fonte: Pesquisa de Campo Foto: Eugênia Pereira

Ao dialogar sobre a proposta de convivência com o Semiárido, as participantes expõem vários aspectos importantes que devem ser considerados, como as sementes, a terra, a água, a educação, entre outros. A partir da escolha de uma imagem que representa um intercâmbio entre famílias agricultoras, Flor do Campo afirma:

*porque no Semiárido é possível ter uma vida digna, [...] e com essas trocas de experiências [...] a gente vai mostrando técnicas e alternativas de convivência com o semiárido, e nesta imagem também a gente ver plantas, como a palma, o mandacaru, que são plantas resistentes ao nosso sertão. E assim somos nós também, sertanejos, agricultores, somos resistentes, né? Sabe que é difícil, mas com essas técnicas de convivência com o semiárido a gente sabe que é possível ter uma vida digna. **Então, outra coisa que aqui mostra é a questão das sementes, né? E eu acho que três fatores para uma vida melhor, igual [Asa Branca] falou é a terra, a água e a semente.** (Depoimento coletado no curso de formação na Comunidade de Pedrinhas-Candiba/BA, no dia 02 de fevereiro de 2015, grifos meus)*

Após esta discussão, buscamos aprofundar os estudos a partir da leitura e debate de textos sobre convivência com o Semiárido. Além disso, houve a exibição e discussão de vídeos sobre a temática para compreender melhor a proposta de forma crítica e possibilitar o diálogo entre a pesquisadora e as participantes.

O fechamento da discussão introdutória permitiu a conclusão de que as participantes compreendem as diversas questões que integram o projeto da ASA, no âmbito da política de convivência com o Semiárido. Para Asa Branca, o acesso à terra deve estar como centralidade na proposta de convivência: *“hoje com a compreensão que eu tenho de convivência com o semiárido começo a perceber assim, que o primeiro passo é o acesso à terra, porque sem terra, nenhuma das outras possibilidades é possível”* (ASA BRANCA, Depoimento coletado no curso de formação na Comunidade de Pedrinhas-Candiba/BA, no dia 02 de fevereiro de 2015).

Essa compreensão foi recorrente entre as demais participantes que reafirmam a preocupação com o enfraquecimento do debate e enfrentamento da questão agrária no Semiárido, pelas organizações vinculadas à ASA. A monitora Caatingueira expõe:

a primeira dificuldade que encontrava era quando partia para a parte que falava a respeito da terra. Por que eu acho que a ASA ainda não trabalha. Igual ela tem o projeto que diz PI+2 que é uma terra e duas águas e eu acho que a ASA ainda não faz nada pra que as famílias consigam ter uma terra, né? Então, quando você vai falar a respeito do projeto [...] acaba que você só fala em duas águas, eu acho até que meio complicado você falar da terra, se a ASA ainda não tem essa luta, então só fala em duas águas (Depoimento coletado no curso de formação na Comunidade de Pedrinhas-Candiba/BA, no dia 02 de fevereiro de 2015).

Asa Branca fala da dificuldade de convencer as pessoas a viverem no campo, se elas não tem acesso à terra. Segundo a monitora-formadora, ainda que as demais lutas sejam conquistadas, como a água, a educação, as sementes, etc, não há como produzir e viver bem sem o acesso à terra:

essas políticas públicas tá proporcionando mais isso, mas eu vejo que a convivência nesse lado ainda tá falhando, né? E aí, não sei como a gente precisaria, de certa forma, reverter essa história, por que a gente entende, estuda semiárido, mas a gente, é, eu falo de mim, não tem essa possibilidade de falar assim “ah, no campo é bom, a gente não pode sair do campo” [...], mas ficar lá como, se a gente não tem onde desenvolver, como fazer esse aproveitamento todo que o semiárido nos proporciona? (ASA BRANCA, depoimento coletado no curso de formação na Comunidade de Pedrinhas-Candiba/BA, no dia 02 de fevereiro de 2015)

A fala de Asa Branca nos faz pensar sobre os desafios ainda presentes no Semiárido. Dentre eles, a efetivação de outras políticas públicas que garantam condições de viver bem no

Semiárido, incluindo, por exemplo, o acesso à terra e ao crédito. Baptista e Campos (2013, p. 74) ponderam que

diante da constatação dos principais problemas do Semiárido poderíamos pensar que as soluções seriam fáceis: fazer com que as políticas públicas sejam apropriadas à região e a educação seja voltada à convivência com o Semiárido. No entanto, historicamente, nem o Estado brasileiro tem sido capaz de dar uma resposta eficaz e nem a sociedade civil organizada tem conseguido participar efetivamente dos processos de formulação de políticas públicas para a região, apesar de já terem sido dados alguns passos importantes nos processos de articulação.

Bem-te-vi, após leitura em grupo de um texto sobre convivência com o SAB, traz uma reflexão pertinente no âmbito da construção de um Semiárido viável:

através do texto conseguimos refletir algumas coisas [...] a ASA, aquela rede que juntou diversos movimentos e organizações [...] estávamos comentando que tem que existir essa questão da educação do campo, da formação como essa que estamos tendo aqui, só que como é importante as políticas públicas e também os movimentos sociais, seja, é movimento que trabalha diretamente, por exemplo, a CPT e outros, mas também a igreja, a associação [...] porque isso também é um espaço de formação, né? Que é onde você senta, discute, que você aprende, que você começa a ter voz, né? E perceber que as coisas podem ser mudadas, né? A correr atrás dos direitos (BEM-TE-VI, depoimento coletado no curso de formação na Comunidade de Pedrinhas-Candiba/BA, no dia 02 de fevereiro de 2015).

Apesar de apresentar certa limitação em relação ao papel dos movimentos sociais, Bem-te-vi aponta o caráter educativo deles, como Arroyo e Caldart afirmam. O depoimento acima também retoma a fala do agricultor Cabra da Peste ao dizer que “Uma andorinha só não faz verão” e que é preciso articulação e organização das pessoas para conquistar a garantia de seus direitos e de construção das políticas públicas (Depoimento coletado no encontro comunitário na comunidade de Jurema em Riacho de Santana, no dia 05 de setembro de 2014).

Nessa mesma perspectiva, Ágata fala da necessidade de mobilização do povo na luta pelo acesso à terra: “*eu acredito que a reforma agrária, pra ela acontecer o povo tem que se organizar [...] porque enquanto depender de boa vontade política, ela não sai do papel*”(Depoimento coletado no curso de formação na Comunidade de Pedrinhas-

Candiba/BA, no dia 02 de fevereiro de 2015). Freire (2011) na *Pedagogia do Oprimido* colabora para pensar essa organização do povo e questiona:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela (FREIRE, 2011, p. 42).

É importante ressaltar que esta libertação dos oprimidos não se dará de maneira natural, mas com formação política, consciência de classe e luta dos sujeitos. Marx e Engels (2008, p. 28-29) esclarecem que “todas as sociedades até agora se apoiaram [...], no antagonismo entre classes dominantes e dominadas. Mas, para que uma classe possa ser oprimida, é necessário garantir-lhes as condições que lhe permitam, pelo menos, sobreviver em sua existência servil”.

Analisamos no depoimento de Caatingueira que falta essa consciência política dos sujeitos. Ela chama a atenção para o fato de as pessoas não compreenderem a estrutura agrária no Brasil e, por isso, muitas vezes, aceitarem a realidade como aparente.

As pessoas acham que é injusto tomar o que é do outro, só que, o que as pessoas não conseguem entender é que é dele, mas foi conquistada de forma injusta. Me diz aí quem é o grande latifundiário que lutou, que derramou o sangue para comprar aquelas milhares de hectares de terra, porque se você trabalhar a vida inteira você não tem condições de comprar milhões de hectares de terra. Então foi injustamente, não é uma coisa que ele lutou [...] se fosse assim, nossos pais tinha (CAATINGUEIRA, depoimento coletado no curso de formação na Comunidade de Pedrinhas-Candiba/BA, no dia 02 de fevereiro de 2015).

Essa compreensão de que as pessoas acham injusta lutar por uma terra que “não é deles” está associada à repressão que os movimentos sociais, sobretudo, os de luta pela terra sofrem. Nesse sentido, Santos (2012, p. 673-674, grifos do autor) afirma que desde a origem do “Estado moderno, a repressão oficial aos movimentos, protestos e lutas sociais tem sido justificada como uma *repressão a delitos*, ou seja, como ações necessárias para a manutenção da *ordem* e da *normalidade* da sociedade, equiparáveis à criminalidade à repressão comum”. Isso tudo apoiado pela grande mídia que, segundo o autor, torna a luta sem legitimidade:

A criminalização, e a repressão que a acompanha, relaciona-se, portanto, com a *deslegitimação* das lutas e dos movimentos sociais, que são apresentados como delituosos e não como expressão de vontades solidárias e afirmação de direitos fundamentais. Nesse processo de deslegitimação, têm papel fundamental *os grandes meios de comunicação corporativos*, pela maneira como omitem informações sobre os movimentos ou as apresentam de forma distorcida (SANTOS, 2012, p. 676, grifos do autor).

Isso significa que os processos formativos da ASA precisam contribuir no processo de conscientização política dos sujeitos para que eles percebam a necessidade de olhar para a realidade para além do que é aparente. Ou seja, é preciso compreender os estereótipos que são criados pela classe dominante e pela mídia corporativa que defende os interesses dessa classe opressora. É importante que os sujeitos percebam a condição de oprimidos que vivem diante das injustiças sociais no Semiárido. Peloso (2012, p. 43) afirma que “a militância aprendeu que é preciso dar o peixe para quem tem fome e que é preciso ensinar o povo a pescar, pra sair da dependência”. Sinaliza ainda que a militância tem a consciência de que

se a classe oprimida não tomar de volta os rios, hoje propriedade privada dos grandes, nunca vai derrotar a exploração que é a causa da fome. O movimento político fermenta a massa e ajuda o povo a entender a realidade, a se levantar e a transformar a sociedade de classes. Assume a missão de despertar a classe oprimida (PELOSO, 2012, p. 43).

Nessa conjuntura, a alternativa para transformar a sociedade de classes é o movimento político do povo enquanto classe oprimida. Ainda segundo o autor, a organização do povo “canaliza a reação popular para conseguir os interesses de um grupo, de forma permanente. Sua finalidade é juntar, esclarecer, organizar a classe trabalhadora, qualificar a militância, mobilizar a massa e lutar para alcançar seus objetivos imediatos e seus interesses de classe” (PELOSO, 2012, p. 44).

Nessa perspectiva de mobilização da massa, Marx e Engels (2008) apontam que somente a derrubada da ordem vigente poderá mudar a estrutura da sociedade de classes. Assim escrevem: “Que as classes dominantes tremam diante de uma revolução comunista. Os proletários não têm nada a perder nela, além de seus grilhões. Têm um mundo a conquistar. Proletários de todos os países, uni-vos!” (MARX; ENGELS, 2008. p. 66). Essa convocação feita por Marx e Engels se renova na atual conjuntura social que vivemos, sobretudo, no que se refere à necessidade de luta pelo acesso à terra, como veremos a seguir.

Após a discussão sobre convivência com o Semiárido e as questões que incluem nesta proposta, iniciou-se o diálogo do turno vespertino com o tema “Educação contextualizada no Semiárido e Educação do Campo: aproximações conceituais e práticas”. Essa temática suscitou a reflexão sobre o lugar da educação no contexto do campo brasileiro e no Semiárido. Bem-te-vi, por exemplo, questiona como está sendo pensada e trabalhada a Educação do Campo no Semiárido:

quando a gente fala que convivência a gente não fala só de ter uma terra e plantar produto de qualidade pra poder comer, por que a gente não vive só disso, né? Tem as outras questões que a gente já comentou aqui, uma delas, que acho que é mais forte, mais recorrente é a questão da terra, né? Mas também aí que a gente falou da educação do campo, como é que tá essa educação do campo, ela realmente existe? Ela é trabalhada?(BEM-TE-VI, depoimento coletado no curso de formação na Comunidade de Pedrinhas-Candiba/BA, no dia 02 de fevereiro de 2015).

Caatingueira analisa o trabalho educativo desenvolvido pela ASA como uma Educação do Campo que pauta-se no viés popular e que pensa a especificidade da região. Essa educação, segundo a monitora, é desenvolvida através dos cursos de formação que a ASA realiza.

eu acho que a educação do campo que a ASA e o CASA tenta colocar é através do curso, né? Por que assim, for partir pra educação mesmo de crianças e jovens a gente, eu acho, não conseguiu fazer nada por isso, então assim através dos cursos, do pouquinho que a gente pode fazer, porque assim, pra dizer uma educação mesmo do campo, dois dias não são suficientes, então eu acho que tá indo aos poucos (CAATINGUEIRA, depoimento coletado no curso de formação na Comunidade de Pedrinhas-Candiba/BA, no dia 02 de fevereiro de 2015).

Observamos que Caatingueira compreende que as práticas desenvolvidas pela ASA, apesar da limitação de tempo, são processos formativos que integram a proposta da Educação do Campo, pois parte das especificidades dos sujeitos. Afirma também que na microrregião de Guanambi ainda não há um trabalho contínuo da ASA com a educação escolar na perspectiva da Educação no/do Campo. Como Caatingueira aponta está ocorrendo aos poucos, pois já houve um trabalho nas escolas do campo nos municípios de Palmas de Monte Alto, Tanque Novo e Pindaí a partir do Projeto Cisterna nas Escolas, no ano de 2011.

Na mesma perspectiva, Bem-te-vi percebe que a ASA desenvolve a educação e a comunicação no contexto da educação popular:

*Uma coisa que a gente tem conversado no encontro de comunicação é que um termo que pra mim era novo, acho que até para as outras pessoas, assim, então pode ser que não seja novo, mas que não é muito divulgado que é Educomunicação, que também pega nessa parte da educação do campo e da mobilização social, que é como [...] comunicação popular **que não é feita para o povo, mas é feita pelo povo**, como é que ela vai existir se as pessoas não tem uma formação, não são educadas pra ter essa compreensão, né? Do popular mesmo, de movimentos sociais, da educação, da cultura, como é que elas vão divulgar isso e ter orgulho disso se elas não tem essa formação, né? (BEM-TE-VI, depoimento coletado no curso de formação na Comunidade de Pedrinhas-Candiba/BA, no dia 02 de fevereiro de 2015, grifos meus)*

O depoimento apresenta uma possibilidade e um diferencial das ações realizadas pela ASA: o trabalho **com o povo**. Peloso (2012, p. 22) esclarece que “o terrível é ver um montão de gente se proclamando de esquerda e continuar falando ao povo e não com o povo, numa contradição extraordinária com a própria posição de esquerda”. Outra questão que aparece no depoimento de Bem-te-vi é a importância da formação, que aparece em outros momentos, conforme já foi relatado.

A discussão sobre a educação no decorrer da tarde possibilitou que as participantes compreendessem que o termo Educação Contextualizada, utilizado pela ASA em seus processos formativos e em suas ações, parte de uma prática educativa que considera os sujeitos como protagonistas e suas especificidades. Portanto, é um conceito que compreende Educação do Campo e Educação Popular ao mesmo tempo, incluindo apenas mais uma especificidade que é o Semiárido.

À noite assistimos e debatemos o vídeo “Nas Terras do Bem Virá” para introduzir as reflexões sobre a questão agrária no Brasil. O documentário constitui como um dos melhores e mais completos longas sobre a questão agrária no Brasil. O debate sobre a terra é tratado no vídeo como elemento central para se pensar o campo brasileiro de forma indissociável com as temáticas relacionadas à exploração da força de trabalho, o trabalho escravo, a devastação ambiental, os conflitos fundiários, o desenvolvimento territorial, entre outras.

As cenas e reflexões do documentário suscitaram muitas discussões e sentimento de indignação por parte das participantes. Ao mesmo tempo, possibilitou que as monitoras-formadoras também expressassem fatos reais da região que se assimilam a realidade do vídeo. Ágata relata que o trabalho escravo e a concentração de terras retratadas no vídeo ocorrem na nossa região: “Às vezes a gente fala assim, isso tava no Pará, né? E assim, tem umas carvoeiras aqui em Monte Alto, que as pessoas, a vida do povo lá é do mesmo jeito [...] eu falo assim porque já teve parente meu trabalhando lá, sabe?”. Bem-te-vi relata o mesmo sentimento:

pegam a terra que é do povo, pega esse povo transforma em escravo, né? Além de roubar a terra, rouba a dignidade das pessoas [...] a gente acha, pensa que tá longe: nossa que horror que acontece! E aí a gente para e descobre, descobre não, que todo mundo desconfia, mas assim, escuta uma pessoa que tá do nosso lado falando que acontece a mesma coisa [...].

O relato de Bem-te-vi descreve um pouco da realidade que o documentário discute em relação à questão da terra e do trabalho escravo no Brasil, afirmando que estes são fatos reais que também ocorrem na microrregião de Guanambi.

A discussão sobre a questão agrária deu continuidade na manhã do dia 03 de fevereiro com a participação do historiador José da Rocha Coqueiro, um dos fundadores do CASA, que já foi integrante da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e atualmente faz mestrado em Desenvolvimento Territorial pela UNESP.

O debate sobre esse tema foi muito interessante, pois suscitou a reflexão das participantes lavradoras e filhas de agricultores no que diz respeito ao tamanho da terra de cada uma de suas famílias. Ágata, por exemplo, ressaltou que:

Eu nunca saí do campo [...] apesar de meu pai ter uma terra pequena, são dez hectares para quatro filhos. Esses dias a gente foi ver uma linha de crédito, tem o Agroamigo, por exemplo, ele tem a linha de crédito pra você fazer [...] a gente tava pensando ampliar os canteiros lá, só que pra fazer essa linha de crédito você precisa ter ITR [...] quem não tem terra precisa de contrato de mandato. Aí a lei volta e diz que quem tem dez hectares, no caso de meu pai mais minha mãe, meu pai só pode dar um contrato de mandato pra mim no caso de uma hectare, porque tem 4 filhos, aí é uma hectare pra cada um porque se meu pai mais minha mãe ficarem com menos

de 5 hectares quando chegar a época de aposentar eles não aposentam. Então assim, com uma hectare e o contrato de mandato eu não tenho a linha de crédito (ÁGATA)

O depoimento de Ágata retrata uma realidade muito comum na microrregião de Guanambi. Os/as pequenos/as agricultores/as tem pouca terra para cultivar e o acesso ao crédito, muitas vezes, é dificultado de diversas formas. Ao analisar as fichas de cadastro dos/as participantes do curso de SSMA observado no município de Riacho de Santana, por exemplo, verificamos que das 20 famílias presentes, 3 tem menos de 1 hectare de terra; 2 tem entre 1 e 2 hectares; 3 famílias tem entre 2 e 5 hectares; 5 famílias tem entre 5 e 10 hectares e 7 famílias tem de 10 a 30 hectares, como mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Quantidade de hectares de terra das famílias – Comunidade de Pau Branco – Riacho de Santana/Ba



Fonte: Fichas de cadastro (CASA, 2014).

Isso significa que muitas famílias conquistam a tecnologia de consumo e de produção, porém não tem onde produzir, outras não tem terra suficiente nem para construir as tecnologias, como já foi relatado anteriormente pela monitora-formadora Caatingueira.

Caatingueira também falou das dificuldades com o tamanho da terra da sua família: *“O meu pai tem 3 hectares, que foi de uma herança que ele, meu avô foi dividindo, dividindo e hoje tem 3 hectares [...] lá em casa são 4 filhos [risos]. Então assim, é muito difícil. Meus pais trabalharam a vida inteira [...] e não conseguiu comprar nenhuma hectare”*.

Schistek (2013, p. 36), ao discutir sobre o tamanho da propriedade da terra no Semiárido, afirma:

Precisamos, assim, mais uma vez insistir num fato que muitos preferem não mencionar, por ser incômodo, por tocar em privilégios de uma minoria de ser perigoso e, em muitos casos, até mortal. É a questão da terra, ou melhor, do tamanho da propriedade. Um estudo da Embrapa Semiárido afirma que nas áreas da grande Depressão Sertaneja, uma das mais secas do Semiárido, uma propriedade familiar necessita de até 300 hectares de terra para ser sustentável, sendo a atividade principal a criação de caprinos e ovinos.

Como observado nas fichas de cadastro de algumas famílias, a maioria dos/as agricultores/as atendidos/as pela ASA na microrregião tem menos de 30 hectares de terra. Asa-Branca também relata a situação do pai dela e de Flor do Campo, que assim como os demais não tem terra suficiente para eles produzirem, ou para os filhos viverem e cultivarem a terra. Ela afirma: *“a gente morava lá na zona rural e pai ele tem seis hectares de terra, então eu e minha irmã, hoje moramos na cidade, então se for para nós hoje, [...] se nós quisermos voltar para o campo e colocar isso em prática não é possível, porque nós não temos terra (ASA-BRANCA).*

Todos esses depoimentos refletem a realidade de muitos/as agricultores/as do Semiárido Brasileiro. Além da histórica negação das políticas públicas de acesso à água, à energia elétrica, à educação, à saúde, entre outros, a concentração de terras nas mãos de uma minoria. Tudo isso, na maioria das vezes, de forma injusta e que facilitou (facilita) também o acesso ao crédito e, conseqüentemente, a aquisição de mais terra e mais poder nas mãos dos grandes proprietários. Marx e Engels (2008, p. 29-30) explicam que *“a condição essencial para existência da classe burguesa é a concentração de riqueza nas mãos particulares, a formação e a multiplicação do capital”*.

Outro aspecto que o documentário e os textos suscitaram foi a discussão sobre a violência e os conflitos por terra na microrregião de Guanambi. Ágata relatou a história de um quilombola que perdeu a vida na nossa região, lutando pela terra.

O caso de Inácio [quilombola], fazendeiro mandou matar. Então assim, perdeu a vida lutando por uma terra que era deles, porque são quilombolas. Fazendeiro chegou e colocou uma cerca lá, colocou um monte de pistoleiro lá e quem passasse da cerca, bala! Então assim, são essas terras [...]

Geralmente esses grandes fazendeiros são os políticos [...] então a reforma agrária aí seria como ele tá aqui [no texto]: em primeiro lugar (ÁGATA, depoimento coletado no curso de formação na Comunidade de Pedrinhas-Candiba/BA, no dia 03 de fevereiro de 2015).

O caso de Inácio, relatado por Ágata, é apenas mais um, dentre inúmeras situações de assassinato e violência contra aqueles que lutam pela terra. Retomamos o pensamento de Santos (2012, p. 674), quando fala sobre os conflitos no campo, para refletirmos sobre esse relato enquanto manifestação da repressão e criminalização dos movimentos sociais.

A principal forma que vem se afirmando na busca por legitimar velhas e novas formas de repressão é o aprofundamento da tradicional identificação entre lutas e delitos, entre lutadores sociais e criminosos, tudo isso visando a uma mais profunda judicialização dos movimentos, à sua vigilância permanente e à sua fragmentação, recuo e paralisia (SANTOS, 2012, p. 674).

Os movimentos perdem a legitimidade da luta diante da sociedade porque são identificados como criminosos. Isso ocorre, normalmente, com o apoio da grande mídia corporativa e da polícia que, em caso de confrontos, sempre alega que foram atacados e que tiveram que reagir. Nesse contexto, as populações que lutam pelo acesso à terra são mal vistas pela maioria da sociedade e associadas a imagens pejorativas de perigo e violência. Mais uma vez a história mostra como a classe dominante detém o poder e exclui a classe trabalhadora da possibilidade de usufruir dos meios de produção, pois aos trabalhadores cabe apenas o trabalho explorado.

Foi nesse contexto que as discussões sobre a questão agrária aconteceram no decorrer da formação, associando a realidade concreta da nossa região com os textos trabalhados. Percebemos como é importante o aprofundamento dessa temática na proposta de convivência com o Semiárido.

Para concluir as temáticas propostas para o encontro de formação, no período vespertino foram abordadas sobre as relações de gênero no campo, com participação da mestrandia em Educação do Campo pela UFRB, Leidjane Fernandes Baleeiro. Sobre esse tema, a comunicadora popular, Bem-te-vi ressaltou a importância de ampliar essa discussão no conjunto da proposta da ASA, pois o tema ainda se apresenta de maneira muito tímida.

A gente tá tão acostumado a por o homem como o patriarca, [...] da família e a gente esquece como é importante a relação de gênero e que não é só o homem, é família, é a mulher, que, muitas vezes, toma conta da casa, é, os filhos que também fazem parte, todos são peça chave nisso e são coisas que a gente trata em alguns encontros que fazem parte da convivência e são tão importantes quanto da proposta da ASA, mas que ainda há uma discussão ainda tímida. A gente tem momentos como este ou uma oficina ou um encontro microrregional, uma palestra, mas ainda, ou nas próprias capacitações dos cursos, mas acho que é algo que tá um pouco tímido, acho que a gente tá aprendendo a discutir. (BEM-TE-VI, depoimento coletado no curso de formação na Comunidade de Pedrinhas-Candiba/BA, no dia 03 de fevereiro de 2015).

Conforme abordamos anteriormente, esta temática integra os princípios da ASA desde 1999, porém tem sido trabalhada mais no âmbito dos critérios de seleção para acesso à água. Schistek (2013) colabora nessa discussão e afirma que a proposta de convivência com o Semiárido deve refletir, também, sobre as relações entre as pessoas e delas com o ambiente. Para ele,

em se tratando das relações pessoais, não podemos deixar de fora a abordagem de gênero. Essa discussão é fundamental em qualquer projeto de desenvolvimento no Semiárido, principalmente porque busca compreender as relações históricas construídas culturalmente entre homens e mulheres (SCHISTEK, 2013, p. 39).

Ainda conforme Schistek (2013, p. 39) assegurar a abordagem desse tema no contexto da “proposta de convivência com o Semiárido implica em romper com a discriminação social e discutir com igualdade o papel de cada pessoa no desenvolvimento humano e sustentável dessa região”. E essa foi a compreensão demonstrada pelas monitoras-formadoras no decorrer do processo formativo realizado.

A avaliação do curso de formação foi realizada em forma de semáforo de modo que as participantes pudessem dizer o que foi ruim (vermelho), o que foi razoável (amarelo) e o que foi bom (verde). No geral, afirmaram que a formação foi boa, desde os conteúdos/temas trabalhados até a logística (espaço, alimentação, cenário/ornamentação, música, etc).

Um aspecto razoável (amarelo), apontado por uma das participantes, foi a exposição sobre Educação Contextualizada e Educação do Campo, devido ter ocorrido no turno vespertino, uma tarde de muito calor e por ter sido no primeiro dia, em que as participantes tiveram que acordar muito cedo para deslocarem de seus municípios de origem. Segundo Asa Branca a tarde foi cansativa por estas razões, mas não prejudicou o debate da temática. Para

Ágata, “*não houve nada ruim. Tudo contribuiu, a colega falou que foi cansativo, mas foi uma discussão necessária*”. Caatingueira também avaliou que não teve nenhum aspecto negativo, pois “*tudo que foi trabalhado foi significativo para atuação*” enquanto monitoras-formadoras. Bem-te-vi ressaltou que algo positivo foi ter saído das quatro paredes de uma sala, do curso ter sido realizado no próprio campo.

A partir dessa avaliação fizemos um encaminhamento também de realizarmos outros momentos formativos na instituição com todos/as os/as monitores/as-formadores/as de modo a aprofundar todos os temas abordados de maneira particular, reservando assim, o período de dois dias para discutir um tema por formação. A formação também contribuiu para compreender qual o olhar de cada participante sobre as possibilidades das ações da ASA na microrregião de Guanambi, através do CASA. É sobre essas contribuições que discutimos na próxima seção.

4.3 Da paisagem “preto e branco” para um novo cenário: andorinhas festejam conquistas no Semiárido

A pesquisa-ação evidenciou que ainda há muitas políticas públicas a serem conquistadas no campo, sobretudo, no Semiárido Brasileiro. Todavia, os relatos de que a vida no campo tem melhorado, com acesso à água, energia elétrica, dentre outras políticas possibilitou que os sujeitos apontassem que vivem melhor no contexto atual. Os depoimentos desde os/as agricultores/as aos/as monitores/as-formadores/as relatam isso:

Aqui eu fiz um desenho preto e branco, né? Que é mais ou menos da forma que era a comunidade onde eu nasci. Totalmente seco, onde na verdade só morou a minha família lá, [...] E de quando eu me entendi por gente só tinha minha avó com os filhos dela ali na comunidade. Assim, era muito sofrido, muito difícil porque água lá era muito escassa [...] então, eu coloquei que eu nasci na zona rural do Iuiu, na comunidade chamada Iuiu de Cima, que fica bem perto da cidade, né? Acho que é a comunidade mais próxima que tem, mas embora fosse muito perto, era muito desassistida até mesmo pelos prefeitos que teve. Então, o pessoal de lá sofreu muito, muito mesmo porque quase não tinha água mesmo. Então, é, filha de agricultores humildes, meus pais eram bastante pobres chegando assim a quase não ter comida, né? E não tinha alternativa nenhuma por quê? Porque lá a gente não tinha água, não tinha nada, prefeito naquela época não fazia nada por a gente. (CAATINGUEIRA, depoimento coletado no curso de formação na Comunidade de Pedrinhas-Candiba/BA, no dia 02 de fevereiro de 2015).

A fala de Caatingueira explicita como os sujeitos do campo eram tratados em relação às políticas públicas, especialmente o acesso à água. O agricultor Cabra da Peste também é enfático ao repetir sobre o cabresto imposto pelo poder público em troca de água: “*Se não fosse essas caixas, não sei o que seria do povo [...] carro pipa comprando voto [...] e com a cisterna na maioria das comunidades não precisa mais do carro pipa*” (Cabra da Peste, depoimento coletado no encontro comunitário de agricultores/as no município de Riacho de Santana, no dia 05 de setembro de 2014). Caatingueira reafirma a fala do agricultor esclarecendo que no seu município não era diferente, pois os governantes, sobretudo prefeitos não se preocupavam com o povo do campo. E acrescenta, ainda:

Me lembro que assim, quando eu comecei a estudar mesmo, é, a gente não tinha escola lá na comunidade que eram poucas crianças, mas quando a gente começou a estudar é, tinha só umas três crianças, era eu e dois tios. E aí a gente vinha a pé e o único horário que minha mãe conseguiu foi pela manhã e eu vinha sozinha com seis anos de idade, eu vinha a pé sozinha, porque nem mesmo transporte pra levar a gente da escola pra casa não existia. (CAATINGUEIRA, depoimento coletado no curso de formação na Comunidade de Pedrinhas-Candiba/BA, no dia 02 de fevereiro de 2015).

Caatingueira relata as dificuldades de viver a infância e adolescência no campo sem acesso às políticas públicas essenciais para uma vida digna no Semiárido. No seu relato ela afirma que foi necessário sair do seu lugar de origem para viver na sede do município para ter acesso à escola. Essa migração ocorreu antes da chegada da água e da energia elétrica na comunidade. Com Flor do Campo e Asa-Branca não foi muito diferente, apesar da família delas ter conquistado o acesso à água em determinado momento:

Era difícil também como pra todo mundo em relação à água, a gente pegava água de cavalo, até pra lavar roupa porque não tinha, né? Depois dessa cisterna de 16 mil litros que facilitou mais nossa vida, né? Nessa época também a gente não tinha rede elétrica (Flor do Campo, depoimento coletado no curso de formação na Comunidade de Pedrinhas-Candiba/BA, no dia 02 de fevereiro de 2015).

Bem-te-vi relata sobre a vida da família dela, quando residia no campo, nessas mesmas condições:

Meus avós tiveram muitos filhos, então assim, era uma vida muito sofrida, não só da falta de água, mas da falta de tudo e aí depois eles mudaram pra Candiba [sede], depois mudaram pra aqui pra Guanambi e minha mãe, acho que ela ficou assim com trauma, porque ela teve aquela vida sofrida tão grande, que a gente não ia nunca nem em Candiba, sabe? [...] que não gostava, isso causava assim, uma certa dor, algo nela, que a gente dificilmente ia pra roça [...] aí eu comecei entender e lembrar porque que eu não tive esse contato com o campo, já que minha família veio de lá (Bem-te-vi, depoimento coletado no curso de formação na Comunidade de Pedrinhas-Candiba/BA, no dia 02 de fevereiro de 2015).

Muitos sujeitos do Semiárido reagem como a família de Bem-te-vi porque o sofrimento é tão grande que querem esquecer tudo que viveram. Outros sujeitos fazem do sofrimento uma maneira de continuar resistindo às dificuldades.

Ágata, que nasceu e continua morando no campo, relata que a vida no meio rural hoje é melhor do que há um tempo, evidenciando a construção de um novo cenário:

Hoje o pessoal no campo, apesar do sofrimento, né? E algumas privações que tem é mais feliz que o pessoal da cidade, porque lá você planta [...] com o conhecimento que você tem, você é capaz de produzir, né? Com qualidade, então assim, o sertanejo já está aprendendo a viver, conviver com a seca, então, as famílias da zona rural estão mais felizes que há um tempo atrás. Aqui também se ver transformações porque antigamente não existia banheiro, aqui percebe que tem uma fossa, tem antena, tem energia, aqui tem um pedacinho da calha que nessa casa tem cisterna, então assim, você ver muita transformação no meio rural hoje e isso nos alegra bastante, né?(ÁGATA, depoimento coletado no curso de formação na Comunidade de Pedrinhas-Candiba/BA, no dia 02 de fevereiro de 2015).

Assim, como Ágata, que cultivava suas próprias hortaliças, Maria Bonita aponta que a cisterna de produção contribuiu para melhoria na alimentação da família:

a gente sabe que esses alimentos que vem dessas hortas, esses alimentos são naturais, que não tem agrotóxicos e que não vão prejudicar a saúde da gente [...] e aqui também eu mermo [...] a gente fez uma hortinha ali, lá em casa lá, a gente, a horta acabou e quando acaba que a gente fica uma semana sem aquele tempero a gente já sente a falta né? Se for pra gente comprar na feira agora a gente já acha assim, ruim, por que o que vem da feira, às vezes vem uns alimentos que tem veneno, agrotóxico e os daqui a gente sabe que é certeza que é um alimento bom. (MARIA BONITA, depoimento coletado no curso de SSMA em Riacho de Santana, no dia 13 de junho).

Bem-te-vi também relata que as transformações estão ocorrendo: *“Eu escolhi uma família que está produzindo, uma família que tem água perto de casa, é uma família feliz com o que tá acontecendo”*. Baptista e Campos (2013c, p. 75) sinalizam que

são muitos os exemplos de fortalecimento da capacidade de organização e mobilização social no Semiárido para conquistar melhorias sociais. O trabalho de sensibilização junto às famílias firma o compromisso de instituir um processo educativo nas ações desenvolvidas, aponta a necessidade de se avançar ainda mais no desenvolvimento das atividades, numa perspectiva proativa e sociotransformadora, ligadas à formação da consciência de direitos, à preservação e à conservação dos recursos hídricos e produtivos, fortalecendo a organização comunitária e a participação nos movimentos sociais.

Nessa perspectiva, Maria Bonita sinaliza também que a partir da organização da comunidade enquanto associação de trabalhadores rurais, foi possível desenvolver um trabalho coletivo e implementar uma fábrica de bolos na comunidade. Segundo ela, *“nós aqui somos perseverantes [...] com muita dificuldade, porque as pessoas não acreditavam, começamos com 18 pessoas [...] com muita dificuldade [...] saíamos de casa em casa e as pessoas não acreditavam”*. E acrescenta: *“Antes desse projeto quem queria comer um bolo ou ia comprar na feira ou na casa de minha mãe [...] não sabiam fazer bolo e hoje todos da comunidade até os homens sabem fazer”*. A agricultora fala também em seu depoimento da importância das cisternas no sentido de evitar o êxodo rural dos moradores da comunidade (MARIA BONITA, depoimento coletado no curso de SSMA em Riacho de Santana, no dia 13 de junho).

Entendemos que houve muitas conquistas e que precisamos avançar muito mais no sentido de mobilização e organização. Todavia, reafirmamos nossa compreensão de que a formação da consciência tem que ir além do direito para uma identificação como classe trabalhadora explorada. Segundo Marx e Engels (2007, p. 94), *“Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”*. Assim, o povo do Semiárido não pode se contentar com algumas políticas públicas que minimizem as dificuldades de sobrevivência, mas se organizar e lutar por outra forma de sociabilidade em que haja justiça e igualdade para todos.

Diante disso, analisamos no decorrer de todo este trabalho que as possibilidades do trabalho da ASA têm oportunizado muitas conquistas na vida dos sujeitos da região

semiárida. No decorrer da pesquisa-ação os sujeitos apresentaram subsídios pertinentes para pensar sobre estas conquistas, bem como sobre os impasses que a ASA enfrenta para desenvolver determinadas frentes de luta. Nossa análise aponta, assim, para superação do maior limite que a rede enfrenta no seu projeto de desenvolvimento, que é a questão agrária e a luta pela democratização do acesso à terra.

Nesse sentido, encaminhamos para as palavras finais, ressaltando que por ser um trabalho coletivo e que envolve diversos sujeitos, assumimos que há muitas contradições nas nossas ações, sobretudo, por vivermos um modelo de produção da existência que nos torna mercadoria no contexto desta sociedade capitalista.

5 UMA ANDORINHA RETORNA DA TEMPORADA DE VERÃO PARA BUSCAR NOVOS RUMOS: PALAVRAS FINAIS

O resultado deste trabalho não só evidencia a finalização de uma etapa em nível da conclusão de um curso de Pós-graduação em Educação do Campo, mas também aponta novos rumos no que se refere às ações da ASA, especialmente, na microrregião de Guanambi/BA. Salientamos que o resultado de todo o trabalho – sobretudo, a constatação dos limites e das possibilidades das práticas educativas e dos processos formativos da ASA – faz parte de uma singularidade (a microrregião de Guanambi) e não pode ser generalizada a outras regiões de atuação da ASA, uma vez que cada região tem suas particularidades.

As vozes dos/as agricultores/as, dos/as monitores/as-formadores/as, da equipe de assessoria pedagógica e de comunicação, sujeitos integrantes do CASA, bem como as observações da realidade concreta, evidenciaram que há muitas contribuições das ações da ASA na microrregião de Guanambi, reconhecidas por todos os sujeitos. Elas indicaram também que tais formas de organização estão articuladas à melhoria de vida na comunidade que passa a ter acesso à água para consumo e produção; garantia da segurança alimentar e, em alguns casos, também soberania; articulação e mobilização social para buscar outras conquistas para a comunidade; entre outros fatores.

No que tange aos limites e às contradições das lutas da rede ASA, percebemos que algumas lacunas são apontadas como comuns, como: o enfrentamento e a luta pelo acesso à terra, a discussão sobre as relações de gênero e a Educação do Campo (educação contextualizada para a ASA). Outras, por sua vez, são específicas do trabalho da equipe de assessoria pedagógica e de comunicação do CASA, mas influenciam os processos formativos, como a falta de recursos para realizar formação com os/as monitores/as e desenvolver outros trabalhos de mobilização com os agricultores e as agricultoras.

Diante do exposto, construímos uma proposta de formação (intervenção) com os/as monitores/as-formadores/as e a equipe de assessoria e comunicação do CASA, que teve a finalidade de provocar um debate teórico e suscitar a necessidade de formação política desses sujeitos que são responsáveis pela formação na instituição. Com isso, discutimos também a necessidade da instituição pensar outras estratégias em relação à questão formativa e às condições materiais para realizar a formação inicial e continuada, que não são contempladas nos planos de trabalho propostos pela ASA. Essas ações poderão influenciar na formação e na

mobilização dos/as agricultores/as e na possibilidade de os processos formativos posteriores à realização deste trabalho possuir questões que antes não eram trabalhadas com aprofundamento ou que não eram sequer discutidas.

Marx (2004, p. 15) afirma no Capítulo I do livro *O Capital*, que “todo começo é difícil em qualquer ciência”. Nesse sentido, afirmamos, desde já, que muitas são as lacunas deste trabalho. Nossos estudos a partir da base materialista histórico-dialética iniciaram no percurso do mestrado. Por isso, consideramos o tempo insuficiente para se apropriar de toda produção marxista de forma a realizar um trabalho com mínimas contradições. Além disso, o objeto em estudo neste trabalho, as práticas educativas e os processos formativos não escolares, é um tema que apresenta poucos estudos a partir da perspectiva proposta nessa pesquisa-ação, como abordamos na primeira seção deste texto.

Outra dificuldade enfrentada no desenvolvimento dessa pesquisa-ação parte também da ideia de Marx, epígrafe que compõe as palavras introdutórias deste texto: as condições materiais de existência, enquanto estudante trabalhadora, não nos permitiu realizar tudo que gostaríamos da forma que pretendíamos e com a qualidade que desejávamos.

Diante das nossas possibilidades de investigação do objeto e das nossas proposições iniciais, acreditamos que a escolha pela metodologia da pesquisa-ação atingiu o objetivo de tentar conhecer a realidade para nela atuar. Isso porque, segundo Gamboa (1982), esta abordagem propõe a superação da dicotomia entre conhecimento e ação. A construção e o desenvolvimento do curso de formação após ouvir as vozes de monitores/as-formadores/as e a equipe de assessoria e comunicação evidenciam nosso compromisso com a essência dos fatos analisados.

Nesse contexto, ao analisarmos as práticas educativas e os processos formativos da ASA na microrregião de Guanambi/Bahia, buscamos compreender os limites e as possibilidades desses processos na construção da política de convivência com o Semiárido. Identificamos que as contribuições dessa política, desenvolvida pela ASA na microrregião de Guanambi/Bahia estão associadas à melhoria de vida dos/as agricultores/as, mais especificamente no acesso à água para consumo e produção, e, portanto, na descentralização dessa água; redução da necessidade do êxodo rural, em virtude da falta de condições de permanecer vivendo no SAB; melhoria na qualidade da alimentação por meio do plantio agroecológico; acesso a programas como o PAA e PNAE a partir dos canteiros econômicos;

entre outras. Observamos também que os processos formativos da ASA estão indissociáveis da implementação das tecnologias sociais de convivência com o SAB.

Estas contribuições são explícitas nas vozes dos sujeitos ao afirmarem que antes a vida na comunidade era “*preto e branco*”, ou seja, sem vida, sem direitos, e hoje há um novo cenário, uma “nova paisagem”, um novo Semiárido. Ao observarmos em que medida essas ações têm provocado a mobilização e a formação proposta, percebemos que há uma articulação das pessoas para buscar outras conquistas, mas essas não provocam uma mobilização mais intensa, de modo que a luta pela terra, por exemplo, é apenas discutida, não sendo enfrentada como deveria. Todavia, a compreensão é de que somente a luta coletiva pode mudar a realidade, pois “uma andorinha só não faz verão”.

Quanto aos princípios e concepções das práticas educativas da ASA, constatamos que uma das maiores contradições é pautar um projeto de formação e mobilização social para convivência com o SAB e não ter investimentos e recursos nos planos de trabalho dos projetos para tal finalidade. Assim, questionamos: como formar sujeitos políticos e agentes mobilizadores sem investimento na formação? Apesar disso, a pesquisa-ação demonstrou que as práticas educativas e os processos formativos desenvolvidos têm atingido muitos dos objetivos propostos pela ASA a partir, especialmente, dos cursos de GRH, GAPA, SSMA, intercâmbios, encontros microrregionais, territoriais e nacionais. Tais processos possibilitam a formação política dos sujeitos, bem como a troca de experiências de convivência com o SAB.

Finalmente, esclarecemos que as escolhas realizadas nessa pesquisa-ação por conta da abordagem histórica-dialética não nos permitiu fazer um voo definitivo. Ao contrário, nosso voo percorreu toda a região Semiárida, observando as belas flores da Caatinga (contribuições da ASA); os grandes espinhos nativos desse bioma (limites das ações da ASA); as tempestades que circulam na referida região (o projeto de sociedade capitalista); mas retornamos dessa temporada com o objetivo de continuar voando em busca da construção de outra forma de sociabilidade (um projeto de desenvolvimento humano), em que as pessoas sejam respeitadas em sua dignidade.

Assim, como abordamos, nosso voo foi definido a partir de inquietações no âmbito das práticas educativas e dos processos formativos da ASA. Em virtude da delimitação do estudo, salientamos que o itinerário percorrido suscitou alguns questionamentos: como garantir o investimento e aprofundamento teórico na formação no contexto das práticas educativas não escolares? Como associar a produção do conhecimento historicamente produzido pela

humanidade com os saberes populares em busca da emancipação humana? De que forma a educação nos diversos espaços (escolares e não escolares) podem contribuir para a construção de outra forma de sociabilidade? Quais os significados que os/as agricultores/as atribuem aos processos formativos desenvolvidos pela ASA? Como a ASA considera esses significados? Qual o nível de efetiva participação dos/as agricultores/as nas decisões e ações da ASA?

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Maria Nalva Rodrigues de. **As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto do MST**. 2007. Tese (Doutorado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

ARROYO, Miguel G. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. In.: ARROYO, Miguel G; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma Educação do Campo**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.p.65-86.

_____. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA). **ASA: Articulação no Semiárido Brasileiro**. Recife: ASacom, 2010. Cartilha.

_____. **Carta de princípios**. 1999. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=103>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. **Carta política do VIII EnconASA**. 2012. Disponível em: <http://www.oitavoenconasa.org.br/attachments/article/159/carta_politica_viiienconasa_final.pdf>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. **Cisterna-Calçadão**. 3 ed. Recife: ASacom, 2013a. Cartilha.

_____. **Cisterna-Enxurrada**. 3 ed. Recife: ASacom, 2013b. Cartilha.

_____. **Cisternas nas escolas: uma conquista do povo do semiárido**. Recife: ASacom, 2011. Cartilha.

_____. **Declaração do Semiárido**. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=104>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. **EnconASA**. 2014. Disponível em <http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=115>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. **Programa de formação e mobilização social para convivência com o semiárido:** Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC. Acordo de Cooperação Técnica e Financeira. Recife: AP1MC, 2003.

_____. **Programa de formação e mobilização social para convivência com o semiárido:** Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC. Recife: ASAcom, 2002.

_____. **Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2).** Recife: ASAcom, 2010. Cartilha.

_____. **Vamos nos mobilizar.** 2.ed. Recife: ASAcom, 2005. Cartilha.

BAPTISTA, Naidison de Quintella; CAMPOS, Carlos Humberto. A convivência no semiárido e suas potencialidades. In: CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni (Org.). **Convivência com o semiárido brasileiro: autonomia e protagonismo social.** Brasília: IABS, 2013a. p. 51-58.

_____. Educação contextualizada para a convivência com o Semiárido. In: CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni (Org.). **Convivência com o semiárido brasileiro: autonomia e protagonismo social.** Brasília: IABS, 2013b. p. 83-96.

_____. Formação, organização e mobilização social no Semiárido brasileiro. In.: CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar (orgs.) **Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social.** Brasília-DF: IABS, 2013c. p. 73-81.

BAPTISTA, Naidison de Quintella et all. **Conviver com o Semiárido:** água para produção. Feira de Santana: ASA Bahia; INGÁ. 2011. Cartilha.

BRAGA, Osmar Rufino. Educação e Convivência com o Semiárido: uma introdução aos fundamentos do trabalho político-educativo no semiárido brasileiro. In.: KUSTER, Ângela; MATTOS, Beatriz (org.). **Educação no Contexto do Semiárido Brasileiro.** Juazeiro-Bahia: Fundação Konrad Adenauer: Selo Editorial RESAB, 2004.

BROCHARDT, Viviane dos Santos. **Comunicação popular na construção de políticas de acesso à água no semiárido:** a experiência da ASA. Dissertação de Mestrado em Comunicação. Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do estado no meio rural: traços de uma trajetória. In.: THERRIEN, Jaques; DAMASCENO, Maria Nobre (org.). **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993. p. 15-40.

CALDART, Roseli Salete. A Escola do Campo em Movimento. In.: ARROYO, Miguel G; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma Educação do Campo**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.p. 87-131.

_____. Notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília: MDA/MEC, 2010.p.103-126.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CARVALHO, Luzineide Dourado; REIS, Edmerson dos Santos. Educação Contextualizada para a convivência com o Semiárido Brasileiro: fundamentos e práticas. In.: RESAB. **Convivência e Educação do Campo no Semiárido Brasileiro**. Juazeiro: RESAB, 2013. p. 23-40.

CENTRO DE AGROECOLOGIA NO SEMIÁRIDO (CASA). **Estatuto Social**. Guanambi: CASA, 2012.

_____. **História do CASA**. 2015. Disponível em <http://casasemiario.org.br/ocasa/news/newsletter-casa/1>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

_____. **Quem somos**. 2015. Disponível em <http://casasemiario.org.br/ocasa/noticia/quem-somos/2>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa-Omega, 2004.

COUQUEIRO, José da Rocha. **A resistência sertaneja e a convivência com o semiárido na comunidade Baraúna, Aracatu-Bahia**. 2012. Monografia (Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial, 2004. Disponível em: <<http://www.nera.prudente.unesp.br>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Projeto societário contra-hegemônico e educação do campo: desafios de conteúdo, método e forma. In: MUNARIN, Antonio et al (Org.). **Educação do campo**: reflexões e perspectivas. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2011. p. 19-46.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL (FBB). **O que é tecnologia social**. 2015. Disponível em: <<http://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/o-que-e-tecnologia-social/>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

GAMBOA, Silvio A. S. **Análise epistemológica dos métodos na pesquisa educacional**: um estudo sobre as dissertações de mestrado em educação da UnB. Brasília: Faculdade de Educação/UnB, 1982.

GARCIA, Fátima Moraes. **A contradição entre teoria e prática na escola do MST**. 2009. 254f. Tese (Doutorado em Educação)– Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

GERMANI, Guiomar Inez. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. **GeoTextos**, Salvador, v. 2, n. 2, p.115-147, dez. 2006.

GUBUR, Dominique Michèle Periotto; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. 2012. In.: CALDART, Roseli Salete. et all (orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão popular, 2012. p. 57-65.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. In.: CALDART, Roseli Salete. et all (orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão popular, 2012. p. 70-85.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido: uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007. (Pensar o Brasil).

MARTINS, Lígia Márcia. **As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa**. In: ABRANTES, Angelo Antonio; SILVA, Nilma Renildes da; MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira. **Método Histórico-Social na Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 1-17.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MELLO, Thiago de. **Já faz tempo que escolhi**. 1981. Disponível em <http://www.escritas.org/pt/poema/11994/ja-faz-tempo-que-escolhi>. Acesso em: 10 fev. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PALUDO, Conceição. Educação popular. In.: CALDART, Roseli Saete. et all (orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão popular, 2012. p. 280-285.

PELOSO, Ranulfo (org). **Trabalho de Base**: seleção de roteiros organizados pelo Cepis. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SANTOS, Cláudio Felix dos. **O “aprender a aprender” na formação de professores do campo**. Campinas, SP: Autores Associados; Vitória da Conquista, BA: Edições UESB, 2013.

_____. Pedagogia Histórico-Crítica e Movimentos Sociais Populares: para além das dicotomias entre práticas educativas escolares e não-escolares. In: MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão; BATISTA, Eraldo Leme(Org.). **Pedagogia Histórico-Crítica**: desafios e perspectivas para uma educação transformadora. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. p. 181-205.

_____. **Relativismo e Escolanovismo na formação do educador**: uma análise Histórico-Crítica da Licenciatura em Educação do Campo. 2011. 270 fl. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SANTOS, Maurício Campos dos. Repressão aos movimentos sociais (campo e cidade). In.: CALDART, Roseli Saete. et all (orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão popular, 2012. p. 673-678.

SAVIANI, Dermeval. Sobre a natureza e especificidade da educação. In: _____. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. rev. 1. reimp. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SCHISTEK, Haroldo. O Semiárido Brasileiro: uma região mal compreendida. In.: CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar (orgs.) **Convivência com o Semiárido Brasileiro**: autonomia e protagonismo social. Brasília-DF: IABS, 2013. p. 31-43.

SILVA, Mark Luiz Magalhães; RODRIGUES, Alidéia Oliveira; SILVA, Suzane Ladeia da. Transformações e protagonismo social no Semiárido. In.: CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar (orgs.). **Estratégias de Convivência com o Semiárido Brasileiro**. Brasília-DF: IABS, 2013. p.47-56.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido:** transições paradigmáticas e sustentabilidade. 2006. 298f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)–Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SILVEIRA, Sandra Maria Batista; CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira. **O acesso à água como direito das populações do semiárido:** práticas e discursos da ASA. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)–Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2010.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

VENDRAMINI, Célia Regina. A educação do campo na perspectiva do materialismo histórico-dialético. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do campo e pesquisa II:** questões para reflexão. Brasília: MDA/MEC, 2010. p.127 a 135.

WENCESLAU, Flávia. **Te desejo vida.** Saia de retalhos. Fortaleza, CE. Independente, 2011. CD. Flávia Wenceslau.

WELCH, Clifford Andrew. Conflitos no campo. In.: CALDART, Roseli Salete. et all (orgs.) **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão popular, 2012. p. 141-148.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (monitores)**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Amargosa/BA, 25 de agosto de 2014.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Eu, Eugênia da Silva Pereira, RG 13034898-80, mestranda em Educação do Campo pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em respeito ao que determina a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que trata da pesquisa envolvendo seres humanos, venho convidá-lo/la a participar da pesquisa que constitui meu trabalho de conclusão de curso, intitulada “Limites e Possibilidades das Práticas Educativas da ASA na microrregião de Guanambi/Bahia”.

O objetivo da pesquisa é analisar os processos formativos e as práticas educativas da Articulação Semiárido (ASA) na microrregião de Guanambi/Bahia, buscando compreender os limites e as possibilidades desses processos.

A coleta de dados será realizada por meio de observação, análise de documentos e entrevistas individuais e coletivas. As entrevistas serão gravadas em aparelho digital da marca Sony para manter a fidedignidade do conteúdo. Se você concordar em participar, voluntariamente, do estudo, sua contribuição será de grande importância. Estão assegurados os direitos abaixo relacionados:

- a) garantia de receber informações sobre o objetivo e os procedimentos adotados na pesquisa;
- b) garantia de uso do material coletado para fins exclusivo desta pesquisa;
- c) liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e/ou deixar de participar do estudo sem prejuízo ou penalização;
- d) garantia do anonimato, do sigilo e do caráter confidencial das informações;
- e) garantia da não existência de danos a sua pessoa.

Em virtude dos cuidados que serão tomados no desenvolvimento da pesquisa, afirmo que ela não oferece qualquer tipo de riscos para aqueles/as que dela participam.

Este termo de consentimento livre e esclarecido foi emitido em duas vias sendo que uma ficará com você e outra arquivada comigo. Após a conclusão do trabalho, a pesquisa será divulgada por meio de publicações e apresentações em eventos. Caso você tenha alguma dúvida, estarei à disposição para esclarecimentos pelos telefones (77) 9191-6932 ou (77) 9910-5867 e pelo e-mail eniagbi@hotmail.com.

Na expectativa de contar com seu consentimento para a participação nesta pesquisa, agradeço antecipadamente.

Eugênia da Silva Pereira Lima Mestranda em Educação do Campo UFRB	Prof. ^a Dr. ^a Silvana Lúcia da Silva Orientadora UFRB
---	---

Eu _____, monitor/a
dos cursos de formação ASA, endereço

_____, declaro-me suficientemente esclarecido/a sobre os objetivos, as características e os possíveis benefícios provenientes da pesquisa realizada por Eugênia da Silva Pereira, aluna do curso de Mestrado em Educação do Campo da UFRB e por sua orientadora Prof.^a Dr.^a Silvana Lúcia da Silva Lima. Fui informado/a e estou ciente dos cuidados que a pesquisadora irá tomar para a garantia do sigilo que assegure minha privacidade, e decido, por livre e espontânea vontade, participar dessa investigação acadêmica por meio da concessão de uma entrevista e da participação nos encontros de formação provenientes da pesquisa-ação.

NOME: _____

ASSINATURA: _____

Guanambi/Bahia, _____, de _____ de 2014.

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (equipe de assessoria)**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Amargosa/Ba, 25 de agosto de 2014.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Eu, Eugênia da Silva Pereira, RG 13034898-80, mestranda em Educação do Campo pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em respeito ao que determina a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que trata da pesquisa envolvendo seres humanos, venho convidá-lo/la a participar da pesquisa que constitui meu trabalho de conclusão de curso, intitulada “Limites e Possibilidades das Práticas Educativas da ASA na microrregião de Guanambi/Bahia”.

O objetivo da pesquisa é analisar os processos formativos e as práticas educativas da Articulação Semiárido (ASA) na microrregião de Guanambi/Bahia, buscando compreender os limites e as possibilidades desses processos.

A coleta de dados será realizada por meio de observação, análise de documentos e entrevistas individuais e coletivas. As entrevistas serão gravadas em aparelho digital da marca Sony para manter a fidedignidade do conteúdo. Se você concordar em participar, voluntariamente, do estudo, sua contribuição será de grande importância. Estão assegurados os direitos abaixo relacionados:

- a) garantia de receber informações sobre o objetivo e os procedimentos adotados na pesquisa;
- b) garantia de uso do material coletado para fins exclusivo desta pesquisa;
- c) liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e/ou deixar de participar do estudo sem prejuízo ou penalização;
- d) garantia do anonimato, do sigilo e do caráter confidencial das informações;

e) garantia da não existência de danos a sua pessoa.

Em virtude dos cuidados que serão tomados no desenvolvimento da pesquisa, afirmo que ela não oferece qualquer tipo de riscos para aqueles/as que dela participam.

Este termo de consentimento livre e esclarecido foi emitido em duas vias sendo que uma ficará com você e outra arquivada comigo. Após a conclusão do trabalho, a pesquisa será divulgada por meio de publicações e apresentações em eventos. Caso você tenha alguma dúvida, estarei à disposição para esclarecimentos pelos telefones (77) 9191-6932 ou (77) 9910-5867 e pelo e-mail eniagbi@hotmail.com.

Na expectativa de contar com seu consentimento para a participação nesta pesquisa, agradeço antecipadamente.

Eugênia da Silva Pereira Lima Mestranda em Educação do Campo UFRB	Prof. ^a Dr. ^a Silvana Lúcia da Silva Orientadora UFRB
---	---

Eu _____, membro da equipe de assessoria pedagógica e de comunicação do CASA, organização microrregional da _____ ASA, endereço _____

_____, declaro-me suficientemente esclarecido/a sobre os objetivos, as características e os possíveis benefícios provenientes da pesquisa realizada por Eugênia da Silva Pereira, aluna do curso de Mestrado em Educação do Campo da UFRB e por sua orientadora Prof.^a Dr.^a Silvana Lúcia da Silva Lima. Fui informado/a e estou ciente dos cuidados que a pesquisadora irá tomar para a garantia do sigilo que assegure minha privacidade, e decido, por livre e espontânea vontade, participar dessa investigação acadêmica, por meio da concessão de uma entrevista e da participação nos encontros de formação provenientes da pesquisa-ação.

NOME: _____

ASSINATURA: _____

Guanambi/Bahia, _____, de _____ de 2014.

APÊNDICE C – Questionário (equipe de assessoria)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

TÍTULO DO ESTUDO: Limites e possibilidades das práticas educativas da ASA na microrregião de Guanambi/Bahia

Pesquisadora: Eugênia da Silva Pereira **Orientadora:** Silvana Lúcia da Silva Lima

QUESTIONÁRIO PARA A EQUIPE DE ASSESSORIA

IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Codinome (nome com o qual gostaria de ser identificado/a):

Sexo: () Masculino () Feminino **Idade:** _____ anos

Estado civil: () solteiro/a () casado/a () divorciado/a () viúvo/a () outro: _____

Possui filhos? () Sim () Não. Em caso afirmativo, quantos? _____.

Em relação à cor, você se declara: () branco/a () preto/a () pardo/a () amarelo/a () sem declaração.

Qual é sua profissão? _____

Participa de algum movimento ou organização social? () Sim () Não

Se sim, qual ou quais? _____

Há quanto tempo? _____

Município onde mora: _____

SOBRE SUA FORMAÇÃO PESSOAL

Qual é sua formação? _____

Onde foi realizada? _____

SOBRE A ATUAÇÃO COMO ASSESSORIA

1 – Há quanto tempo atua na equipe de assessoria? _____

2 – Quais são as principais atribuições que você desenvolve na instituição?

3 – Como é desenvolvida a formação para os/as monitores/as dos cursos de formação realizados pela instituição?

4 – Você considera importante o investimento na formação dos/as monitores/as? Por quê?

5 – Quais as maiores dificuldades que você encontra enquanto equipe de assessoria do CASA/ASA?

SOBRE CONHECIMENTOS RELACIONADOS A SUA ATUAÇÃO NA ASA

7 – O que você compreende por convivência com o Semiárido?

8 - Você conhece a carta de princípios da ASA? Se a resposta for sim, quais os princípios desta rede indicados nela?

9 – Você conhece a “Declaração do Semiárido”? Caso conheça, quais dificuldades você destacaria referentes à implementação do projeto de convivência com o Semiárido defendido pela ASA desde 1999?

10 – A partir de sua experiência como assessor/a ou comunicador/a, quais contribuições você aponta em relação ao trabalho que a ASA faz na microrregião de Guanambi/BA?

Obrigada pela colaboração.

APÊNDICE D – Questionário (monitores/as)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

TÍTULO DO ESTUDO: Limites e possibilidades das práticas educativas da ASA na microrregião de Guanambi/Bahia

Pesquisadora: Eugênia da Silva Pereira **Orientadora:** Silvana Lúcia da Silva Lima

QUESTIONÁRIO PARA MONITORES/AS

IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Codinome (nome com o qual gostaria de ser identificado/a): _____

Sexo: () Masculino () Feminino **Idade:** _____ anos

Estado civil: () solteiro/a () casado/a () divorciado/a () viúvo/a () outro: _____

Possui filhos? () Sim () Não. Em caso afirmativo, quantos? _____

Em relação à cor, você se declara: () branco/a () preto/a () pardo/a () amarelo/a () sem declaração.

Qual a sua profissão? _____

Participa de algum movimento ou organização social? () Sim () Não

Se sim, qual ou quais? _____

Há quanto tempo? _____

Município onde mora: _____

SOBRE SUA FORMAÇÃO PESSOAL

Qual é sua formação? _____

Onde foi realizada? _____

SOBRE A ATUAÇÃO COMO MONITOR/A

1 - Há quanto tempo atua como monitor/a? _____

2 - O que levou você a ser monitor/a?

3 – Você recebeu formação pela entidade para atuar como monitor/a? Caso a resposta seja afirmativa, como você avalia a formação (carga horária, temas abordados, ministrantes, etc)?

4 – E no dia a dia dos cursos ministrados, você recebe algum tipo de formação fornecida pela entidade? Se sim, é oferecida por quem? Como acontece?

5 - E você busca formação individualmente (por conta própria)? De que forma?

6 – Você considera importante o investimento na formação? Por quê?

7 – Quais as maiores dificuldades que você encontra enquanto monitor/a dos cursos de formação da ASA?

SOBRE CONHECIMENTOS RELACIONADOS ASUA ATUAÇÃO NA ASA

8 – O que você compreende por convivência com o Semiárido?

9 – Você conhece a carta de princípios da ASA? Se a resposta for sim, você pode abordar quais são os princípios dessa rede apontados como princípios?

10 – Você conhece a “Declaração do Semiárido”? Caso conheça, quais dificuldades você destacaria referentes à implementação do projeto de convivência com o Semiárido defendido pela ASA desde 1999?

11 – A partir de sua experiência como monitor/a, quais as contribuições você aponta em relação ao trabalho que a ASA faz na microrregião de Guanambi/BA?

Obrigada pela colaboração.

ANEXO A – Carta de princípios da ASA

São membros ou parceiros da ASA todas as entidades ou organizações da sociedade civil que aderem à "Declaração do Semiárido" (Recife 1999) e à presente Carta de Princípios;

1. A Articulação Semiárido (ASA) é o espaço de articulação política regional da sociedade civil organizada, no Semiárido brasileiro.
2. A ASA é apartidária e sem personalidade jurídica, e rege-se por mandato próprio; respeita totalmente a individualidade e identidade de seus membros e estimula o fortalecimento ou surgimento de outras redes de nível estadual, local ou temático, adotando o princípio de liderança compartilhada;
3. A ASA se fundamenta no compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial os agricultores e agricultoras familiares, baseado em: a) a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do Semiárido; b) a quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção - de forma que esses elementos, juntos, promovam o desenvolvimento humano sustentável do Semiárido;
4. A ASA busca contribuir para a implementação de ações integradas para o semi-árido, fortalecendo inserções de natureza política, técnica e organizacional, demandadas das entidades que atuam nos níveis locais; apoia a difusão de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam para a convivência com o Semiárido;
5. A ASA se propõe a sensibilizar a sociedade civil, os formadores de opinião e os decisores políticos para uma ação articulada em prol do desenvolvimento sustentável, dando visibilidade às potencialidades do Semiárido;
6. A ASA busca contribuir para a formulação de políticas estruturadoras para o desenvolvimento do Semiárido, bem como monitorar a execução das políticas públicas;
7. A ASA se propõe a influenciar os processos decisórios das COPs - Conferências das Partes da Convenção de Combate à Desertificação, das Nações Unidas, para fortalecer a implementação das propostas da Sociedade Civil para o Semiárido, e busca articular-se aos outros Fóruns Internacionais de luta contra desertificação.

Igarassú (PE), 15 de fevereiro de 2000.

Asa Brasil - Articulação Semiárido Brasileiro⁵⁹

⁵⁹ ASA, 2000. **Carta de princípios.** Disponível em http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=103>. Acesso em: 09 nov. 2015.

ANEXO B – DECLARAÇÃO DO SEMIÁRIDO

O Semiárido TEM DIREITO A UMA POLÍTICA ADEQUADA!

Depois da Conferência da ONU, a seca continua:

O Brasil teve o privilégio de acolher a COP-3 - a terceira sessão da Conferência das Partes das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação. Esse não foi apenas um momento raro de discussão sobre as regiões áridas e semiáridas do planeta, com interlocutores do mundo inteiro. Foi, também, uma oportunidade ímpar para divulgar, junto à população brasileira, a amplidão de um fenômeno mundial "a desertificação" do qual o homem é, por boa parte, responsável e ao qual o desenvolvimento humano pode remediar. Os números impressionam: há um bilhão de pessoas morando em áreas do planeta susceptíveis à desertificação. Entre elas, a maioria dos 25 milhões de habitantes do Semiárido brasileiro.

A bem da verdade, a não ser em momentos excepcionais como a Conferência da ONU, pouca gente se interessa pelas centenas de milhares de famílias, social e economicamente vulneráveis, do Semiárido. Por isso, o momento presente parece-nos duplamente importante. Neste dia 26 de novembro de 1999, no Centro de Convenções de Pernambuco, a COP-3 está encerrando seus trabalhos e registrando alguns avanços no âmbito do combate à desertificação. Porém, no mesmo momento em que as portas da Conferência estão se fechando em Recife, uma grande seca, iniciada em 1998, continua vigorando a menos de 100 quilômetros do litoral.

É disso que nós, da Articulação Semiárido brasileiro, queremos tratar agora. Queremos falar dessa parte do Brasil de cerca de 900 mil km², imensa porém invisível, a não ser quando a seca castiga a região e as câmeras começam a mostrar as eternas imagens de chão rachado, água turva e crianças passando fome. São imagens verdadeiras, enquanto sinais de alerta para uma situação de emergência. Mas são, também, imagens redutoras, caricaturas de um povo que é dono de uma cultura riquíssima, capaz de inspirar movimentos sociais do porte de Canudos e obras de arte de dimensão universal - do clássico Grande Sertão, do escritor Guimarães Rosa, até o recente Central do Brasil, do cineasta Walter Salles.

AS MEDIDAS EMERGENCIAIS DEVEM SER IMEDIATAMENTE REFORÇADAS

Nós da sociedade civil, mobilizada desde o mês de agosto através da Articulação Semiárido (ASA); nós que, nos últimos meses, reunimos centenas de entidades para discutir propostas de desenvolvimento sustentável para o Semiárido; nós dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, das Entidades Ambientistas, das Organizações Não-Governamentais, das Igrejas Cristãs, das Agências de Cooperação Internacional, das Associações e Cooperativas, dos Movimentos de Mulheres, das Universidades; nós que vivemos e trabalhamos no Semiárido; nós que pesquisamos, apoiamos e financiamos projetos no Sertão e no Agreste nordestinos, queremos, antes de mais nada, lançar um grito que não temos sequer o direito de reprimir: QUEREMOS UMA POLÍTICA ADEQUADA AO Semiárido!

Neste exato momento, a seca está aí, a nossa porta. Hoje, infelizmente, o sertão já conhece a fome crônica, como o mostram os casos de pelagra encontrados entre os trabalhadores das frentes de emergência. Em muitos municípios está faltando água, terra e trabalho, e medidas de emergência devem ser tomadas imediatamente, reforçando a intervenção em todos os níveis: dos conselhos locais até a Sudene e os diversos ministérios afetos.

Sabemos muito bem que o caminhão-pipa e a distribuição de cestas básicas não são medidas ideais. Mas ainda precisamos delas. Por quanto tempo? Até quando a sociedade vai ser obrigada a bancar medidas emergenciais, anti-econômicas e que geram dependência? Essas são perguntas para todos nós. A ASA, por sua vez, afirma que, sendo o Semiárido um bioma específico, seus habitantes têm direito a uma verdadeira política de desenvolvimento econômico e humano, ambiental e cultural, científico e tecnológico. Implementando essa política, em pouco tempo não precisaremos continuar distribuindo água e pão.

NOSSA EXPERIÊNCIA MOSTRA QUE O SEMIÁRIDO É VIÁVEL

A convivência com as condições do Semiárido brasileiro e, em particular, com as secas é possível. É o que as experiências pioneiras que lançamos há mais de dez anos permitem afirmar hoje. No Sertão pernambucano do Araripe, no Agreste paraibano, no Cariri cearense ou no Seridó potiguar; em Palmeira dos Índios (AL), Araci (BA), Tauá (CE), Mirandiba (PE) ou Mossoró (RN), em muitas outras regiões e municípios, aprendemos:

- que a caatinga e os demais ecossistemas do semiárido – sua flora, fauna, paisagens, pinturas rupestres, céus deslumbrantes – formam um ambiente único no mundo e representam potenciais extremamente promissores;
- que homens e mulheres, adultos e jovens podem muito bem tomar seu destino em mãos, abalando as estruturas tradicionais de dominação política, hídrica e agrária;
- que toda família pode, sem grande custo, dispor de água limpa para beber e cozinhar e, também, com um mínimo de assistência técnica e crédito, viver dignamente, plantando, criando cabras, abelhas e galinhas;
- enfim, que o semiárido é perfeitamente viável quando existe vontade individual, coletiva e política nesse sentido.

É PRECISO LEVAR EM CONSIDERAÇÃO A GRANDE DIVERSIDADE DA REGIÃO

Aprendemos, também, que a água é um elemento indispensável, longe, porém, de ser o único fator determinante no semiárido. Sabemos agora que não há como simplificar, reduzindo as respostas a chavões como “irrigação”, “açudagem” ou “adutoras”. Além do mais, os megaprojetos de transposição de bacias, em particular a do São Francisco, são soluções de altíssimo risco ambiental e social. Vale lembrar que este ano, em Petrolina, durante a Nona Conferência Internacional de Sistemas de Captação de Água de Chuva, especialistas do mundo inteiro concluíram, na base da sua experiência internacional, que a captação da água de chuva no Semiárido brasileiro seria uma fonte hídrica suficiente para as necessidades produtivas e sociais da região.

O semiárido brasileiro é um território imenso, com duas vezes mais habitantes que Portugal, um território no qual caberiam a França e a Alemanha reunidas. Essa imensidão não é uniforme: trata-se de um verdadeiro mosaico de ambientes naturais e grupos humanos. Dentro desse quadro bastante diversificado, vamos encontrar problemáticas próprias à região (o acesso à água, por exemplo) e, outras, universais (a desigualdade entre homens e mulheres).

Vamos ser confrontados com o esvaziamento de espaços rurais e à ocupação desordenada do espaço urbano nas cidades de médio porte. Encontraremos, ainda, agricultores familiares que plantam no sequeiro, colonos e grandes empresas de agricultura irrigada, famílias sem terra, famílias assentadas, muita gente com pouca terra, pouca gente com muita terra, assalariados, parceiros, meeiros, extrativistas, comunidades indígenas, remanescentes de quilombos, comerciantes, funcionários públicos, professores, agentes de saúde. O que pretendemos com essa longa lista, é deixar claro que a problemática é intrincada e que uma visão sistêmica, que leve em consideração os mais diversos aspectos e suas inter-relações, impõe-se mais que nunca.

PROPOSTAS PARA UM PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Este programa está fundamentado em duas premissas:

- A conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do Semiárido.
- A quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção.

O Programa constitui-se, também, de seis pontos principais: conviver com as secas, orientar os investimentos, fortalecer a sociedade, incluir mulheres e jovens, cuidar dos recursos naturais e buscar meios de financiamentos adequados.

CONVIVER COM AS SECAS

O Semiárido brasileiro caracteriza-se, no aspecto sócio- econômico, por milhões de famílias que cultivam a terra, delas ou de terceiros. Para elas, mais da metade do ano é seco e a água tem um valor todo especial. Além disso, as secas são fenômenos naturais periódicos que não podemos combater, mas com os quais podemos conviver.

Vale lembrar, também, que o Brasil assinou a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, comprometendo-se a “atacar as causas profundas da desertificação”, bem como “integrar as estratégias de erradicação da pobreza nos esforços de combate à desertificação e de mitigação dos efeitos da seca”. Partindo dessas reflexões, nosso Programa de Convivência com o Semiárido inclui:

- O fortalecimento da agricultura familiar, como eixo central da estratégia de convivência com o Semiárido, em módulos fundiários compatíveis com as condições ambientais. Terminaram por gerar novas pressões, que contribuiram aos processos de desertificação e reforçaram as desigualdades econômicas e sociais.

Por isso, o Programa de Convivência com o Semiárido compreende, entre outras medidas: • A descentralização das políticas e dos investimentos, de modo a permitir a interiorização do desenvolvimento, em prol dos municípios do semiárido.

- A priorização de investimentos em infra-estrutura social (saúde, educação, saneamento, habitação, lazer), particularmente nos municípios de pequeno porte.
- Maiores investimentos em infra-estrutura econômica (transporte, comunicação e energia), de modo a permitir o acesso da região aos mercados.
- Estímulos à instalação de unidades de beneficiamento da produção e empreendimentos não agrícolas.
- A regulação dos investimentos públicos e privados, com base no princípio da harmonização entre eficiência econômica e sustentabilidade ambiental e social.

ORIENTAR OS INVESTIMENTOS NO SENTIDO DA SUSTENTABILIDADE

O Semiárido brasileiro não é uma região apenas rural. É também formado por um grande número de pequenos e médios centros urbanos, a maioria em péssima situação financeira e com infra-estruturas deficientes. Pior ainda: as políticas macro-econômicas e os investimentos públicos e privados têm tido, muitas vezes, efeitos perversos. Terminaram por gerar novas pressões, que contribuiram aos processos de desertificação e reforçaram as desigualdades econômicas e sociais.

FORTALECER A SOCIEDADE CIVIL

Esquemas de dominação política quase hereditários, bem como a falta de formação e informação representam fortes entraves ao processo de desenvolvimento do Semiárido. Sabendo que a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação insiste bastante sobre a obrigatoriedade da participação da sociedade civil em todas as etapas da implementação dessa Convenção. A ASA propõe para vigência desse direito:

- O reforço do processo de organização dos atores sociais, visando sua intervenção qualificada nas políticas públicas.
- Importantes mudanças educacionais, prioritariamente no meio rural, a fim de ampliar o capital humano. Em particular: - A erradicação do analfabetismo no prazo de 10 anos. - A garantia do ensino básico para jovens e adultos, com currículos elaborados à partir da realidade local. - A articulação entre ensino básico, formação profissional e assistência técnica.
- A valorização dos conhecimentos tradicionais.
- A criação de um programa de geração e difusão de informações e conhecimentos, que facilite a compreensão sobre o Semiárido e atravesse toda a sociedade brasileira.

INCLUIR MULHERES E JOVENS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

As mulheres representam 40% da força de trabalho no campo e mais da metade começam a trabalhar com 10 anos de idade. No Sertão são, muitas vezes, elas que são responsáveis pela água da casa e dos pequenos animais, ajudadas nessa tarefa pelos (as) jovens. Apesar de cumprir jornadas de trabalho extenuantes, de mais de 18 horas, as mulheres rurais permanecem invisíveis. Não existe reconhecimento público da sua importância no processo produtivo. Pior ainda: muitas delas nem sequer existem para o estado civil. Sem certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF ou título de eleitor, sub-representadas nos sindicatos e nos conselhos, as mulheres rurais não podem exercer sua cidadania.

Partindo dessas considerações e do Artigo 5º da Convenção de Combate à Desertificação, pelo qual o Brasil se comprometeu a “promover a sensibilização e facilitar a participação das populações locais, especialmente das mulheres e dos jovens”, a Articulação no Semiárido Brasileiro reivindica, entre outras medidas:

- que seja cumprida a Convenção 100 da OIT, que determina a igualdade de remuneração para a mesma função produtiva;
- que as mulheres sejam elegíveis como beneficiárias diretas das ações de Reforma Agrária e titularidade de terra.
- que as mulheres tenham acesso aos programas de crédito agrícola e pecuário;

PRESERVAR, REABILITAR E MANEJAR OS RECURSOS NATURAIS

A Convenção da ONU entende por combate à desertificação “as atividades que... têm por objetivo: I - a prevenção e/ou redução da degradação das terras, II - a reabilitação de terras parcialmente degradadas e, III – a recuperação de terras degradadas.” A caatinga é a formação vegetal predominante na região semi-árida nordestina. Apesar do clima adverso, ela constitui ainda, em certos locais, uma verdadeira mata tropical seca. Haveria mais de 20 mil espécies vegetais no Semiárido brasileiro, 60% das quais endêmicas.

Contudo, a distribuição dessa riqueza natural não é uniforme e sua preservação requer a manutenção de múltiplas áreas, espalhadas por todo o território da região. A reabilitação de certos perímetros também é possível, se conseguirmos controlar os grandes fatores de destruição (pastoreio excessivo, uso do fogo, extração de lenha, entre outros). Mas podemos fazer melhor ainda: além da simples preservação e da reabilitação, o manejo racional dos recursos naturais permitiria multiplicar suas funções econômicas sem destruí-los.

Entre as medidas preconizadas pela Articulação, figuram:

- A realização de um zoneamento sócio-ambiental preciso.
- A implementação de um programa de reflorestamento.
- A criação de um Plano de Gestão das Águas para o Semiárido.
- O combate à desertificação e a divulgação de formas de convivência com o Semiárido através de campanhas de educação e mobilização ambiental.

- O incentivo à agropecuária que demonstre sustentabilidade ambiental.
- A proteção e ampliação de unidades de conservação e a recuperação de mananciais e áreas degradadas.
- A fiscalização rigorosa do desmatamento, extração de terra e areias, e do uso de agrotóxicos.

FINANCIAR O PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Os países afetados pela desertificação e que assinaram a Convenção da ONU, como é o caso do Brasil, se comprometeram a “dar a devida prioridade ao combate à desertificação e à mitigação dos efeitos da seca, alocando recursos adequados de acordo com as suas circunstâncias e capacidades”.

Nossa proposta é de que o Programa de Convivência com o Semiárido seja financiado através de quatro mecanismos básicos.

- A captação de recursos a fundos perdidos, a serem gerenciados pelas Organizações da Sociedade Civil.
- A reorientação das linhas de crédito e incentivo já existentes, de modo a compatibilizá-las com o conjunto destas propostas.
- Uma linha de crédito especial, a ser operacionalizada através do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento ao Desenvolvimento do Nordeste).

Vale lembrar que os gastos federais com as ações de “combate aos efeitos da seca”, iniciadas em junho de 1998, custaram aos cofres públicos cerca de 2 bilhões de reais até dezembro de 1999. A maior parte desses gastos se refere ao pagamento das frentes produtivas e à distribuição de cestas – isto é, ao pagamento de uma renda miserável (56 reais por família e por mês) e à tentativa de garantir a mera sobrevivência alimentar.

Ou seja, o assistencialismo custa caro, vicia, enriquece um punhado de gente e humilha a todos. A título de comparação, estima-se em um milhão o número de famílias que vivem em condições extremamente precárias no Semiárido. Equipá-las com cisternas de placas custaria menos de 500 milhões de reais (um quarto dos 2 bilhões que foram liberados recentemente em caráter emergencial) e traria uma solução definitiva ao abastecimento em água de beber e de cozinhar para 6 milhões de pessoas.

O semiárido que a Articulação está construindo é aquele em que os recursos são investidos nos anos “normais”, de maneira constante e planejada, em educação, água, terra, produção, saúde, informação. Esperamos que expressões como “frente de emergência”, “carro-pipa” e “indústria da seca” se tornem rapidamente obsoletas, de modo que possamos trocá-las por outras, como convivência, autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento, ecologia e justiça. Recife, 26 de novembro de 1999⁶⁰.

⁶⁰ Disponível em: <http://www.asabrazil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=104>. Acesso em: 10 set. 2014.

ANEXO C - Roteiro Programático Curso de GRH

CAPACITAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS, CIDADANIA E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

(1º dia)

ATIVIDADE / TEMA	MATERIAL DIDÁTICO	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
<p>Inscrição</p> <p>Acolhida</p> <p>Apresentação</p>	<p>Ficha de inscrição, pastas completas e copo.</p> <p>Cartazes, mapa(s), terra, água, sementes etc.</p> <p>Fantoches</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aproveitar a chegada dos representantes das famílias para fazer a inscrição. ▪ Um membro da comissão municipal, comunitária ou representante da organização que está acolhendo o evento deve dar as boas vindas aos participantes. O momento também é propício para uma reflexão, oração, etc. ▪ Cada participante pode se apresentar usando o fantoche (o boneco provoca a desinibição do grupo) dizendo quem é, onde mora e do que gosta.
<p>Levantamento das expectativas</p>	<p>Papel madeira e lápis hidrocor.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realizar um “cochicho” entre duas ou três pessoas, para responder às seguintes perguntas: o que esperam deste encontro? O que querem e gostariam de aprender?


Apresentação da temática e roteiro da capacitação	Cartaz	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Iniciar este momento com a seguinte pergunta: o que vocês entendem por Gerenciamento de Recursos Hídricos? ▪ Após a resposta, fazer a apresentação do tema e do conteúdo da capacitação e a importância que têm para a comunidade.
Questões práticas: contrato de convivência e divisão das tarefas (animação, reflexão, ambiente, cronometrista).	Papel madeira, lápis hidrocor.	<p>Distribuição de horário e tarefas</p> <p>A equipe de animação deverá ficar atenta para as dinâmicas, que devem estar presentes durante toda a capacitação, evitando que os participantes fiquem com sono ou desmotivados.</p>
ATIVIDADE / TEMA	MATERIAL DIDÁTICO	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
Contextualização ASA/P1MC/ Entidade Gestora/ CEM/ UEL Comissão Comunitária	Exposição com transparências, cartazes, mapa político do semiárido e/ou outros recursos.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Iniciar a apresentação da ASA e do P1MC fazendo um levantamento preliminar com a seguinte pergunta: o que vocês entendem sobre a ASA e o P1MC? ▪ Fazer uma explicação dos atores envolvidos na construção da ASA.
Reflexão sobre a água	CD Pachamama “faixa 7”	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comentários e reflexões
Distribuição da água na Terra	Globo terrestre, mapas e cartazes.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentar a quantidade de água no Planeta Terra, no Brasil e no Semiárido, destacando o percentual de água salgada e potável. ▪ Enfatizar sobre a necessidade de preservação do Planeta, e de estar atento aos interesses econômicos que buscam a privatização da água.
Conhecendo a realidade local	Papel madeira, lápis hidrocor, recortes de revistas, tesoura, cola, lápis de cor.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fazer um trabalho em grupo, perguntando: qual a maior dificuldade em relação à água? Quais os cuidados que a comunidade tem com a água? ▪ Fazer um desenho das fontes de água que sua comunidade utiliza para se abastecer. ▪ Obs.: é importante fazer um levantamento das dificuldades com

		relação à água para consumo humano, animal e para produção.
Conhecendo o Semiárido	Papel madeira, lápis hidrocor e Mapa do Semiárido.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Discutir com os participantes o significado do termo “Semiárido” e a sua localização no Brasil, os tipos de solo, previsões das secas etc. ▪ Desmistificar que o Semiárido é uma ‘região ruim de viver’, ‘de miseráveis’, de baixa produção etc. ▪ Despertar para as possibilidades de convivência sustentável com o Semiárido.
ATIVIDADE / TEMA	MATERIAL DIDÁTICO	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
Ciclo da água	Folhas secas e 2 recipientes de isopor, pano tipo ‘perfex’, copo, água, litro e regador, cartazes com representações do mandacaru e do umbuzeiro, e um painel com o ciclo da água.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentar aspectos relacionados com a água da chuva: escoamento, infiltração, evaporação, erosão, desmatamento e desertificação. ▪ Obs.: demonstrar como a evaporação faz com a água quando não está protegida; que o vento e o sol contribuem para tornar mais seco o ambiente. ▪ Fazer experiência com os dois recipientes de isopor (01 representando uma cisterna aberta e outra fechada) e com as folhas secas, comparando o efeito da evaporação nas plantações, nos barreiros e outros reservatórios rasos e profundos. ▪ Trabalhar o exemplo de convivência com o Semiárido a partir do mandacaru e do umbuzeiro.
Significado da precipitação pluviométrica do Semiárido, com medição da água de chuva.	Metro quadrado feito de borracha, régua de madeira de 30 cm, litro, regador e água.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Debater sobre a pluviometria e a sua importância através de uma prática sobre o significado da medição da chuva. ▪ Enfatizar o significado de um milímetro de chuva, sobre o telhado das casas.
Captação e armazenamento de água: cálculo do volume de água que escorre no telhado	1 m ² de telhado, regador e água, calculadora, papel madeira e lápis hidrocor.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar as formas de armazenamento de água na comunidade. ▪ Fazer uma prática demonstrativa sobre a captação de água de chuva numa área de telhado de 1 m². ▪ Lançar a pergunta: quantas latas de água a família consome por dia? E debater as respostas. ▪ Iniciar o cálculo do volume de água necessário para o consumo de

		<p>uma família durante o ano.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fazer cálculo do custo de 16.000 litros de água de uma cisterna, a partir do custo monetário da água mineral.
ATIVIDADE / TEMA	MATERIAL DIDÁTICO	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
Gerenciamento da água da cisterna	Papel madeira, pincéis, cartazes e tarjetas.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Perguntar aos participantes: como vocês fazem a gestão da sua água? ▪ Sintetizar em papel madeira as respostas e provocar um debate sobre o significado e a importância do gerenciamento da água da cisterna. ▪ Identificar a demanda anual de água para o consumo doméstico humano, que garanta a verdadeira função da água da cisterna (beber, cozinhar e escovar os dentes). ▪ Orientar como utilizar esta água, como conservar, limpar e manter a cisterna e a água, bem como enfatizar a importância dos cuidados com as bicas e canos, de manter a cisterna caída, fechada e com o coador. ▪ Concluir este momento com a seguinte pergunta: diante do que vimos até agora, qual deve ser o uso da água da cisterna? E por quê?
Água no Semiárido	Vídeo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comentários e debates
Tarefa para ser realizada em casa		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Refletir com a família e com os vizinhos: olhando a nossa realidade, quem carrega água para beber e cozinhar? Como? Em casa, quem é responsável pelo uso da água? Quem trata? Como?
Avaliação do 1º dia	Cochicho	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fazer uma avaliação rápida que ajude a reorientar as tarefas do dia seguinte

(2º dia)

ATIVIDADE / TEMA	MATERIAL DIDÁTICO	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
Acolhida das famílias com momento de reflexão	Dinâmica de integração, com mensagens e símbolos.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Momento de integração, usando mensagens de otimismo, que ajudem a aumentar a autoestima do grupo. ▪ Fazer com que os participantes reflitam sobre um tema que os faça perceber a importância do trabalho coletivo / comunitário.
Resgate do dia anterior	Papel madeira e pincéis	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivar os participantes a lembrar o que aconteceu no dia anterior.
Trazer as questões discutidas na “tarefa de casa”	Papel madeira e pincéis	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As respostas devem ser anotadas com o objetivo de dar uma introdução às formas de poluição e contaminação das águas. ▪ Destacar também como se dá a relação de responsabilidade estabelecida entre mulher, homem e criança em relação à água e por quê?
Poluição e contaminação da água	Simulação do barreiro, painel: barreiro contaminado, barreiro cercado e decomposição do lixo.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentar as formas de contaminação da água (‘água da vida’ e ‘água da morte’), e discutir os cuidados que devemos ter com o meio ambiente, o acúmulo e decomposição do lixo.
Saúde e prevenção de doenças	Álbum seriado, cartazes, papel madeira e pincéis.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fazer uma ‘tempestade de ideias’ sobre os tipos de doenças causadas pelo consumo da água contaminada. ▪ Apresentar formas de contaminação, destacando os vermes mais comuns e como fazer para evitá-los. ▪ Apresentar e discutir os cuidados que devemos ter com a higiene pessoal e a manutenção da limpeza da comunidade.

ATIVIDADE / TEMA	MATERIAL DIDÁTICO	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
Formas de tratamento da água	Hipoclorito de sódio, sementes de moringa, água contaminada do barreiro.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentar técnicas de tratamento da água: hipoclorito, fervura, filtragem e solução feita com sementes de moringa. ▪ Falar sobre a importância e os cuidados com a cloração, bem como enfatizando a ‘oferta’ de hipoclorito, pelo Programa Saúde da Família. ▪ Fazer a experiência com a solução da semente de moringa.
A Educação pela Água	Vídeo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comentários e debates
Água – Políticas Públicas e Cidadania.	<p>Música de Luiz Gonzaga que fala que <i>“esmola para um homem que é são, ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão”</i>.</p> <p>Ou Música <i>“A triste partida”</i>.</p> <p>Papel madeira, pincéis e fita adesiva.</p> <p>Cartaz: lei 9.433 </p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Esclarecer que o acesso e a manutenção da água de qualidade é um direito e dever de todo/a cidadão e cidadã, estabelecido por leis federal, estadual e municipal e não uma concessão feita pelos políticos e governantes. ▪ Trabalhar a prática clientelista dos políticos e governantes, em todos os níveis. <div style="border: 1px solid green; padding: 5px; margin: 10px 0;"> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Direitos do Cidadão: lei 9.433, título I – da política nacional dos recursos hídricos, capítulo III – dos objetivos: assegurar a atual e futuras gerações a necessária disponibilidade de água em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos. ▪ Deveres do Cidadão: lei 9.433, capítulo I: a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e da comunidade. </div> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fazer uma ‘tempestade de ideias’ – O que são políticas públicas? ▪ Trabalho em grupo, com os seguintes motes: o que a comunidade pode fazer de agora em diante para resolver o seu problema de

ATIVIDADE / TEMA	MATERIAL DIDÁTICO	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
		<p>água? Qual a responsabilidade que a comunidade tem sobre o que é privado e sobre o que é público? Como a comunidade pode participar na construção das políticas públicas de seu município?</p>
10 Mandamentos das Cisternas	Cartaz	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Leitura coletiva do Cartaz
Planejamento das construções das cisternas	Papel madeira, pincéis e fita adesiva.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Momento de esclarecimento para as famílias sobre a realização das ações do P1MC, destacando a importância da participação das famílias em todo o processo. ▪ Divisão dos setores e distribuição dos pedreiros. Acordo para as famílias iniciarem a escavação para construção das cisternas.
Avaliação, informes e encerramento.	Papel madeira, pincéis e fita adesiva.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em papel madeira escrever as frases <u>Que Bom! Que Pena! Que Tal?</u> Ou usar outra forma que possibilite a avaliação do evento, mas sempre com o propósito de evidenciar aspectos que possam contribuir com a melhoria dos processos e dos produtos. ▪ Fazer a entrega dos certificados e do “Cartaz 10 Mandamentos”. ▪ Formar a Comissão Comunitária e junto às famílias esclarecer a função de cada pessoa (família, pedreiros, comissão comunitária e CEM). ▪ Encerrar a capacitação de forma descontraída realizando bingo ou sorteio.

ANEXO D – Roteiro programático do curso de GAPA

(1º DIA)

ATIVIDADE / TEMA	MATERIAL DIDÁTICO	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
<p>Inscrição</p> <p>Acolhida</p> <p>Apresentação</p>	<p>Ficha de inscrição, pastas completas e copo.</p> <p>Cartazes, mapa(s), terra, água, sementes etc.</p> <p>Bexigas, papel (cortado de 8 x 5 cm) e canetas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aproveitar a chegada dos representantes das famílias para fazer a inscrição. ▪ Um membro da comissão municipal, comunitária ou representante da organização que está acolhendo o evento deve dar as boas vindas aos participantes. O momento também é propício para uma reflexão, oração, etc. ▪ Pede-se aos participantes que escrevam seus nomes no papel e uma palavra ou desenho que os represente. Depois é dado a todos um balão sem encher e pedimos que introduzam o papel com o nome no balão e depois o encham e amarrem. ▪ A partir deste momento deve-se propor diferentes jogos e brincadeiras com balões, para que sejam estourados e revelados os papéis. Em seguida cada participante tem que ficar com um papelzinho e buscar a pessoa cujo nome está no papel. ▪ Quando a encontrar, forma-se dupla e é dado um tempo para que conversem e se conheçam. Logo depois se começa as apresentações em círculo.

Levantamento das expectativas	Papel madeira e lápis hidrocor.	<ul style="list-style-type: none"> Realizar um “cochicho” entre duas ou três pessoas, para responder às seguintes perguntas: o que esperam deste encontro? O que querem e gostariam de aprender?
Apresentação da temática e roteiro da capacitação	Cartaz	<ul style="list-style-type: none"> Iniciar este momento com a seguinte pergunta: o que vocês entendem por GAPA – Gerenciamento de Água para Produção de Alimentos? Após a resposta, fazer a apresentação do tema e do conteúdo da capacitação e a importância que têm para a comunidade.
Questões práticas: contrato de convivência e divisão das tarefas (animação, reflexão, ambiente).	Papel madeira, lápis hidrocor.	<ul style="list-style-type: none"> Distribuição de horário e tarefas Equipe de Ambiente - Constituir junto aos participantes, uma equipe de 3 a 5 pessoas, para cuidar do ambiente onde será realizado o curso (limpeza, água), e o que mais for necessário para que se tenha um ambiente propício à realização do curso.
Contextualização ASA / MAIS ÁGUA / Entidade Gestora/ UEL Comissão Comunitária	Exposição com data show, cartazes, mapa político do semiárido e/ou outros recursos.	<ul style="list-style-type: none"> Iniciar a apresentação da ASA e do projeto MAIS ÁGUA fazendo um levantamento preliminar com a seguinte pergunta: o que vocês entendem sobre a ASA e o MAIS ÁGUA? Fazer uma explicação dos atores envolvidos na construção da ASA/ CASA..
Reflexão sobre a água Preceitos de Pe. Cícero	Canção de Guilherme Arantes: Planeta água Cartaz com os preceitos	<ul style="list-style-type: none"> Fazer a leitura e discussão oral com base nos preceitos e a música escutada.
Distribuição da água na Terra	Globo terrestre, mapa do semiárido.	<ul style="list-style-type: none"> Apresentar a quantidade de água no Planeta Terra, no Brasil e no Semiárido, destacando o percentual de água salgada e potável. Enfatizar sobre a necessidade de preservação do Planeta, e de estar atento aos interesses econômicos que buscam a privatização da água.

Conhecendo a realidade local.	Papel madeira, lápis hidrocor, recortes de revistas, tesoura, cola, lápis de cor.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fazer um trabalho em grupo, perguntando: qual a maior dificuldade em relação à água? Quais os cuidados que a comunidade tem com a água? ▪ Fazer um desenho das fontes de água que sua comunidade utiliza para produzir. ▪ Obs.: é importante fazer um levantamento das dificuldades com relação à água para produção.
Conhecendo o Semiárido.	Papel madeira, lápis hidrocor e Mapa do Semiárido.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Discutir com os participantes o significado do termo “Semiárido” e a sua localização no Brasil, os tipos de solo, previsões das secas etc. ▪ Desmistificar que o Semiárido é uma ‘região ruim de viver’, ‘de miseráveis’, de baixa produção etc.
Água e o Semiárido e Convivência com o Semiárido.	Documentário: “Colher a água, plantar a vida.”	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Exibição de um documentário: Colher a Água Plantar a Vida – da ASACOM. ▪ Após exibição do documentário é feito um debate sobre as Tecnologias de Convivência com o Semiárido, focando a organização das comunidades na luta pela conquista da Segunda Água.

(2º dia)

ATIVIDADE / TEMA	MATERIAL DIDÁTICO	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
Acolhida das famílias com momento de reflexão	Dinâmica de integração, com mensagens e símbolos.	<ul style="list-style-type: none"> • Momento de integração, usando mensagens de otimismo, que ajudem a aumentar a autoestima do grupo. • Fazer com que os participantes reflitam sobre um tema que os faça perceber a importância do trabalho coletivo / comunitário.
Resgate do dia anterior	Papel madeira e pincéis	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivar os participantes a lembrar de o que aconteceu no dia anterior.

<p>Soberania e Segurança Alimentar.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O que entendemos sobre segurança alimentar e nutricional? 	<p>Exposição do conteúdo com uso do Datashow.</p> <p>Poema impresso sobre: Segurança Alimentar, da autoria de José Rogaciano S. de Oliveira.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Questionar aos participantes qual a compreensão de Segurança Alimentar. É importante que faça reflexões com as pessoas para construir uma definição sobre Segurança Alimentar. • Ao concluir a explicação, sugere-se que divida a turma em equipes para a leitura e reflexão do poema, dividida em partes. (pode deixar a critério das equipes, a forma de apresentação).
<p>Insegurança Alimentar e Nutricional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Leve • Moderada • Grave 	<p>Exposição do conteúdo com uso do Datashow</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Prosseguir com a exposição do conteúdo
<p>Caminhando para um novo contexto de a segurança alimentar.</p>	<p>Musica: A feira - Edilson Barros e Teresinha Lima.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A partir da música, comentar sobre – A importância dos alimentos orgânicos sem uso de agrotóxico. • Discutir formas de defensivos naturais.
<p>Dinâmica</p>		<ul style="list-style-type: none"> • Pode-se usar do momento para uma distração – a exemplo de cantar uma música. Sugestão: Água da chuva (Gogó)
<p>Águas para produção</p>	<p>Filme: Plantando Sonhos Construindo Realidades</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Discussão do tema a partir do filme • Abordagem das novas tecnologias de produção <ul style="list-style-type: none"> --- Barragem Subterrânea --- Barreiro de Trincheira (comunitária e familiar) --- Bomba d'Água Popular --- Cisterna de Enxurrada --- Limpeza de Aguada --- Quintais Produtivos --- Tanque de Pedra

Técnicas Agroecológicas		<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar as diversas formas de técnicas agrícola tais como: adubação verde, adubação orgânica, adubação mineral, quebra-ventos, cobertura orgânica ou cobertura seca, fenação, ensilagem, horta orgânica, manejo da água, canteiro econômico, e compostagem. • Banco de sementes.
10 Mandamentos das Cisternas de Produção	Cartaz	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura coletiva do Cartaz
Avaliação, informes e encerramento.	Papel madeira, pincéis e fita adesiva.	<ul style="list-style-type: none"> • Em papel madeira escrever as frases <u>Que Bom!</u> <u>Que Pena!</u> <u>Que Tal?</u> Ou usar outra forma que possibilite a avaliação do evento, mas sempre com o propósito de evidenciar aspectos que possam contribuir com a melhoria dos processos e dos produtos. • Fazer a entrega dos certificados e do “Cartaz 10 Mandamentos”. • Formar a Comissão Comunitária e junto às famílias esclarecer a função de cada pessoa (família, pedreiros, comissão comunitária e CEM). • Encerrar a capacitação de forma descontraída.

ANEXO E – Roteiro programático do curso de SSMA

ATIVIDADE / TEMA	MATERIAL DIDÁTICO	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
<p>Inscrição</p> <p>Acolhida</p> <p>Apresentação</p>	<p>Ficha de inscrição, pastas completas e outros.</p> <p>Cartazes, mapa(s), terra, água, sementes etc.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aproveitar a chegada dos representantes das famílias para fazer a inscrição. ▪ Um membro da comissão municipal, comunitária ou representante da organização que está acolhendo o evento deve dar as boas vindas aos participantes. ▪ O momento também é propício para uma reflexão, oração, etc. ▪ Pede-se ao participante que fale o seu nome e uma fruta, verdura, com a mesma letra do seu. Ex. Camila, Caju <p>Reflexão da importância da diversificação da produção. Pra se ter de tudo na propriedade.</p> <p>Obs: É importante fazer a acolhida e apresentação já em um espaço aberto (em baixo de uma arvore de preferência);</p>
<p>Levantamento das expectativas</p>		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realizar um “cochicho” entre duas ou três pessoas, para responder às seguintes perguntas: o que esperam deste encontro? O que querem e gostariam de aprender?
<p>Apresentação da temática e roteiro da capacitação</p>		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Após a resposta, fazer a apresentação do tema e do conteúdo da capacitação e a importância que têm para a comunidade.

<p>Questões práticas: contrato de convivência e divisão das tarefas (animação, reflexão, ambiente).</p>	<p>Papel madeira, lápis hidrocor.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Distribuição de horário e tarefas ▪ Equipe de Ambiente - Constituir junto aos participantes, uma equipe de 3 a 5 pessoas, para cuidar do ambiente onde será realizado o curso (limpeza, água), e o que mais for necessário para que se tenha um ambiente propício à realização do curso.
<p>Fazer o exercício da Memória Coletiva, daquilo que foi aprendido no Primeiro Curso.</p> <p>Contextualização ASA / PORGRAMA/ Entidade Gestora/ UEL Comissão Comunitária</p>		<ul style="list-style-type: none"> ▪ O que a Comunidade aprendeu no Curso anterior? ▪ A partir das falas, o monitor concluir essa memória relembrando e ou reforçando três pontos: 1. Papel e a importância da ASA, CASA e da Comissão Municipal no contexto do Projeto Mais Água. 2. Financiador 3. Projeto Mais Água, como política pública para garantia da Segurança e Soberania Alimentar; bem como a autonomia política das famílias.
<p>Cuidados com as tecnologias de captação de água de chuva</p>		<ul style="list-style-type: none"> • Prosseguir com a discussão de forma explanatória a fim de: <ul style="list-style-type: none"> - Orientar as famílias para a cerca e manutenção das tecnologias de água de chuva; bem como os cuidados com crianças, animais próximos para evitar perigos. - Sugerir às famílias a instalação de bomba para retirada da água e bebedouro para animais fora do cercado. - Orientar para o uso de adubos orgânicos a fim de evitar a contaminação do solo.
<p>Organização e Planejamento Produtivo da Propriedade da Agricultura Familiar a partir de conceitos e práticas agroecológicas</p>		

ATIVIDADE / TEMA	MATERIAL	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
<p>Levantamento da Quantidade de Terra e Água Disponível para Produção.</p>	<p>Calculadora e papel para anotação;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer um levantamento das Fontes de Água para a Produção e Dessedentação Animal, disponível na Propriedade; (Cacimbas, Barragens, Cisterna, Palma) – a partir o levantamento fazer um cálculo a quantidade de água disponível; • Focar a importância da Palma, como reserva alimentar para os animais rica em energia e também com reserva de água; • Fazer levantamento do rebanho animal (pequeno, médio e grande porte); - calcular a quantidade de água que esse rebanho irá necessitar durante período de seca; (tabela do IRPAA); <p>A quantidade de água disponível para produção agrícola na propriedade é o resultado da quantidade de água disponível na propriedade menos a quantidade de água que será consumida pelos rebanhos</p> <p>Fazer uma análise e uma reflexão com os agricultores da capacidade produtiva da propriedade, da quantidade de água disponível na propriedade ora analisada;</p>
<p>Montagem do Canteiro de Lona (Econômico)</p>	<p>Material do Componente Produtivo da Cisterna Enxurrada;</p>	<p>A partir das orientações do monitor de forma coletiva será montado os canteiros econômicos;</p>

Orientações Básicas de Plantio das Principais Hortaliças		<ul style="list-style-type: none"> • Período de Plantio • Forma de Plantio; • Exigência em Água; • Forma de Adubação; • Importância da cobertura seca; • Rotação de Cultura; • Escalonamento de Cultura; • Quebra Vento; • Adubação mineral, verde e orgânica;
Orientações Básicas para o Plantio de Frutíferas Gotejamento com Garrafa PET	Garrafa PET de 2 litros ou maior e Barbante resistente;	<ul style="list-style-type: none"> • Quais são as mais apropriadas para o clima semiárido; • Período e modo de plantio (espaçamento); • Exigência em água em água; • Local de plantio na propriedade; <p>Modo de fazer o Gotejamento com garrafa PET e a sua importância e eficiência para molha sobretudo de frutíferas;</p>
Plantio em Curva de Nível; Enleiramento;	4 metros de ripa e 1 nível de pedreiro.	<ul style="list-style-type: none"> • Importância o plantio em Curva de Nível; • Aprendendo a fazer o Plantio em Curva de Nível • Fazendo o Equipamento para marcar Curva de Nível; (pé de Galinha ou Mangueira) • Aprendendo a usar o equipamento;

Composto Orgânico	Matéria Seca; Matéria Verde; Esterco de Gado; cabra e galinha; Resto de Comida; casca de ovo;	<ul style="list-style-type: none"> • Importância do Composto Orgânico; • Sua eficiência; • Modo de usar;
Defensivos Naturais	FARINHA DE TRIGO COM DETERGENTE	<p>Como fazer: Dissolver 1kg de farinha de trigo em 20 litros de água, junto com 500 ml (meio litro) de detergente neutro.</p> <p>Pode-se usar na hora. Aplicar de manhã em cobertura total nas folhas. O seu emprego é favorável em dias quentes e secos, com sol. Mais tarde, as folhas secando com o sol, formam uma camada que envolve as pragas e cai com o vento.</p> <p>Indicações: Pode servir para combater a mosca branca, ácaros, pulgões e lagartas na horta, por exemplo, nos pés de tomates.</p> <p>Indicações: Fungos do pimentão, pepino, tomate, batata. Sem contraindicação para hortaliças. Aplicar no tomate a cada 10 dias.</p>

	LEITE E CINZA	<p>Material:</p> <p>150 gramas (ou 10 copos) de cinza de madeira peneirada</p> <p>200 gramas (ou 1 copo) de esterco fresco de bovino</p> <p>100 gramas (ou meio copo) de açúcar</p> <p>250ml (ou 1 copo e meio) de leite</p> <p>10 litros de água</p> <p>Preparo: Misture os ingredientes acima, filtre em pano e pulverize sobre as culturas.</p> <p>Indicações: Pulgão, cochonilha e lagarta.</p>
	ÁGUA E SABÃO DE COCO	<p><u>Como fazer:</u></p> <p>Misture 1 (uma) barra de sabão de coco ralado (100 gramas) com 2 litros de água aquecida. Dilua bem o sabão na água quente. Depois, borrife a solução na sua plantinha. Quando for consumir a verdura, é só lavar e fazer aquela salada!</p>